

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO ARQUIVO CENTRAL DA FGV

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Bens Culturais e Projetos Sociais.

MARIA LEONILDA REIS DA SILVA

Rio de Janeiro, março 2010

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Mario Henrique Simonsen/FGV

Silva, Maria Leonilda Reis da

História e memória do Arquivo Central da FGV / Maria Leonilda Reis da Silva. – 2010.

161 f.

Dissertação (mestrado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais.

Orientadora: Letícia Borges Nedel.

Inclui bibliografia.

1. Fundação Getulio Vargas. Gerência Jurídica. Núcleo de Documentação.
2. Arquivologia – Brasil. I. Nedel, Letícia Borges. II. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 025.171

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS
CULTURAIS
MESTRADO PROFISSIONAL EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS**

HISTÓRIA E MEMÓRIA DO ARQUIVO CENTRAL DA FGV

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO APRESENTADA POR
MARIA LEONILDA REIS DA SILVA

E
APROVADO EM 30 DE MARÇO DE 2010
PELA BANCA EXAMINADORA

Professora Doutora Letícia Borges Nedel (orientadora)

Professora Doutora Luciana Quillet Heymann

Professora Doutora Célia Maria Leite Costa

Professora Doutora Angela de Castro Gomes (suplente)

RESUMO

A presente dissertação tem por objetivo a reconstrução da trajetória institucional do Arquivo Central da Fundação Getulio Vargas, desde o momento de sua criação, em 1973, até sua transformação em Núcleo de Documentação da FGV, em 2009. Com base em documentos textuais e orais, e operando com os conceitos de memória, arquivo, documento e lugar de memória, são investigadas as posições ocupadas pelo arquivo dentro do contexto histórico, político e cultural em que se desenvolveu a arquivologia brasileira, a partir da década de 1930, bem como as razões que levaram à sua reestruturação, em 2009.

Palavras-chave: arquivologia, arquivos, arquivos empresariais, documento, *lugar de informação*, *lugar de memória*, memória

ABSTRACT

This dissertation aims to rebuild the institutional trajectory of the Central Archive of the Getulio Vargas Foundation, from the moment of your creation in 1973 until the transformation into a FGV's Center of Documentation in 2009. Based on written and oral documents, and working with the concepts of memory, file, document and place of memory, are investigated the positions occupied by the archive within the historical, political and cultural contexts in which Brazilian Archival developed from the 1930's, and the reasons for your restructuring in 2009.

Keywords: archival, archives, business archives, document, place of information, place of memory, memory.

DEDICATÓRIA

Aos arquivistas brasileiros que lutam contra a invisibilidade da profissão.

AGRADECIMENTOS

Ao meu companheiro, pela cumplicidade e apoio nos momentos mais críticos.

Aos meus filhos, por compreenderem minhas ausências nos últimos dois anos.

À Marilena Leite Paes, por ter despertado em mim, o amor pelos arquivos, por estar sempre disposta a transmitir seus conhecimentos, pelo apoio e entusiasmo que me ajudou a prosseguir na profissão.

À Mara (*in memorium*) que estaria “curtindo” este momento.

A Mario Rocha Souza e Rubens Mario Wachholz, que tornaram possível a conclusão desta dissertação.

Ao Prof. José Maria Jardim por suas preciosas informações e reflexões, importantes para um melhor entendimento da situação atual dos arquivos na FGV.

Aos ex-funcionários do Arquivo Central: Eliana Balbina, Elizabeth Oliveira, José España, Tereza Pederçane e Antonio Neto, pelo apoio e presteza com que me retornaram os questionários.

Aos meus colegas da Fundação Getulio Vargas, pelo apoio e compreensão.

Aos meus amigos do Núcleo de Documentação pelas trocas de idéias e pelo apoio nos momentos difíceis.

Aos arquivistas, técnicos de arquivo e estagiários da FGV, responsáveis pela eficiência das atividades arquivísticas na instituição, pelo estímulo para prosseguir apesar da dificuldades.

Aos funcionários do CPDOC, que me encorajaram a participar do curso.

Aos professores do CPDOC, que nos momentos de dificuldades nos encorajavam a seguir adiante.

À minha orientadora, pelas discussões e ensinamentos, que enriqueceram o trabalho e tornaram possível a sua conclusão.

À Profa. Luciana por ter concordado em participar de minha banca e por suas valiosas observações.

À Profa. Celia Costa, por ter concordado em participar da minha banca e por suas palavras de estímulo na qualificação.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. ARQUIVOS E MEMÓRIA	18
1.1. Um pouco sobre arquivos e memória	18
1.1.1 <u>O que é arquivo?</u>	18
1.1.2 <u>O que é memória?</u>	30
1.2. Os arquivos como <i>lugares de memória e lugares de informação</i>	36
1.3 A arquivística pós-custodial	41
2. A CONSTRUÇÃO DA IDÉIA DA CRIAÇÃO DA FGV	51
2.1. E como tudo começou	51
2.2. A criação do DASP	53
2.3. Um decreto cria uma instituição privada: a FGV	56
3. SURGE A NECESSIDADE DE ORGANIZAR OS DOCUMENTOS (1930-1989)	67
3.1. Como surgem os arquivos no Brasil	67
3.2. Como surgem os arquivos na FGV	82
4. MUDANÇA DE PARADIGMAS (1990 – 2008)	102
4.1. A evolução da arquivologia brasileira	102
4.2. A FGV mudou	108
4.3. O Arquivo Central se transforma em Núcleo de Documentação	112
CONSIDERAÇÕES FINAIS	127
BIBLIOGRAFIA	
Fontes primárias	132
Livros e artigos	133
Páginas na Internet	140

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Produção bibliográfica	106
Gráfico 2: Pesquisas, empréstimos e consultas	120
Gráfico 3: Assessoramento técnico	121
Gráfico 4: Razões para trabalharem na FGV.....	122
Gráfico 5: Pontos positivos do Arquivo Central	123
Gráfico 6: Pontos negativos do Arquivo Central	124

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1: Luiz Simões Lopes	58
Ilustração 2: Benedicto Silva	63
Ilustração 3: Organograma do IBBD	72
Ilustração 4: Marilena Leirte Paes	84
Ilustração 5: Capa do Manual de Trabalho do Arquivista	92
Ilustração 6: Prédio onde foi instalado o Arquivo Central	93
Ilustração 7: Marilena e Marlene Guedes no Arquivo Central	94
Ilustração 8: Reunião com os arquivistas setoriais	97
Ilustração 9: Arquivo Nacional	104
Ilustração 10: Organograma do Arquivo Central (1990).....	114
Ilustração 11: Organograma do Arquivo Central (1998).....	115
Ilustração 12: Instalações do Núcleo de Documentação	119
Ilustração 13: Instalações do Depósito do NDoc, na FGV.....	119

RELAÇÃO DE ANEXOS

Anexo 1: Produção bibliográfica e de periódicos	143
Anexo 2: Cursos de graduação	152
Anexo 3: Curso de pós-graduação lato sensu	153
Anexo 4: Curso de pós-graduação stricto sensu	154
Anexo 5: Roteiro da entrevista com Marilena Leite Paes	155
Anexo 6: Questionário enviado para ex-funcionários do Arquivo Central	158
Anexo 7: Questionário enviado para os arquivistas e técnicos de arquivo da FGV	159
Anexo 8: Roteiro da entrevista com o Prof. José Maria Jardim	160
Anexo 9: Roteiro da entrevista com o Consultor / Diretor de Operações do Rio de Janeiro, da FGV	161

Por incrível que possa parecer, às portas do século XXI, no Brasil muitos ainda não se deram conta de que os arquivos são os depositários da experiência acumulada pelo ser humano, [...]. Para essas pessoas, os arquivos ainda não passam de grandes depósitos de papéis velhos e empoeirados, onde habitam fungos e insetos desprezíveis, num ambiente úmido e sombrio e que servem unicamente para satisfazer os caprichos de pesquisadores exóticos ou burocratas rabugentos que se apegam aos documentos como se fossem crias saídas de suas entranhas.

Em posição totalmente antagônica, há aqueles para quem os documentos deveriam ser sumariamente substituídos por discos ópticos ou quaisquer outros suportes de armazenamento magnético ou micrográfico. Com tantos recursos tecnológicos disponíveis consideram a conservação de acervos documentais um atraso, um desperdício de espaço físico, mobiliário e, sobretudo, de recursos humanos. (Paes, 1994: 67-8).

INTRODUÇÃO

Or, si la mémoire des archives qu'il consigne garde la traie des changements de la réglementation et de l'évolution de la pratique, l'histoire n'en a jamais été écrite, comme si les archivistes ne parvenaient pas à adopter, face à leur propre institution, la position d'extériorité nécessaire à cet effet. Impossible de combler dans un article une lacune de cette taille. Mais aussi de comprendre le présent des archives sans une plongée profonde dans leur passé. (Pomian, 1997: 4014)

A velocidade com que as mudanças estão ocorrendo em todas as sociedades é decorrente do acelerado avanço tecnológico, que caracteriza a nossa época. Toffler, em sua obra *O choque do futuro*, publicada em 1970, onde analisa os impactos da tecnologia sobre a sociedade e o homem moderno, já alertava para o fato de que as mudanças econômicas e tecnológicas iriam detonar uma série de transformações culturais, sociais, filosóficas, artísticas e psicológicas em todo o mundo.

Viver na “civilização do computador” nos impôs novos modos de pensar, de agir, de criar e de explorar o conhecimento e a informação. Nesta nova era, a informação e o conhecimento são intangíveis, alavancam empreendimentos e rendem lucros fabulosos para as empresas. O volume de informações que circula hoje, pela rede mundial de computadores é incalculável. Todos esses acontecimentos transformaram a transitoriedade e a obsolescência em marcas de nosso tempo, não apenas na esfera tecnológica, mas também na das relações humanas.

Outras épocas de nossa história também passaram por profundas mudanças, motivadas por descobertas tecnológicas ou por novas idéias. A roda, o alfabeto, a imprensa, entre outras invenções, representaram marcos da história mundial que afetaram a vida do homem. A diferença é que, atualmente, essas mudanças são mais rápidas e atingem o mundo como um todo. As informações não levam mais anos ou décadas para atingir outro continente, mas são, em muitos casos, assistidas pela televisão ou pela internet, em tempo real.

A revolução tecnológica trouxe para o mundo contemporâneo uma série de novas descobertas e avanços, e a arquivologia não ficou imune a essas influências. Os computadores e os softwares agilizaram a localização dos documentos nos acervos, a internet facilitou o acesso aos arquivos de outras cidades ou países, e os equipamentos que monitoram e “criam” ambientes climatizados adequados à conservação dos documentos são exemplos dos benefícios trazidos pela tecnologia. No entanto, esses benefícios foram acompanhados de novos desafios, como a questão da preservação de suportes mais frágeis, da autenticidade e da fidedignidade dos documentos eletrônicos, além de mudanças de paradigmas na área arquivística. A crescente produção documental acarretou problemas quanto à guarda, conservação e destruição dos documentos. O aumento do volume de documentos nos arquivos provocou uma necessidade de depósitos cada vez maiores ou a adoção de critérios mais rigorosos que poderão comprometer a qualidade das informações conservadas para o futuro. Os suportes mais recentes são frágeis e instáveis, apresentando uma preocupante sensibilidade à luz e às variações de umidade e temperatura. A obsolescência dos softwares e hardwares agravou o perigo da perda das informações contidas nos documentos.

É neste momento de preocupação com a memória, de grande produção documental e da forte ansiedade decorrente do medo da perda das informações, que foi elaborada esta dissertação de conclusão do Curso de Mestrado Profissional do CPDOC, sobre a *História e memória do Arquivo Central da FGV*.

Inserido nesse contexto, o presente trabalho toma parte nos questionamentos recentemente lançados, no meio acadêmico, a sobre o papel do arquivo e dos arquivistas. Os arquivos precisam atender às necessidades de seus usuários que estão cada vez mais exigentes, em relação ao tempo de pesquisa e de realização das atividades de arranjo, assim como quanto à utilização das novas tecnologias. Como o arquivista construirá a sua visibilidade neste momento, onde os acontecimentos, as necessidades e as expectativas de seu usuário são tão efêmeras. O que fazer? Como o arquivista poderá se preparar para o futuro?

Meu interesse com o tema surgiu há poucos anos, quando constatamos uma redução das visitas ao setor e conseqüente perda de visibilidade do Arquivo Central, que já não está tão presente em congressos, em comitês, como por exemplo, do Conselho

Nacional de Arquivos - CONARQ ou junto às Associações de Arquivistas. Durante a elaboração do projeto, o tema se tornou ainda mais oportuno, pois o Arquivo Central foi extinto e suas atividades transferidas para o Núcleo de Documentação. Enquanto o Arquivo Central correspondia a uma gerência subordinada à Controladoria Geral, o Núcleo de Documentação foi criado subordinado à Gerência Jurídica e esta à Diretoria de Operações do Rio de Janeiro.

Para a reconstrução desta história foram utilizados documentos do acervo do Arquivo Central e da literatura arquivística, como também os depoimentos de sua criadora, de funcionários mais antigos e de estudiosos da história da arquivologia.

O envolvimento com o tema é fruto de minha atividade profissional na FGV, onde tive a oportunidade de despertar o interesse pelos arquivos, em 1980, quando fui designada como técnica do arquivo do Instituto de Estudos Avançados em Educação – IESAE. Essa unidade foi extinta em 1990, e era responsável por ministrar cursos de pós-graduação e realizar estudos, pesquisas e consultorias na área da educação. Na época, minha percepção de arquivo era a de um armário com quatro gavetas onde as secretárias guardavam os seus papéis.

À medida que fui me envolvendo nas atividades ligadas à área, freqüentando o curso superior de arquivologia e em seguida, o de história, e interagindo com documentos, fui seduzida pela magia que os cerca e parafraseando Carlos Drummond de Andrade: “Arrumo a mesa todos os dias. Os papéis copulam à noite. Então, se não arrumamos diariamente, eles tomam conta de nossa casa e de nós também” (Drummond apud Bomeny, 2007: 7).

Como minha formação é voltada para as áreas de arquivologia e história, e minha experiência profissional é na área arquivística, esta dissertação representará uma ponte entre os dois cursos de graduação, além de oportunizar o desenvolvimento de um trabalho que ainda não foi contemplado no meio acadêmico: contextualizar o momento da arquivologia no Brasil, quando o Arquivo Central da FGV foi criado. Neste sentido, um dos objetivos do trabalho é servir de fonte de consulta para outros estudos na área, levantando questões e informações que subsidiem a ampliação do quadro, ainda restrito, de análises da história da arquivologia no Brasil.

A estruturação dos capítulos reflete a ordem em que os acontecimentos foram ocorrendo e suas conseqüências para o Arquivo Central, sem menosprezar o seu papel

nos primórdios da história da arquivologia brasileira. Em linhas gerais, o primeiro capítulo fornece o embasamento teórico necessário à reconstrução da história do Arquivo Central.

Inicialmente, é realizada uma breve análise dos conceitos de arquivo, documento, memória e *lugar de memória*, com os quais opero no desenvolvimento e entendimento do objeto de estudo. Os documentos, tanto quanto suportes de informação e instrumento fundamental das análises históricas, são considerados meios de evocar lembranças que estimulam o sentimento de pertencimento de um indivíduo a um grupo, ou seja, a sua identidade. Sendo assim a memória pode promover o resgate da autoestima dos indivíduos de um grupo, ao reforçar ou legitimar as suas referências familiares, religiosas, comunitárias ou profissionais.

Podemos reconstruir os fatos através de registros / fontes, que podem ser objetos, fotografias, jornais, relatórios ou outros documentos, que precisam ser preservados em diversos lugares, tais como: museus, centros de documentação, bibliotecas, centros culturais e arquivos. Neste trabalho, o foco são os arquivos enquanto lugar de guarda de documentos e informações, que possibilitam a construção do passado sob a ótica do presente, pois quando o homem recorda algum acontecimento do passado, ele o faz naquele momento em que está vivendo.

No segundo capítulo, iremos retroagir no tempo, até o momento em que foi construída a idéia da criação da FGV, ainda no Departamento Administrativo do Serviço Público – DASP. Para um melhor entendimento do processo de gestação dessas instituições, será realizada uma breve apresentação da conjuntura econômica e política desse período da história do Brasil.

Para reconstruir a história da criação do Arquivo Central da FGV, é necessário inseri-la na conjuntura das transformações que estavam ocorrendo na sociedade brasileira na década de 1930 e 1940. A análise do contexto histórico, político, cultural e econômico do período em que a FGV foi idealizada – o Estado Novo e sua ação modernizadora – e o momento em que os primeiros funcionários do DASP são enviados ao exterior para se aperfeiçoarem na área de documentação são marcos do tema desta dissertação.

No terceiro capítulo, será realizada uma análise de como surge a necessidade de se organizar os documentos no Brasil, enfatizando que, embora no Império tenha

ocorrido a criação de arquivos públicos (históricos), a preocupação com a documentação administrativa surge no DASP, influenciado pelo modelo americano. Essa penetração da cultura americana será muito expressiva no Estado Novo, em toda a cultura brasileira. O capítulo seguinte foca o período de 1990 a 2008, quando ocorreram mudanças de paradigmas na Arquivologia e estruturais na FGV e no Arquivo Central.

Em seguida, são apresentados, nas considerações finais, os principais motivos que acarretaram a perda da visibilidade interna e externa do Arquivo Central, assim como para as mudanças ocorridas no setor.

Registrar a história do Arquivo Central e sua posição pioneira no cenário arquivístico brasileiro será um valioso subsídio para todos os que pretendem conhecer a história dos arquivos empresariais no Brasil. A FGV se constituiu em um laboratório, onde as técnicas arquivísticas foram aplicadas e testadas, para depois serem disseminadas por instituições públicas e privadas. O caso do Arquivo Central da FGV é citado em depoimentos pontuais, na literatura arquivística, que evidenciam a sua importância nesse momento da história arquivística, mas que, até o momento não havia merecido um registro de sua criação e trajetória.

Elaborar a reconstrução da trajetória deste arquivo será importante neste contexto de limitada produção intelectual, mesmo por que não existem escritos sobre a sua criação. Além disso, o trabalho registra a atuação, dentro da FGV, de profissionais fundadores da arquivística no Brasil. É o caso de Marilena Leite Paes, idealizadora do Arquivo Central cuja atuação disseminadora das práticas arquivísticas tem sido constantemente lembrada pelas associações profissionais da atualidade, que a consideram uma das pioneiras da arquivologia no Brasil.

Não podemos esquecer que a construção da memória também envolve uma relação de poder, já que só é preservado para futuras recordações o que legitima os interesses daqueles que governam, administram ou descartam os documentos que não devem ser lembrados. Neste contexto, onde o arquivo é o lugar em que os interesses e as lutas pelo poder podem ser detectados nos documentos arquivados ou na falta deles, se insere este trabalho de reconstrução da história do Arquivo Central da FGV, cuja criação e recente extinção, não ficou imune a esse jogo de forças.

1. ARQUIVOS E MEMÓRIA

1.1. Um pouco sobre arquivos e memória

1.1.1. O que é arquivo?

Escrito, oral ou filmado, o arquivo é sempre produto de uma linguagem própria, que emana de indivíduos singulares ainda que possa exprimir o ponto de vista de um coletivo (administração, empresa, partido político etc.). Ora, é claro que essa língua e essa escrita devem ser decodificadas e analisadas. (Rouso, 1996: 4).

Na literatura arquivística é consenso que os arquivos surgiram na antiguidade, pela necessidade de guardar os registros das ações reais, religiosas e econômicas, da vida pública e privada dos povos antigos no Oriente Médio. Na Mesopotâmia, foram encontrados indícios de que as classes dominantes registravam apenas os fatos que interessavam deixar para as gerações futuras.

Segundo Sousa, os documentos se referiam, principalmente, a “tratados, contratos, atos notariais, testamentos, promissórias, recibos e sentenças de tribunais” (2007: 96) refletindo uma preocupação com a guarda dos documentos comprobatórios de direitos, que serviram para dar legitimidade a direitos e privilégios, nem sempre legítimos, característica que acompanhará a evolução dos arquivos durante a história das sociedades.

Em Silva, obtemos a informação de que esses arquivos, constituídos de documentos manuscritos e cartográficos, já definiam [...] as principais categorias que integram os arquivos de épocas mais recentes: cartas régias, tratados internacionais, atas, missivas, contratos, assentos contábeis, censos etc. (1999: 46-47).

Esses documentos refletiam as necessidades de um período de muitas conquistas, cujas terras e povos conquistados precisavam ser registrados em documentos e a localização de propriedades e tesouros, em mapas.

O termo arquivo teria surgido na Grécia antiga, no século III ou II a.C., a partir da denominação *arché*, atribuída ao palácio dos magistrados e que teria evoluído para *archeion* ou *archivum*, de origem latina, ambos significando o local de guarda, depósito de documentos. Em suma, os arquivos desde o seu surgimento estiveram próximos ao poder e foram criados para servirem às classes dominantes, visando resguardar seus direitos e informações e, em conseqüência, lhes proporcionando poder.

[...] a mais antiga transcrição da memória foi constituída por documentos correntes cujo modo de gestão que por vezes se perpetuou durante muito tempo, atingiu uma perfeição requintada nas civilizações do Oriente Próximo, da Grécia e de Roma. Os documentos eram produzidos e conservados para as necessidades do governo e da administração; a gestão do poder e a gestão de documentos estavam estreitamente ligadas por toda a parte. (Lodolini apud Sousa, 2007: 97).

Na Idade Média, os diplomas e as cartas eram utilizados para garantir os direitos e privilégios, reais ou usurpados, da nobreza. Os arquivos tinham um caráter pragmático e administrativo e o acesso era restrito aos mantenedores e aos funcionários autorizados. Dessa forma, não representavam uma forma de garantir os direitos de muitos, mas os privilégios de poucos.

Esta concepção de arquivo irá vigorar até fins do século XVIII, quando foram criados os Arquivos Nacionais da França, um modelo institucional que perdura até os dias de hoje.

O reconhecimento da importância dos documentos para a sociedade foi uma conquista da Revolução Francesa, que gerou importantes realizações no campo arquivístico: criação de uma administração nacional e independente dos arquivos; proclamação do princípio de

acesso do público aos arquivos; reconhecimento da responsabilidade do Estado pela conservação dos documentos de valor do passado. (Duchein apud Sousa, 2007: 99).

Segundo Rondinelli, a história dos arquivos percorreu cinco marcos históricos significativos. O primeiro refere-se à revolução francesa de 1789 e a criação do Arquivo Nacional da França, em 1790. Estes dois fatos são responsáveis pelo reconhecimento da importância dos documentos, da responsabilidade do Estado Moderno por sua guarda e conservação, e pela abertura do arquivo ao público. O acesso aos documentos ainda sofreria retrocessos e arbitrariedades, mas nesse momento, representou um passo importante nesse processo de liberação, que se seguiu no século XIX, visando garantir os direitos de todos os cidadãos.

O segundo momento foi determinado pela criação da *École Nationale des Chartes*, em 1821, na França, que transformou a arquivologia em ciência auxiliar da história, despertando o interesse pelo valor histórico dos arquivos e documentos.

O terceiro ocorreu em 1841, também na França, quando Natalis Du Wailly, historiador e arquivista, determinou que os documentos públicos fossem organizados por fundos. É o surgimento dos princípios de respeito aos fundos e da proveniência, que se tornaram, a partir de 1898, com o Manual dos Holandeses, um dos pilares da teoria arquivística, orientando a organização dos arquivos até os dias atuais.

O quarto marco ocorreu após o fim da II Guerra Mundial com o aumento dos documentos produzidos pela administração pública. Aqui se inscreve o surgimento da gestão de documentos, visando à racionalização dos procedimentos arquivísticos, através da utilização de um “conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes às atividades de produção, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (Indolfo et al apud Rondinelli, 2002: 41), tendo em vista viabilizar o papel decisório e gerencial das organizações.

Atualmente, a arquivologia está vivenciando o quinto marco, iniciado em 1980, com o surgimento dos documentos eletrônicos.

Uma outra abordagem apresentada por Silva (1999) é valiosa para este estudo, pois identifica as características da arquivologia europeia e norte-americana nas décadas de 1930 a 1980, que influenciaram a arquivística brasileira.

A década de 1930 se caracterizou pelo surgimento de uma proposta de unificação da terminologia arquivística; da racionalização das atividades de arquivo, na França e na Alemanha; e de uma preocupação com a avaliação dos documentos. Neste período, predominou uma arquivologia tecnicista.

Na década seguinte ocorreu a chamada “explosão documental” e conseqüente preocupação com os conteúdos informativos dos documentos, além do uso dos conceitos de *record group* e *records management* (EUA). Os arquivos ficaram vinculados à administração.

Na década de 1950 foi criado, no âmbito da UNESCO, o Conselho Internacional de Arquivos – CIA e publicada a primeira edição da obra de Theodore Schellenberg, *Arquivos modernos: princípios e técnicas*, em 1956.

O período de 1960 a 1969 se caracterizou pelo aprofundamento e especialização do conhecimento técnico arquivístico. Surgem discussões sobre o que é material de arquivo; as fronteiras entre arquivos, bibliotecas e museus; o objeto da arquivística e sobre os métodos de classificação. Neste período, percebe-se o predomínio da prática e da técnica.

A década de 1970 se caracterizou pela preocupação com questões técnicas e com o patrimônio arquivístico nacional. Foi criado o Programa Geral de Informação – PGI, da Unesco¹, em 1976 e o RAMP – Records Archives Management Program², da CIA, em 1977. No período ocorreram discussões teóricas propiciando o desenvolvimento científico da arquivologia, principalmente nos Estados Unidos e no Canadá; a publicação, em 1977, do texto *Le Respect des fonds en Archivistique: principes théoriques et problèmes pratiques*, de Michel Duchein e *Archives, administration: a manual for intermediate and smaller organization and for local government*, de Michael Cook. Nesta década, surgiu a preocupação com os registros informatizados e com a informação (Charles Dollar).

Finalmente, na década de 1980 surgiu a preocupação com a visão sistêmica dos arquivos e com a normalização, e com questões decorrentes do aparecimento de novos

¹ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

² Programa de Gestão dos Documentos e dos Arquivos

suportes e da utilização de novas tecnologias. As discussões acerca do impacto da informática e dos documentos eletrônicos se acentuaram. Merecem destaque, neste quesito, a arquivística do Canadá (Terry Cook, Luciana Duranti, Jean-Yves Rousseau, Carol Couture e Terry Eastwood) e a diplomática espanhola (Antonia Heredia Herrera e Vicenta Cortés Alonso).

Em face dessa periodização, pode-se afirmar que os arquivos acompanharam a história do homem desde a antiguidade e desempenharam um papel importante para a garantia dos direitos e registro dos acontecimentos históricos. No entanto, é somente na segunda metade do século XIX que a disciplina arquivologia buscará conferir um caráter científico aos procedimentos de guarda, conservação e manuseio dos documentos.

Mas, o que é arquivo? Será apenas o móvel em que as secretárias guardam as correspondências de seus chefes, os documentos que são digitados ou recebidos nos computadores ou o setor para onde são enviados os documentos?

Como veremos nos parágrafos seguintes, o conceito de arquivo é um conceito histórico e, portanto, sofre alterações ao longo do processo de desenvolvimento da área arquivística. Neste trabalho, foram apresentados os principais conceitos de arquivo, para que sejam evidenciadas as transformações ocorridas na área.

No Brasil, a definição de Sólton Buck, ex-arquivista dos EUA, esteve presente na literatura arquivística por algumas décadas. Para este profissional, arquivo é “o conjunto de documentos oficialmente produzidos e recebidos por um governo, organização ou firma, no decorrer de suas atividades, arquivados e conservados por si e seus sucessores para efeitos futuros” (Paes, 1991: 4).

No conceito acima, a pessoa física não é considerada como produtora de documentos e, em conseqüência, os arquivos pessoais são excluídos, embora na França, em 1970, o Manual de Arquivologia, publicado pelos Arquivos da França e pela Associação dos Arquivistas Franceses, conceituasse arquivo como “o conjunto de documentos, de qualquer natureza, que qualquer corpo administrativo, qualquer pessoa física ou jurídica, tenha automática e organicamente reunido, em razão mesmo de suas funções e atividades” (Fonseca, 1998: 33). A França possuía um conceito mais abrangente de arquivo não só em relação à pessoa responsável pela guarda, mas também

quanto à natureza dos documentos. Este conceito expresso na Lei nº 7.918, de 3 de janeiro de 1979, foi adotado no Brasil a partir de 1991.

O Manual dos Arquivistas Holandeses, em 1898, apresenta arquivo como “o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso, recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, na medida em que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia deste órgão ou funcionário” (Manual dos Arquivistas Holandeses, 1973: 13). Este conceito limita as funções de um arquivo ao seu aspecto institucional, cujos documentos são elaborados em suporte papel e com caráter oficial.

Na década de 1980, a definição de Schellenberg era referência nos trabalhos e discussões acadêmicas. Para este autor, “são os documentos de qualquer instituição pública ou privada que hajam sido considerados de valor, merecendo preservação permanente para fins de referência e de pesquisa e que hajam sido depositados ou selecionados para depósito, num arquivo de custódia permanente” (Schellenberg, 1973:19).

O *Dicionário Internacional de Terminologia Arquivística*, elaborado e publicado pelo Conselho Internacional de Arquivos – CIA, em 1984, define arquivo como “o conjunto de documentos, quaisquer que sejam suas datas, suas formas ou seus suportes materiais, produzidos ou recebidos por pessoas físicas e jurídicas, de direito público ou privado, no desempenho de suas atividades” (Fonseca, 1998: 33).

As definições se complementam e refletem uma diversificação dos suportes encontrados nos arquivos. Em todas são encontradas referências ao caráter orgânico e à acumulação decorrente de suas atividades, embora apenas nesta última sejam considerados documentos todos os registros de informação, independente do seu suporte.

Para Helena Corrêa Machado e Ana Maria de Almeida Camargo (Machado, 2000: 13), arquivo é o “conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas”.

No *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, encontramos as seguintes definições para arquivo:

1. Conjunto de **documentos** produzidos e acumulados por uma **entidade coletiva**, pública ou privada, pessoa ou família, no desempenho de suas atividades, independente da natureza do **suporte**. *Ver também* Fundo.
2. Instituição ou serviço que tem por finalidade a **custódia**, o **processamento técnico**, a **conservação** e o **acesso a documentos**.
3. Instalações onde funcionam **arquivos**.
4. Móvel destinado à guarda de **documentos**. (Arquivo Nacional, 2005: 26, grifos do autor)

Os conceitos de arquivo, encontrados em livros e periódicos, se assemelham entre si, e refletem um amadurecimento da Arquivologia no Brasil. Nossas definições são abrangentes e caracterizam as atividades arquivísticas e os diversos suportes encontrados nos arquivos.

Neste trabalho, adotarei a definição contida na Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu capítulo I, nas Disposições gerais, no

Art. 2º - Consideram-se arquivos, para os fins desta Lei, os conjuntos de documentos produzidos e recebidos por órgãos públicos, instituições de caráter público e entidades privadas, em decorrência do exercício de atividades específicas, bem como por pessoa física, qualquer que seja o suporte da informação ou a natureza dos documentos (Arquivo Nacional, 2008: 12)

Essa definição se aplica tanto aos arquivos públicos quanto aos privados e pessoais, a nível nacional. É conhecida como a “lei de arquivos”. É atual e apresenta os princípios que norteiam as atividades de um arquivo.

Um arquivo trata de documentos produzidos e recebidos que mantêm uma inter-relação entre si dentro de um contexto gerador. Os documentos não têm valor se isolados. A organicidade e a proveniência dos documentos produzidos e acumulados, no

desenrolar das atividades de uma instituição ou pessoa, é que irá conferir às informações um caráter de legitimidade e de prova.

O princípio da proveniência propõe que se mantenha “reunido, num mesmo fundo, todos os documentos, provenientes de uma mesma fonte geradora de arquivo” (Paes, 1997: 9-10). “Fundo” é a unidade de arranjo de documentos provenientes de uma mesma origem, o que significa que os documentos de uma instituição ou pessoa não podem ser desmembrados e dispersos entre aqueles produzidos por outras instituições ou pessoas físicas.

Um arquivo se constitui de documentos que têm uma relação de organicidade e de proveniência entre si, independente do suporte utilizado para o registro da informação. Independente do conceito escolhido, arquivos se referem a um conjunto de documentos. Mas o que é documento?

Os documentos variam de acordo com a sua função e dependem da área e da abordagem técnica utilizada independente de sua forma física. Inicialmente, os documentos eram registros em argila, em papiro ou em papel, mas a partir da década de 1970 esta definição se amplia e passa a considerar textos, desenhos, arte, imagens, monumentos ou quaisquer outras modalidades de expressão do homem. O que os caracterizava era a sua função comprobatória de determinadas posses ou privilégios, de registros do passado ou como fontes.

Para a história, os documentos se constituem de fontes de informações sobre acontecimentos. Segundo Rousso, as fontes são constituídas de todos os *vestígios do passado* que foram valorados pela sociedade como testemunho e registro de fatos e ações cujas lembranças merecem ser preservadas. Materialmente, os registros podem estar em diversos suportes, incluindo-se os virtuais e que devem ser reconstituídos pelo historiador em uma “escrita dotada de uma coerência interna e refutável, portanto de uma inteligibilidade científica” (Rousso, 1996: 2).

Le Goff parte da noção de documento-monumento de Michel Foucault para alertar aos pesquisadores da necessidade da adoção do método crítico em seus trabalhos, uma vez que a crença na neutralidade do documento não mais se sustenta. Cabe ao pesquisador analisá-los e desconstruí-los, para evidenciar as condições e intenções que nortearam a sua construção dentro das relações de poder vigentes. Para o autor, “não existe um documento verdade” (Le Goff, 1984: 102-103), pois os documentos são

conservados em função da imagem que os grupos detentores do poder desejam perpetuar.

Heymann destaca esta crítica de Le Goff à suposta “naturalidade” e “imparcialidade” do documento, assim como da necessidade da “apreensão das estruturas de poder que o criam e mantêm”. (Heymann, 2008: 4). Para a história, os documentos (fontes) devem ser analisados à luz da crítica e do momento histórico em que foram produzidos.

Para a arquivologia, segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, documento é uma “unidade de registro de informações, qualquer que seja o suporte ou formato.” (Arquivo Nacional, 2005: 72). Sendo assim, documento pode ser qualquer registro que contenha uma informação, seja em papel, em filme, em meio ótico ou em qualquer outro material. Num arquivo podem ser encontrados materiais escritos, cartográficos, fílmicos, fotográficos, sonoros, sejam analógicos ou digitais.

Os documentos podem ter valor documental administrativo, quando registram as atividades de uma instituição; legal, quando comprovam direitos e obrigações; e, contábil, quando atestam as operações orçamentárias. Além desses valores, possuem valor histórico, quando contém informações, que justifiquem sua guarda permanente.

Os documentos que asseguram direitos e privilégios podem sofrer manipulações. Cabe ao pesquisador contextualizá-lo para identificar as suas incongruências. Castro salientou a legitimação dos Estados Nacionais e a criação de arquivos, o que evidencia a preocupação do Estado com o controle e a guarda dos documentos produzidos pelos órgãos públicos. A partir deste momento, “Documentos tornaram-se, como Max Weber escreveu certa vez, os instrumentos de produção da burocracia”. (Castro C., 2008: 21).

Anheim e Poncet apresentam uma série de reflexões sobre a epistemologia da arquivologia e sua importância para a construção do saber histórico. Segundo os autores, as fontes são “fabricadas” como documentos e como arquivos, quando aqueles estão conservados, classificados e inventariados. Neste aspecto, evidenciam o trabalho crítico do arquivista ao selecionar e organizar os documentos que serão perpetuados, enquanto o historiador avalia suas informações, dentro do contexto histórico em que foram produzidos. A tarefa do arquivista vai além da responsabilidade pela conservação dos documentos, pois o arranjo documental e as opções de acesso configuradas na indexação são fatores determinantes para o sucesso do trabalho final do historiador.

Para esses autores, os arquivos são construídos pelos arquivistas, que, assim como os historiadores, utilizam da crítica sobre os documentos e intervêm diretamente sobre os quadros e processos da memória social.

Arquivos, museus e bibliotecas são responsáveis pela disponibilização de informações científicas, tecnológicas, culturais, institucionais, educacionais e sociais, embora possuam diferenças no tratamento, na forma de obtenção e na disponibilização dos seus documentos. As finalidades de bibliotecas e museus são didáticas, culturais, técnicas e científicas, enquanto as dos arquivos são funcionais, administrativas, jurídicas e históricas. Bibliotecas e museus tratam dos documentos individualmente. Cada livro, mapa ou objeto tem um significado enquanto os arquivos cuidam de conjunto de documentos. Essa diferença decorre da forma como os documentos são produzidos. Os arquivos são constituídos por documentos acumulados durante as atividades de uma instituição ou pessoa, numa ordem que confere organicidade entre eles. Em muitos casos, são exemplares únicos. Bibliotecas e museus cuidam de coleções de livros, documentos e objetos que não possuem qualquer relação orgânica entre si. Os documentos são produzidos em série para que sejam disponibilizadas em várias bibliotecas, visando o acesso de um número crescente de usuários.

Num arquivo institucional os documentos são produzidos pela instituição no decorrer de suas atividades, ou seja, não são obtidos através da compra ou permuta. Em alguns arquivos, como os pessoais e as cinematecas, por exemplo, os documentos podem ser obtidos através de doação, compra ou permuta, o que não é o caso abordado nesta dissertação já que o objeto é um arquivo empresarial.

Os arquivos, no entanto, também possuem coleções. Segundo o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, coleção é um “conjunto de documentos com características comuns, reunidos intencionalmente”. (Arquivo Nacional, 2005: 52).

Para Pomian, coleção é “qualquer conjunto de objectos naturais ou artificiais, mantidos temporária ou definitivamente fora do circuito das actividades económicas, sujeitos a uma protecção especial num local fechado preparado para esse fim, e expostos ao olhar do público” (Pomian, 1984: 53) e caracteriza os documentos de museus. Esses objetos teriam um carácter semióforo, mágico, que extrapola a função para o qual foram criados (utilidade). Os documentos de museus, em oposição aos de arquivo e biblioteca, assumem outro significado ao serem deslocados do seu ambiente. São objetos do

presente, uma vez que, no momento em que são reconstruídos adquirem um novo significado, decorrente das novas necessidades impostas pelas conotações temporais. Os objetos que constituem as coleções podem representar um grupo ou cultura, como também significados subjetivos que extrapolam seu valor cognitivo.

Assim como museus e bibliotecas, os arquivos públicos não deveriam se limitar ao papel de depósito de documentos, pois apenas a guarda, preservação e atendimento ao usuário não traduz a amplitude de suas vinculações com o universo social. Os arquivistas precisam produzir trabalhos científicos a partir das informações primárias contidas em seus acervos. As instituições deveriam promover palestras e discussões sobre problemas que afetam e exigem um novo dimensionamento da prática arquivística, visando adequá-la às necessidades da sociedade.

A realização de exposições que possibilitem a abertura de suas portas e de seu acervo ao “olhar do público”, é outra medida que propicia a inserção dos arquivos no roteiro cultural da cidade, uma vez que os seus documentos são públicos.

Por públicos entende-se que devem ser disponibilizados a todos os cidadãos, indiscriminadamente. Neste aspecto, a legislação brasileira limita o acesso a determinados documentos considerados sigilosos, resguardando a imagem pública de alguns atores da vida pública nacional. São considerados arquivos públicos os

conjuntos de documentos produzidos e / ou recebidos no exercício de suas atividades, por órgãos públicos de âmbito federal, estadual e municipal e do Distrito Federal, em decorrência de suas funções administrativas, legislativas e judiciárias. São, também, públicos os conjuntos de documentos produzidos e / ou recebidos por instituições de caráter público e por entidades privadas encarregadas da gestão de serviços públicos. (Indolfo, 1995:13).

Os arquivos públicos têm merecido um papel de destaque em nossa sociedade, de um lado por seu significativo valor informacional e cultural, e de outro por sua capacidade de promover o exercício da cidadania e da identidade. Deve-se ressaltar a atuação do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ em prol da preservação, armazenamento e descrição dos acervos públicos, condições imprescindíveis para a

democratização da informação e que tem atuado ditando normas e orientações para arquivos públicos, mas que servem como subsídios para os arquivos empresariais.

No caso de arquivos empresariais, a situação é mais complexa. Os documentos do arquivo pertencem a uma instituição privada que detém a propriedade de informações, que nem sempre podem ser divulgadas e conhecidas do público externo e da concorrência. Ao contrário de museus, bibliotecas e arquivos públicos, os empresariais não são abertos ao público externo e não têm como finalidade a divulgação das informações ao usuário externo, mas a sua recuperação de maneira rápida e eficaz, a fim de atender às demandas dos administradores e pesquisadores.

O acervo documental da FGV, cuja guarda é de responsabilidade do Arquivo Central, possui documentos que resguardam os direitos dos clientes e da instituição, além de fornecerem dados importantes para o estudo da evolução econômica e administrativa da sociedade brasileira. Seus documentos precisam ser preservados, porque são dotados de valor histórico e administrativo. Seu acervo está disponível para os funcionários e pesquisadores da instituição. O acesso aos documentos da FGV pelo público externo só é permitido mediante autorização da administração superior da instituição.

O arquivo empresarial é considerado um setor corporativo que presta um serviço de eficiência e segurança na guarda e disponibilidade das informações, diferencial que pode ser fator de sucesso perante a concorrência. Para o melhor desempenho de suas atividades, os arquivos empresariais necessitam dos seguintes instrumentos de trabalho: manual de procedimentos, incluindo o Código de Classificação de Documentos, se for o caso, ou informações sobre o arranjo adotado e uma Tabela de Temporalidade dos Documentos, onde são discriminados os prazos de guarda dos documentos. Atualmente, os instrumentos de pesquisa tradicionais estão sendo substituídos por um sistema automatizado de recuperação das informações.

O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* não apresenta a definição de arquivo empresarial, mas o de arquivo privado como o “Arquivo de entidade coletiva de direito privado, família ou pessoa. Também chamado arquivo particular.” (Arquivo Nacional, 2005: 35). No caso deste trabalho, estamos tratando de um arquivo privado de uma instituição voltada para atividades de ensino, pesquisa e consultoria, nas áreas de administração, economia, direito e história.

Os arquivos empresariais, dependendo da frequência da consulta, podem ser correntes - ficam junto à administração e guardam os documentos consultados frequentemente; intermediários – guardam os documentos que são consultados com menos frequência; e permanentes – que guardam os documentos de valor histórico, mas que são pouco consultados.

As principais funções de um arquivo empresarial é servir à administração na tomada de decisões, guardar e conservar as informações importantes para o futuro e disponibilizar as informações arquivadas no setor. Segundo Paes, “a função primordial dos arquivos é disponibilizar as informações contidas nos documentos para a tomada de decisão e comprovação de direitos e obrigações que só se efetivará se os documentos estiverem corretamente classificados e devidamente organizados” (Paes, 2004: 60).

Os problemas, normalmente, encontrados nos arquivos empresariais são: a inexistência de uma política de arquivos; o tratamento técnico inadequado; um sistema inadequado ou mal estruturado para a recuperação das informações; a ausência de investimentos; a falta de recursos humanos qualificados; a ausência de critérios de avaliação dos documentos; o aumento da massa documental produzida e a redução do espaço físico para a guarda de documentos. Outro aspecto que irá prejudicar a qualidade dos serviços de um arquivo empresarial é que nem sempre o setor é considerado pelos administradores como fonte de informação estratégica ou não é prioritário dentro das metas da empresa.

Concluindo, arquivos e documentos são conceitos que se complementam e que servem para o registro da memória, para que as lembranças não se percam e só fique o esquecimento. Mas o que é memória?

1.1.2. O que é memória?

A Memória, onde cresce a história, que por sua vez a alimenta, procura salvar o passado para servir o presente e o futuro. Devemos trabalhar de forma que a memória coletiva sirva para a libertação e não para a servidão dos homens (Le Goff, 2003: 477).

No mundo atual as noções de tempo e espaço mudaram de forma tão rápida que o que era passado deixa de ter sentido, já que o hoje passa para a categoria de ontem muito rapidamente. A fluidez do presente surpreende o homem, acarretando uma maior preocupação com a memória em nossa sociedade.

Andréas Huyssen analisa essa *cultura da memória* que caracteriza o momento atual, em decorrência do caráter efêmero das informações na modernidade. Tudo é muito rápido, o que impossibilita conservar e guardar todos os registros, fatos e acontecimentos. Essa avalanche de informações, por outro lado, provoca ansiedade e medo do esquecimento. “A minha hipótese aqui é que nós tentamos combater este medo e o perigo de esquecimento com estratégias de sobrevivência de rememoração pública e privada” (Huyssen, 2004: 20). Essa *febre de memória* desencadeou o aparecimento de uma série de eventos, instituições, livros e trabalhos acadêmicos, numa tentativa de perpetuar os momentos passados, que podem ser reconstruídos através das lembranças.

Essa *febre de memória* irá acarretar uma preocupação com a guarda de documentos e lembranças, que se não for acompanhada de uma política de avaliação, poderá causar danos irreparáveis. A proliferação de centros culturais, arquivos e centros de documentação, entre outras instituições semelhantes, é uma das conseqüências dessa omissão, que dispersa e dificulta a localização das informações e que, em muitos casos, não são gerenciadas por pessoal qualificado. Isso pode provocar danos irreparáveis, como a eliminação de documentos, cuja informação pode elucidar ou servir de evidência na investigação sobre determinado acontecimento fato histórico. Um arquivista utiliza-se de critérios mais adequados quanto à avaliação do que deve ser guardado, tendo em vista sua utilização para o futuro. A preocupação em nada esquecer pode, por outro lado, provocar uma guarda sem critérios, transformando a instituição numa verdadeira *Torre de Babel*³, o que dificulta a localização das informações.

Mas o passado que preocupa o homem atual não se refere a um tempo muito distante, mas ao ontem, ao presente que passa muito rápido e não consegue ser capturado ou registrado, desaparecendo com a mesma velocidade com que nos

³ A expressão *Torre de Babel* simboliza, nos textos bíblicos, um local em que todos os povos estavam reunidos, mas que a diversidade das línguas, dificultava o entendimento. Neste trabalho, simboliza um acúmulo de documentos sem qualquer arranjo, impossibilitando a recuperação das informações.

surpreendeu em sua chegada. Essa fluidez do presente acarreta o surgimento da preocupação com o esquecimento, onde a vontade de nada esquecer passou a ser a preocupação de nosso tempo. Neste contexto, a memória seria a resposta e o sintoma do presentismo, segundo Hartog.

O século XX é o que mais invocou o futuro [...]. Mas, ele é também o século que, sobretudo no seu último terço, deu extensão maior à categoria do presente: um presente massivo, invasor, onipresente, que não tem outro horizonte além dele mesmo, fabricando cotidianamente o passado e o futuro do qual ele tem necessidade. Um presente já passado antes de ter completamente chegado. Mas, desde o fim dos anos 1960, este presente se descobriu inquieto, em busca de raízes, obcecado com a memória. À confiança no progresso se substituiu a preocupação de guardar e preservar: preservar o quê e quem? Este mundo, o nosso, as gerações futuras, nós mesmos. (Hartog, 2006: 6).

Assim como Hartog, Nora alerta para a percepção social dos riscos trazidos pela aceleração histórica, para o perigo do esquecimento e do eterno presente que provocam uma obsessão pelos arquivos, museus e outras instituições que possam garantir a “permanência do passado”.

Nora alerta que essa explosão de memória, de nossa época, reflete mais uma limitação da memória coletiva do que um aumento do nacionalismo, uma vez que nas sociedades pré-industriais, os suportes sociais – símbolos, comemorações, livros e monumentos - eram condições para a sua continuidade e preservação.

Na percepção de Nora, a memória também é um processo de reconstrução permanente, como defendia Pomian. Memória seria algo vivo perpetuado no presente e que sofre ajustes e alterações impostas pela contemporaneidade (Nora, 1993: 9).

A memória individual ou coletiva é transformada em memória arquivística através do documento, enquanto suporte de informações do passado e do presente que deve ser arquivada e preservada.

A materialização da memória está assim, em poucos anos, prodigiosamente dilatou-se, desacelerou-se, descentralizou-se, democratizou-se [...] Não somente guardar tudo, mas conservar todos os signos indicativos da memória, mesmo se não soubermos exatamente de que memória eles são indicadores. Mas produzir arquivos é o imperativo de nossa época (Nora, 1993: 15-16).

Assim como a invenção da escrita⁴, o surgimento da imprensa representa uma revolução na memória ocidental. Embora lentamente, a memória oral vai sendo substituída pela impressa.

A memória dentro da proposta desta dissertação vai além dos mecanismos fisiológicos, envolvendo as inter-relações entre memória social ou coletiva⁵, esquecimento e memória individual. Embora a memória se processe e se construa a partir de indivíduos, como estes estão em constante relação com a sociedade não é possível dissociá-la de sua dimensão coletiva, social e, em muitos casos, institucional. Ou seja, a memória do homem seria constituída de lembranças individuais e coletivas que permeiam as suas relações com os outros homens.

Pierre Nora compartilha dessa concepção de memória como produto de um grupo social, ao afirmar que “a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada” (Nora, 1993: 9).

Michael Pollak ressalta o caráter destruidor e opressor da memória coletiva. Para o autor, a memória é seletiva, é conflito, é uma construção e por ser um fenômeno socialmente construído, reforça o sentimento de pertencimento de um indivíduo a um

⁴ As conseqüências da importância da escrita enquanto registro dos atos, sentimentos e conhecimentos do homem foram percebidas por grandes pensadores, como Sócrates, que alertou: “Se os homens aprenderem isto, estará implantado o esquecimento em suas almas: eles deixarão de exercitar a memória porque confiarão no que está escrito e chamarão as coisas à lembrança não mais dentro de si, mas por meio de marcas externas: o que descobristes é um remédio não para a memória, mas para a lembrança.” (Duranti apud Sousa, 2007:94).

⁵ Halbwachs foi o primeiro autor a se preocupar com a memória relacionada ao indivíduo e ao grupo, e não à psique. Para este autor, a memória é coletiva, sendo que a individual é formada por lembranças pessoais, a partir de suas relações com o social. A memória coletiva é formada por lembranças que estão em constante renovação e pertencem ao grupo, enquanto a individual está atrelada a do grupo e à tradição, ou seja, à coletiva.

grupo. Memória se constrói, a partir do presente, a partir do contexto político do momento em que vivemos. Para Pollak, a memória

A memória é seletiva [...] sofre flutuações [...] é fenômeno construído [...] Se podemos dizer que, em todos os níveis, a memória é um fenômeno construído social e individualmente, quando se trata da memória herdada podemos dizer que há uma ligação fenomenológica muito estreita entre a memória e o sentimento de identidade [...] podemos, portanto, dizer que a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como coletivo, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução em si (Pollak, 1992: 203-204).

Esse sentimento de continuidade é um fator de identidade individual ou coletiva que se revela através das relações sociais, das tradições e dos cultos e, conseqüentemente, da coesão entre os membros.

Nos últimos anos, o termo memória esteve presente em diversas publicações e trabalhos. Essa preocupação com a memória não tem, no entanto, evitado a perda de registros valiosos de informações, seja por negligência dos responsáveis pela guarda do acervo ou por interesses dos produtores dos documentos. Os arquivos, museus e bibliotecas representam locais para minimizar o esquecimento, proporcionam a sensação de que o passado, hoje cada vez mais próximo de um presente efêmero, poderá ser lembrado através dos seus vestígios, sejam objetos, documentos ou livros, desde que preservados. Essa “volta ao passado” é simbólica, pois é impossível reviver todo o contexto de tempo e de espaço já vivido, assim como os registros extrapolam o campo material ou histórico, e envolvem também o simbólico.

Pomian alerta não só para a impossibilidade de se guardar todos os documentos, mas também para o caráter construtivo da memória, que depende dos interesses políticos, militares e econômicos, que norteiam os critérios sobre o que deverá ser preservado para as gerações futuras. Segundo Pomian,

A memória é, em suma, o que permite a um ser vivo remontar no tempo, relacionar-se, sempre mantendo-se no presente, com o passado [,,] É sempre imperfeita, porque o passado não pode, em circunstância alguma, ser simplesmente restituído na íntegra, e toda a reconstrução é sempre marcada pela dúvida (Pomian, 2000: 508).

Jacques Le Goff apresenta a memória coletiva enquanto instrumento de manipulação do que deve ser lembrado ou esquecido, podendo recriar, reforçar ou destruir determinadas identidades sociais dependendo dos interesses de quem detém o poder. Segundo Le Goff,

A memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva [...] Mas a memória coletiva não é apenas uma conquista, é também um instrumento e um objeto de poder [...] Nas sociedades desenvolvidas, os novos arquivos (arquivos orais e audiovisuais) não escaparam à vigilância dos governantes, mesmo se podem controlar esta memória tão estreitamente como os novos utensílios de produção desta memória, nomeadamente a do rádio e a da televisão (Le Goff, 1984: 476-477).

Confirmando as ponderações de Le Goff e Pomian, Heymann alerta que “instituições criadas com a vocação declarada de preservar a memória têm sempre caráter político, na medida em que a memória é instrumento político, capaz de criar identidades, de produzir um discurso sobre o passado e projetar perspectivas sobre o futuro” (Heymann, 2005: 9).

Ler os documentos como monumentos, supõe “desmontar” cada um para verificar se aquela informação é a memória da sociedade ou do grupo que detém o poder. Os fatos e as versões que deverão ser registradas e lembradas constituirão a memória histórica ou a história oficial.

A memória coletiva é instrumento e objeto de poder. A democratização da memória social é uma prioridade para que todos tenham acesso às informações, aos seus direitos e à sua cidadania.

Concluindo, atualmente, utiliza-se com frequência o termo memória e correlatos, tais como: resgate, preservação, conservação, lembranças etc., sempre associado ao passado. Mas a memória não vai conservar o passado, mas reconstruí-lo, no presente, através das lembranças produzidas por um grupo social. A memória pode ser individual e coletiva, tradição e projeto, esquecimento e lembrança, oral e escrita, ou seja, é sempre um processo, que fortalece o sentimento de identidade através dos acontecimentos, que podem ser vividos individualmente ou pelo grupo, independente do contexto espaço-temporal; e, dos lugares que são ligados às lembranças e se constituem em *lugares de memória*.

Arquivos, bibliotecas, centros de documentação, museus são os locais que são ligados às lembranças e se constituem em *lugares de memória*. E como ficam os *lugares de memória* numa sociedade digital?

1.2. Os arquivos como *lugares de memória* e *lugares de informação*?

Os *lugares de memória* são, antes de mais nada, restos. [...] São rituais de uma sociedade sem ritual, sacralidades passageiras em uma sociedade que dessacraliza, ilusões de eternidade (Nora, 1993: 13).

Pierre Nora utiliza o conceito de *lugares de memória* para designar as instituições que foram criadas para se constituem em fontes privilegiadas de informações sobre o passado, porque não existem mais os *meios de memória*, ou seja, “Se habitássemos ainda nossa memória, não teríamos necessidade de lhe consagrar lugares. Não haveria lugares porque não haveria memória transportada pela história” (Nora, 1993: 8).

Os *lugares de memória* são representados não só pelos arquivos, museus, bibliotecas, mas também por monumentos, comemorações etc., como justifica o autor,

museus, arquivos, cemitérios e coleções, festas, aniversários, tratados, processos verbais, monumentos, santuários, associações [...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais (Nora, 1993: 13).

Desse modo, *lugares de memória* se constituem de locais funcionais, materiais ou imateriais (simbólicos) que representam as memórias de uma nação e onde se cruzam as memórias individuais, familiares ou de grupos, tais como, monumentos, uma igreja, um sabor, um arquivo, uma bandeira, uma árvore centenária, que podem simbolizar ou identificar um grupo social.

Datas comemorativas, por exemplo, são referências comuns, eleitas para celebrar momentos importantes da vida dos indivíduos, das instituições e das nações. Elas legitimam identidades e podem trazer de volta à lembrança um fato que gera uma ligação entre os homens, baseada na memória e na identidade. Neste sentido, comemorar é resgatar do passado do esquecimento e garantir a permanência para o futuro.

Para Nora, “[...] a razão fundamental de um lugar de memória é parar o tempo, bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, materializar o imaterial para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais” (Nora, 1993:13). Essa preocupação com o esquecimento provoca uma reação de acumular documentos em instituições especializadas, o que segundo Nora, caracteriza a sociedade atual. Para Nora,

Nenhuma época foi tão voluntariamente produtora de arquivos como a nossa, não somente pelo volume que a sociedade moderna espontaneamente produz, não somente pelos meios técnicos de

reprodução e de conservação de que dispõe, mas pela superstição e pelo respeito do vestígio. A medida em que desaparece a memória tradicional, nós nos sentimos obrigados a acumular religiosamente vestígios, testemunhos documentos, imagens, discursos, sinais visíveis do que foi, como se esse dossiê cada vez mais prolífero devesse se tornar prova em não se sabe que tribunal da história. [...] Daí a inibição em destruir, a constituição de tudo em arquivo, a dilatação indiferenciada do campo do memorável, o inchaço hipertrófico da função da memória, ligada ao próprio sentimento de sua perda e o reforço correlato de todas as instituições de memória. (Nora, 1993: 15).

Esses lugares permitem uma cristalização da memória e são escolhidos por seu significado histórico, embora nem sempre tenham representatividade para todos os grupos. São lugares materiais ou imateriais, simbólicos e funcionais, nos quais se encarnam as memórias de uma nação. Um depósito de arquivos é material porque é um depósito, tem existência física; é funcional, porque tem uma função enquanto guardião da memória de alguma instituição, cidade ou pessoa física, por exemplo, e é *lugar de memória* porque representa o ritual, o suporte de que a memória se apropria para que não desapareça rápida e definitivamente.

Atualmente, podemos enumerar alguns arquivos que ajudam a preservar a nossa memória: arquivos públicos - contêm informações referentes ao município, estado ou país, dependendo de sua área de abrangência; arquivos administrativos de empresas e instituições - com informações sobre as atividades desenvolvidas; arquivos paroquiais - contêm registros de batismo, inventário dos habitantes por ocupações, idade, número de filhos, posse de escravos, relações de parentesco, entre outras informações; arquivos de instituições de ensino - possuem registros do nível de escolaridade da população local, dos métodos adotados, do nível de formação de seus professores etc.; arquivos de hospitais ou médicos - contêm informações sobre os doentes, os medicamentos administrados, resultados dos exames etc., muito valiosas para o estudo da evolução de doenças, dos tratamentos etc.; arquivos de cemitérios - importante também para traçar a radiografia da saúde de uma população, por exemplo.

Após analisarmos a evolução dos conceitos de memória e de arquivos, podemos concluir que eles se complementam. A memória precisa dos arquivos enquanto o lugar onde são guardados os suportes das informações.

A memória assim registrada e conservada constituiu e constitui ainda a base de toda atividade humana: a existência de um grupo social seria impossível sem o registro da memória, ou seja, sem os arquivos. A vida mesma não existiria – ao menos sob a forma que nós conhecemos – sem o ADN, ou seja, a memória genética registrada em todos os primeiros “arquivos” (Lodolini apud Jardim, 1995: 4).

O Prof. José Maria Jardim cita Lima, que defende a importância dos arquivos e dos arquivistas, em Portugal, ao afirmar que, “um país sem arquivistas é um país sem arquivos, e um país sem arquivos é um país sem memória, sem cultura, sem direitos” (Lima apud Jardim, 1995: 5).

Mathieu e Cardin reforçam esse papel do arquivo enquanto local de guarda da memória e garantia de sentimento de identidade de um povo, ao afirmar que “os arquivos são práticas de identidade, memória viva, processo cultural indispensável ao funcionamento no presente e no futuro” (Mathieu e Cardin apud Jardim, 1995: 6).

Mas os arquivos são *lugares de memória e lugares de informação*. Esse novo paradigma é defendido por Jardim

Sem dúvida, a memória é uma dimensão inerente ao campo arquivístico, mas os arquivos não são apenas lugares de memória. Boa parte da literatura arquivística (sobretudo a norte-americana/canadense) tem insistido na ruptura com esta visão, apesar da dicotomia entre Arquivologia e Gestão de Documentos. A memória no espaço arquivístico só é ativada, porém, se em tais lugares de memória forem gerenciados também lugares de informação, onde esta não é apenas ordenada, mas também transferida. Se a memória não é neutra, muito menos a informação. É enquanto lugares de informação – espaços (às vezes virtuais)

caracterizados pelo fluxo informacional – que os arquivos se configuram hoje, provocando redimensionamentos na arquivologia. (Jardim, 1998: 245).

Nesta nova concepção do arquivo, principalmente após o advento da web, o foco sai do documento e sua organização e passa para a informação e sua disponibilização para a sociedade. A idéia não é ser um lugar onde se guarda e preserva a memória, mas também um lugar onde a informação se torna um recurso estratégico na tomada de decisões e essencial na produção de conhecimento.

Consultando o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, o termo informação é o “elemento referencial, noção, idéia ou mensagem contidos num documento”. (Arquivo Nacional, 2005: 107). Herrera também define arquivo como um “conjunto estruturado de documentos que oferecem informação”. (Herrera. 1991: 113).

Existe um consenso que a informação está presente nos documentos de arquivo. Em relação ao acesso do usuário e a transformação dessa informação em conhecimento é que os problemas e obstáculos ainda persistem. No entanto, essa mudança e conscientização dependem de medidas que possibilitem o acesso à informação a todos os cidadãos.

Informação é também uma fonte de poder. Quem detém uma informação obtém vantagens seja no meio acadêmico, empresarial ou internacional. O arquivista precisa disseminar as informações contidas nos documentos de seus arquivos, para que todos os seus usuários tenham igualdades de condições de acesso aos seus direitos.

A produção intelectual sobre a informação arquivística no Brasil ainda é limitada. Como analisa Jardim, “a noção de informação arquivística é recente na literatura da área e ainda carece de verticalização teórica. Na verdade, a Arquivologia tende a reconhecer os arquivos como o seu objeto e não a informação arquivística” (Jardim, 1999: 29).

A questão da informação arquivística foi intensificada pela revolução tecnológica, ocorrida no século passado, que afetou toda a sociedade: surge a memória eletrônica. A arquivologia, sob os efeitos da informática, ingressa na era pós-custodial, que será analisada em seguida.

1.3. A arquivística pós-custodial

A arquivologia foi profundamente marcada, em suas origens, pelos aspectos pragmáticos vinculados às práticas burocráticas visando eficácia e eficiência na guarda e preservação de arquivos, notadamente os públicos [...] o novo paradigma da arquivologia é mais do que a passagem dos documentos em papel para os documentos eletrônicos – é a passagem para uma arquivologia pós-custodia, ou arquivologia pós-moderna (Fonseca, 2005: 55, 59).

No século XIX, o objeto do arquivo era o documento histórico e os historiadores eram os profissionais responsáveis pela sua guarda. Em meados do século XX, o foco passa para o documento administrativo para atender as necessidades da racionalidade da administração pública e surge a necessidade de um profissional especializado que realize a gestão de documentos com eficiência. O campo de atuação deste profissional se amplia, além dos arquivos públicos, surgem os arquivos pessoais e os institucionais.

Atualmente, o objeto passa do documento para a informação, consequência da imaterialidade do documento virtual. Surge a Sociedade da Informação, Sociedade do Conhecimento ou Sociedade em Rede - expressões que resultam de uma base tecnológica, onde a informação é representada em formato digital.

Como já vimos anteriormente, no século XX, a tecnologia eletrônica provocou profundas alterações na sociedade, que interferiram nas relações e formas de comunicação do homem, embora necessite da intervenção humana para a sua programação e funcionamento. A informática se torna importante auxiliar para a memória do homem. É a arquivologia pós-custodial, que se caracteriza pela “renovação no modo de saber e fazer para a Arquivística do século XX!” (Brito, 2005: 37).

Essa passagem de uma cultura analógica à digital rompe com a continuidade dos vínculos entre espaço e tempo. Além das modificações culturais, ocorre uma aceleração na produção e circulação dos documentos, acarretando a necessidade de um acesso mais rápido às informações e nas trocas de experiências no mundo dos negócios, da política, do lazer e da relação entre pessoas.

com a intensificação da presença da informática – que permite a criação, captura e gestão da informação na sociedade contemporânea – inicia-se um processo de mudança de paradigma existente, disparando a percepção do valor da informação e, numa visão mais direcionada, contribuindo para o advento do que se chama Arquivística Pós Custodial. (Andrade, 2006: 151).

Há uma mudança de paradigma. A memória na sociedade contemporânea se encontra agora dissociada do seu suporte físico. Desse modo, a arquivística pós-custodial surge como uma reação à arquivologia tradicional, que se preocupava com a custódia e a guarda dos documentos sem focar na disponibilização da informação para o usuário ou sua transformação em conhecimento, ou seja, com a difusão e o acesso. Estas mudanças acarretam uma preocupação com a definição de um padrão internacional de descrição, visando facilitar o intercâmbio de informações entre arquivos e o acesso on line aos bancos de dados arquivísticos.

Segundo Silva, o paradigma custodial reflete o modelo da modernidade, “da História, das instituições memorialísticas e custodiadoras geradas pelo Estado-Nação e incorporadas mais tarde (depois da II Guerra Mundial) no Estado Cultural, tais como os Arquivos, as Bibliotecas e os Museus e do pendor técnico/tenicista ou procedimental” (Silva, A., 2006: 158). É o predomínio das normas e procedimentos empíricos, excetuando-se apenas a de conservação e restauração, que utiliza os conhecimentos científicos da biologia e da química, entre outros.

As novas tecnologias e os novos suportes abalam a questão da permanência dos documentos, já que as mídias eletrônicas são efêmeras e exigem uma migração constante para que a informação não se perca, assim como necessitam de hardwares e softwares que assegurem o acesso à informação.

No Brasil, ainda encontramos arquivos institucionais na fase custodial, em relação aos procedimentos técnicos que adotam, mas a mudança é inevitável. A arquivologia não poderá retardar esse processo. As mudanças tecnológicas provocaram uma postura mais crítica de seus usuários em relação à informação que lhes é oferecida.

Os arquivistas precisam adquirir informações para que tenha condições de usufruir das facilidades que a tecnologia lhe proporciona.

O documento do ponto de vista arquivístico caracteriza-se pelo registro de informação orgânica, utilizada em tomada de decisão e produzida como resultado das ações de entidades e pessoas. Já os ambientes digitais, os Websites, documentos hipermídia produzidos nos sistemas digitais visam a divulgação, promoção, exposição e comunicação de informações a determinado público (Luz, 2009).⁶

Atualmente, em todo o mundo, os arquivos estão vinculados “à noção de cidadania, ao direito à informação, ao apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico e, ainda, como elemento de prova” (Sousa, 2007:100).

As sociedades têm se caracterizado por constantes mudanças e transformações. Estamos inseridos numa Sociedade digital repleta de desafios dos quais não podemos recuar. Não poderemos nos manter fora dela ou retardarmos esse processo, mas precisamos conhecê-la melhor para minimizarmos a sua efemeridade.

A preservação passa a se preocupar com a informação, independente do suporte, que deverá se manter, no futuro, acessível e legível, em formato digital. Para Cook,

Os arquivistas passaram, durante o último século, de guardiões passivos de um resíduo documentário, deixado pelos produtores de documentos, a criadores e formadores do patrimônio arquivístico. Evoluíram de ascéticos e imparciais guardiões de uma herança documental para se transformarem em agentes intervenientes, que determinam padrões de manutenção e gestão, selecionando para preservação somente uma minúscula parcela do grande universo de informações registradas. Arquivistas transformaram-se, dessa forma, em ativos construtores de suas ‘casas de memória’. Assim,

⁶ Retirado do Blog do ENARA – Executiva Nacional de Associações Regionais de Arquivologia – A arquivística e a Arquitetura da Informação: similaridades, enviado pelo arquivista Charley Luz . Disponível em <http://www.enara.org.br>. Acesso em: 13/04/2009.

devem estar atentos, a cada dia, com o exame das suas políticas nos processos de criação e formação da memória arquivística (Cook apud Silva, 2009: 100-101).

O grande volume de documentos que caracteriza o momento atual, a facilidade de se obter uma cópia ou uma impressão, representa um forte impacto na sociedade e nos arquivos, acarretando uma seleção cada vez mais rigorosa dos acervos a serem preservados. Mas o que é preservação?

Consultando o *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, encontra-se que é a “prevenção da deterioração e danos em **documentos**, por meio de adequado **controle ambiental** e/ou tratamento físico e/ou químico.” (Arquivo Nacional: 2005, 135, grifos do autor). Segundo Silva, o dicionário apresenta um conceito limitado, pois não abrange todas as possibilidades do gerenciamento da preservação. Este autor contrapõe o ponto de vista de Conway em que “o gerenciamento e preservação compreende todas as políticas, procedimentos e processos que, juntos, evitam a deterioração ulterior do material de que são compostos os objetos, prorrogam a informação que contêm e intensificam sua importância funcional” (Conway apud Silva, 2009: 75). A preservação ultrapassa a visão tradicional de conservação / restauração e assume uma atitude pró-ativa, onde a conservação preventiva e a reformatação do suporte são contemplados nas estratégias que visam evitar a perda da informação.

Para Silva, o surgimento da tecnologia digital provocou uma mudança no conceito de preservação. A “preservação contínua e a longo prazo” pode ser definida como “o conjunto de ações implementadas para garantir durabilidade e permanência aos suportes que contêm a informação” (Silva, 2009: 85). Essas ações envolvem as intervenções possíveis pelo avanço tecnológico, planejadas para serem implementadas de maneira constante e, conseqüentemente, mais eficiente.

A preservação dos documentos visa atender às finalidades dos arquivos: comprovar direitos e privilégios, assegurar a memória institucional, servir de fonte para o historiador e, atualmente, assegurar o acesso à informação. A gestão dos documentos se torna, assim, o meio mais eficaz de preservar os documentos. Silva acentua a sua importância ao defender que “com a gestão, preserva-se a memória, a história, as questões do Estado, a comprovação dos direitos, o atendimento dos objetivos da

administração pública, a possibilidade do accountability e a atuação dos governos. Preserva-se a informação social, tecnológica, científica, cultural” (Silva, 2009: 103).

A vulnerabilidade dos documentos digitais acentua a preocupação com a avaliação nos arquivos. Harald Weinrich (2001), em sua obra *Lete: arte e crítica do esquecimento*, alerta para o papel do rejeitador, ou seja, do arquivista que precisa avaliar os documentos para que tenha condições de lhes dar o tratamento técnico adequado porque não dispõe de espaço e recursos para acumular o que é produzido. Os arquivistas precisam se conscientizar do papel relevante que têm nesse processo de seleção dos documentos ou informações, tendo em vista a reconstrução da memória de sua instituição, comunidade, grupo etc.

Arquivos são instituições onde se guardam documentos. Mantêm à disposição o tesouro escrito onde se documentam processos de natureza jurídica e administrativa como modelo e referência para fins futuros, que também podem ser de natureza histórica. São em grande parte arquivos “públicos”. (Weinrich, 2001: 285).

Segundo Huyssen: “Alguns têm-se voltado para a idéia do arquivo, como um contrapeso ao sempre crescente passo da mudança, um lugar de preservação espacial e temporal. Do ponto de vista do arquivo, é claro, o esquecimento é a última das transgressões.” (Huyssen, 2004: 33). O mundo atual valoriza as funções de acumular, preservar e divulgar as informações, o que se constitui num desafio para os arquivistas. Mas, como questiona o autor, a recordação total não representará uma “fantasia de um arquivista maluco?” (Huyssen, 2004: 15).

O arquivista atual necessita se libertar de sua posição tradicional de “mero guardador de papéis” e assumir uma nova posição de gestor da informação. Não é possível guardar todos os documentos produzidos, mesmo porque o volume acarretaria problemas de logística e inviabilizaria a sua organização, transformando o arquivo numa imensa torre de babel, onde a localização das informações estaria prejudicada. Os arquivistas estão cada vez mais preocupados em determinar critérios de seleção dos documentos, visando criar não só *lugares de memória*, mas também *lugares de informações* relevantes para o futuro. Atualmente, é indiscutível a importância da

preservação de documentos e do acesso à memória e às informações para a garantia de direitos, da cidadania e da inclusão social. Pois, como acentua Bellotto, “a informação perdida não se recupera mais. Que o resgate seja feito a tempo e a hora. Quanto mais completo for o quadro de resgate da informação, tanto melhor para que o historiador caminhe mais seguramente no seu trabalho de reviver e questionar os comportamentos do passado” (Bellotto, 2004: 278).

A eliminação dos documentos públicos é orientada pela Tabela de Temporalidade, disponibilizada pelo CONARQ, para arquivos públicos federais. Os critérios de guarda ou eliminação baseiam-se na legislação em geral, nas normas internas do órgão, na esfera pública ou da instituição, na esfera privada que produziu o documento e na finalidade para a qual foi criado. A falta de uma política de arquivos nas instituições públicas ou privadas impede que um programa de avaliação de documentos seja eficiente.

No entanto, o arquivista precisa ficar atento para o valor histórico dos documentos, que ultrapassa o seu valor jurídico-administrativo, o uso primário, e confere ao documento um valor heurístico, social e/ou cultural. A historiografia brasileira foi prejudicada pela falta de sensibilidade e conhecimento dos profissionais que organizavam os acervos, acarretaram a eliminação de documentos valiosos para a história do país, por desconhecimento de que os documentos que nascem administrativos, também possuem informações históricas, que ultrapassam as razões para as quais foram criados. Por outro lado, não podemos isentar as autoridades que, em muitos casos, foram responsáveis pela destruição de acervos, no Brasil, numa tentativa de apagar vestígios.

Os avanços tecnológicos têm produzido um grande volume de documentos, exigindo uma avaliação criteriosa e obrigatória, mas que deve ser cuidadosa e responsável. A história do cotidiano precisa de informações que se encontram também em documentos administrativos.

Por isso a nossa memória, mais rica do que nunca, é também muito mais vulnerável porque depende mais do que anteriormente dos riscos das conjecturas econômicas, políticas e militares [...] Podemos, pois, esperar que, se o homem não se vir reduzido dentro

em pouco ao estado de fóssil e a globalidade do seu patrimônio ao estado de ruína, os nossos sucessores encontrem na sua memória documentos e monumentos suficientes para formarem idéias muito claras acerca do nosso presente tornado o seu passado (Pomian, 2000: 515).

O arquivista precisa ter bom senso na seleção dos documentos, sem deixar que suas preferências ou interesses interfiram em seus critérios, que precisam ser claros e discutidos de forma interdisciplinar. Uma seleção criteriosa e eficaz irá propiciar a guarda de documentos que podem se constituir em instrumentos de cidadania e identidade.

Nossa sociedade se caracteriza pelo efêmero, pelo passageiro, pela velocidade e pela superficialidade. As mudanças tecnológicas ocorrem de maneira cada vez mais acelerada e estão imprimindo em nossa sociedade um ritmo que não percebemos, mas que estão afetando nossas relações sociais, pessoais, familiares e nossos valores. É importante preservar a informação enquanto condição de inclusão social e cidadania. Essa ação não deveria se restringir aos profissionais de arquivos, museus e bibliotecas e de historiadores, mas ser uma preocupação de toda a sociedade, pois como vimos, a memória é um importante elemento de identidade de uma nação.

No que se refere à preservação de acervos arquivísticos, a situação é preocupante e muito complexa. Os danos aos acervos podem ocorrer por uma gestão ineficiente, acidentalmente, por vandalismo, pela ação da natureza ou de insetos, ou pela ação deliberada, visando destruir documentos que venham a trazer prejuízos ao indivíduo ou a determinados grupos.

O manuseio incorreto dos documentos, tanto por parte do usuário quanto pelo arquivista, que nem sempre obedecem aos cuidados de higiene e de tratamento recomendados, pode trazer danos imediatos, irreversíveis e físicos ao documento como, por exemplo, rasgos ou manchas de café, ou atrair insetos para o acervo, pela gordura deixada pelos dedos, quando não foram utilizadas luvas descartáveis.

A construção de depósitos climatizados, onde a ação dos diferentes agentes deteriorantes de natureza física, química ou biológica seja controlada, é outra prática difícil de ser adotada por um arquivo, não só pelo alto custo, mas pela difícil

manutenção. Nesse sistema é imprescindível a manutenção da estabilidade, caso contrário de nada adianta o investimento, pois as oscilações são mais prejudiciais aos documentos do que a ausência da climatização.

Essas práticas fundamentam a conservação preventiva, que pretende aumentar a vida dos documentos, ou seja, sua legibilidade por um tempo mais longo. Como a restauração é um procedimento muito caro, a opção atual é criar condições que aumentem a durabilidade da informação, incluindo-se a migração para outras mídias, visando facilitar o acesso, no sentido de preservação do original.

A tipologia documental, os suportes, as técnicas e os procedimentos têm evoluído rapidamente em consequência das novas descobertas científicas e tecnológicas. No entanto, se por um lado fornecem novos conhecimentos técnicos que contribuem para a adoção de medidas mais adequadas para a conservação dos documentos, por outro têm produzido suportes / mídias que tornam os documentos cada vez mais frágeis. A questão começa a perpassar a ação dos administradores, conservadores e arquivistas, ao depender da indústria, que deixa de fabricar equipamentos, peças ou outros materiais indispensáveis ao acesso, pelo cidadão, à sua memória.

Nesse novo contexto, os documentos digitais ainda são tratados com cautela, pois não é possível garantir a permanência dos conteúdos informacionais desse suporte. A rápida obsolescência dos equipamentos e dos softwares que possibilitam o acesso às informações é fonte de preocupação e de reflexões entre os profissionais, que passaram a receber documentos na nova mídia. Novos procedimentos de digitalização estão sendo testados, exigindo um contínuo treinamento de pessoal para operar as novas tecnologias.

Como afirma Bellotto (2004: 299),

O arquivista hoje não pode esquecer que vive e atua profissionalmente na chamada 'era da informação', na qual as tecnologias da informação e da comunicação têm presença marcante. Os novos suportes documentais com os quais terá de lidar exigem conhecimento, competência, métodos e meios de produção, utilização e conservação física especiais. São fatores novos, sobre os quais os arquivistas passam agora a ser instruídos e treinados, não obstante correrem o risco de, em virtude do

vertiginoso crescimento das possibilidades da eletrônica nas áreas documentais, nunca conseguiram abarcar a plenitude desses conhecimentos tão mutáveis e dependentes de equipamentos tão rapidamente tornados obsoletos.

Em nível internacional, merecem destaque as ações da UNESCO e da ISO. A UNESCO criou o Programa “Memória do Mundo”, refletindo a preocupação com a preservação, criação e manutenção das diferentes instituições de memória e de seus acervos. A ISO – International Standart Organization⁷, tem determinado os requisitos para a permanência da informação do documento em papel, o armazenamento de documentos arquivísticos e mais recentemente, sobre a segurança da informação em meio digital, envolvendo a preservação da sua confidencialidade, integridade e disponibilidade, constituindo-se em referência quanto à salvaguarda de documentos.

No Brasil, o Arquivo Nacional e o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ têm realizado muitos estudos, seminários, palestras e elaborado normas e legislação sobre o assunto. Em 2007, disponibilizaram um Modelo de Requisitos para Sistemas Informatizados de Gestão Arquivística, visando a preservação da memória nacional.

E o arquivista precisa acompanhar todas estas transformações, pois

Arquivar é uma coisa. Todos fazem isso em algum momento de sua vida. Ser arquivista é outra coisa. O arquivista faz parte dos “profissionais da informação”. Atualmente, a informação é considerada um recurso fundamental para o desenvolvimento individual e das sociedades. Os países com melhores estruturas de informação são, exatamente, os que lideram a ciência, a tecnologia e a economia mundiais. E o que são estas estruturas de informação? A mídia jornalística, as redes de telecomunicações, a internet, as bibliotecas, os centros de documentação, os museus e, é claro, os arquivos.⁸

⁷ A ISO é uma organização internacional que aprova normas e padrões internacionais em vários campos, como o de documentação e tem como membro, a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT.

⁸ Ponto de vista do Prof. Jose Maria Jardim publicado no Jornal dos Sports, na matéria Ser arquivista não é guardar papéis, em 2001, citado na publicação *Repensando a arquivística contemporânea*, de Sérgio Conde de Albite Silva (2004: 20).

Concluindo, estamos numa fase de transição em que já podemos apontar as seguintes modificações na forma de olhar a arquivística tradicional: a essência do trabalho do arquivista é a atividade crítica que envolve o *fazer* e o *conhecer*; o foco deixa de ser o *documento* e considera a *informação*; a *técnica* e o *bom senso* necessitam do *conhecimento científico*; finalmente, a fase *custodial* se completa com a *pós-custodial*.

Após a análise dos conceitos de memória, arquivo e documento e arquivística pós-custodial – importantes para o entendimento do tema deste trabalho, o próximo capítulo nos fornecerá uma visão contextual do momento da criação do DASP e da FGV, assim como do surgimento da preocupação com a organização da documentação administrativa no Brasil, fatos que, como veremos, estão intimamente relacionados.

2. A CONSTRUÇÃO DA IDÉIA DA CRIAÇÃO DA FGV

O contexto histórico, político e cultural do período conhecido como Estado Novo fornecerá elementos importantes para a compreensão dos fatos que levaram à criação da FGV, como também para explicar o surgimento da preocupação com os arquivos e documentos administrativos no Brasil.

2.1. E como tudo começou

O Estado Novo abrange o período compreendido entre 1937 e 1945, quando Getúlio Vargas governou o Brasil, de forma autoritária, após um golpe de Estado em 10 de novembro de 1937.

Segundo o portal do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil⁹, o Estado Novo “propunha a criação das condições consideradas necessárias para a modernização da nação: um Estado forte, centralizador, interventor, agente fundamental da produção e do desenvolvimento econômicos”. O Estado Novo era nacionalista, visando à modernização do aparelho do estado e o surgimento de um “homem novo”, ou seja, um trabalhador disciplinado e controlado pelo governo. Dentro desse projeto, o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, foi um órgão fundamental, responsável pela censura e pela publicidade política que ajudou a criar e propagar a imagem paternalista do governante, materializada na figura do “Pai dos pobres”.

Não podemos deixar de considerar o contexto mundial abalado pelas transformações decorrentes da crise de 1929, do surgimento de governos totalitários e do início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, que se estenderá até 1945. Getúlio Vargas, inicialmente, demonstrou simpatia com os regimes fascistas, o que se refletiu nas expressivas relações comerciais com a Alemanha, na década de 40. No entanto,

⁹ O CPDOC é a unidade da FGV especialista em estudos e pesquisas de história contemporânea,

como os norte-americanos tinham interesse em terras brasileiras para suas bases militares e se preocupavam com essa aproximação do governo brasileiro com os países do Eixo, ofereceram recursos que possibilitariam a construção da CSN. Não podemos desconsiderar os embargos do governo americano aos países que não fossem aliados. Nesse contexto, as relações diplomáticas com a Alemanha são rompidas e o Brasil entra na guerra.

O estreitamento dessas relações com os EUA iria provocar a chamada “política da boa vizinhança”. O historiador Gerson Moura nos mostra como se inicia a influência norte-americana em nossa sociedade, no início da década de 1940, e o amplo significado tomado por tal política. Esta não se limitava à preservação da harmonia no continente americano, mas se estendia ao estreitamento de laços comerciais e culturais entre os países, redundando em ‘uma política de troca generalizada de mercadorias, valores e bens culturais entre os Estados Unidos e o restante da América’ [...].

A partir de 1941, o Brasil foi literalmente invadido por missões de boa vontade americanas, composta por professores universitários, jornalistas, publicitários, artistas, militares, cientistas, diplomatas, empresários etc., todos empenhados em estreitar os laços de cooperação com os brasileiros. (Moura, 1984: 8-11).

No ideário do Estado Novo, as oligarquias representavam ao mesmo tempo um adversário do regime e um obstáculo à integração e ao desenvolvimento nacional. Justificava-se, assim, a necessidade de um Estado central forte e moralizador, capaz de desmontar a estrutura de sustentação dos poderes oligárquicos locais. Para isso foi introduzida a racionalização da administração pública e de uma burocracia comprometida com a modernização do Estado. A racionalização administrativa serviu, portanto, como instrumento de poder e controle social pelo Estado. É neste contexto que surge o DASP e a FGV, ambos criados pelo Governo Vargas, inseridos no processo de modernização e de controle informacional, característicos dos regimes ditatoriais,

através da repressão à liberdade de expressão do povo, como também a censura à imprensa e às forças políticas de oposição. A influência norte-americana na instituição da burocracia e no campo arquivístico brasileiro será focado no tópico seguinte.

2.2. A criação do DASP

Desde a revolução de 1930 várias medidas vinham sendo tomadas visando aperfeiçoar a ação governamental. Entre elas, podemos citar a promulgação da Lei nº 51, de 14 de maio de 1935, através da qual foi criada a Comissão Mista de Reforma Econômico-Financeira encarregada de reajustar o serviço público civil; a criação da Comissão Permanente de Licitação, em 31 de dezembro de 1935; a promulgação da Lei nº 284, de 28 de agosto de 1936, que aprovou o projeto de reajustamento do pessoal do serviço público civil e criou o Conselho Federal do Serviço Público Civil. A comissão de reajustamento e o Conselho eram presididos por Luiz Simões Lopes¹⁰.

Essa modernização do Estado, no entanto, só foi anunciada no discurso de 10 de novembro de 1937, em que Vargas justifica sua necessidade por contraposição aos princípios liberais da constituição de 1934, que teria instituído a inoperância e o jogo de influências pessoais no funcionamento do aparato governamental:

A organização constitucional de 1934, vazada nos moldes clássicos do liberalismo e do sistema representativo, evidenciara falhas lamentáveis [...].

¹⁰ Luiz Simões Lopes exerceu vários cargos públicos e privados, no contexto deste trabalho, merecem destaque: oficial-de-gabinete da Secretaria da Presidência da República no governo de Getúlio Vargas (1930-7); presidente do Conselho Federal de Serviço Público Civil – CFSPC (1937-8); presidente do DASP (1938-45), presidente da FGV (1944-1993), membro da delegação brasileira enviada à Conferência de Punta del Este, reunião especial do Conselho Interamericano Econômico e Social, da Organização dos Estados Americanos-OEA, quando foi lançado o programa Aliança para o Progresso (1961); representante do governo brasileiro na coordenação e execução do Ponto IV (1961-1964); presidente da Comissão de Reforma Tributária (1963-1967); membro da Comissão Especial de Estudos de Reforma Administrativa – Comestra, responsável pela redação do anteprojeto que transformou-se no Decreto-Lei nº 200/1967 (1964-1967); membro da comissão de peritos que estudou o Programa de Administração Pública da ONU (1966). Ocupou também cargos de presidência ou de membro dos conselhos de diversas empresas privadas.

O aparelhamento governamental instituído não se ajustava às exigências da vida nacional; antes, dificultava-lhe a expansão e inibia-lhes os movimentos. [...], de tal sorte que o rendimento do aparelho do Estado ficou reduzido ao mínimo e a sua eficiência sofreu danos irreparáveis, continuamente expostos à influência dos interesses personalistas e das composições políticas eventuais (Wahrlich, 1983: 235).

O Departamento Administrativo do Serviço Público - DASP, órgão central desse processo de modernização¹¹, já estava previsto na Constituição de 1937, onde consta a criação de um órgão diretamente ligado à presidência da República, com as seguintes atribuições:

- a) O estudo pormenorizado das repartições, departamentos e estabelecimentos públicos, com o fim de determinar, do ponto de vista da economia e eficiência, as modificações a serem feitas na organização dos serviços públicos, sua distribuição e agrupamento, dotações orçamentárias, condições e processos de trabalho, relações de uns com os outros e com o público;
- b) Organizar, anualmente, de acordo com as instruções do presidente da República, a proposta orçamentária a ser enviada por este à Câmara dos Deputados;
- c) Fiscalizar, por delegação do presidente da República e na conformidade das suas instruções, a execução orçamentária.¹²

Apesar disso, a criação do DASP só se concretizou mais tarde, pelo Decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938, sendo designado para seu presidente o ex-oficial de

¹¹ Como parte do processo de modernização do Estado Novo, também foi criado o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, em 29 de maio de 1936, inicialmente como Instituto Nacional de Estatística. Dentro da racionalidade científica, que caracterizava essa modernização, a estatística se constituía em dados exatos, baseados em métodos científicos. O IBGE consolida a idéia de que um político / Estado para ser moderno necessita de informações estatísticas.

¹² Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/constituicao/constitui%C3%A7%C3%A3o37.htm. Acesso em 15 de março de 2008.

gabinete de Getúlio Vargas, então presidente do Conselho Federal de Serviço Público Civil – CFSPC, Luiz Simões Lopes.

O DASP era o órgão do governo federal responsável por viabilizar a reforma administrativa do serviço público, mas, na verdade, promovia uma forma de neutralizar as disputas políticas, ao implantar na seleção do servidor público os concursos, visando valorizar a capacidade técnica e o mérito, em detrimento da indicação política.

- a) As atividades do Conselho Federal do Serviço Público Civil e da Comissão Permanente de Padronização foram incorporadas ao DASP, que tinha como competência, além das atribuições já citadas, previstas na constituição, selecionar os candidatos aos cargos públicos federais, excetuando os das secretarias da Câmara dos Deputados e do Conselho Federal e os do magistério e da magistratura;
- b) promover a readaptação e aperfeiçoamento dos funcionários civis da União;
- c) estudar e fixar os padrões e especificações do material para uso nos serviços públicos;
- d) auxiliar o presidente da República no exame dos projetos de lei submetidos à sanção;
- e) inspecionar os serviços públicos;
- f) apresentar, anualmente, ao presidente da República relatório pormenorizado dos trabalhos realizados e em andamento.¹³

Em 1939, o presidente do DASP participou da Missão Aranha, que foi à Washington, para atender ao convite do presidente Roosevelt. Esse estreitamento das relações com os Estados Unidos é responsável pela influência do modelo de administração norte-americana no DASP e na FGV, como também reflete esse momento de penetração cultural americana no Brasil. Essa influência americana é

¹³ Texto do artigo 2º do Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=12746>. Acesso em 3 de agosto de 2008.

perceptível através das viagens de técnicos aos EUA, a vinda de norte-americanos para transmitir conhecimentos e a introdução de bibliografia especializada no Brasil. No DASP foram introduzidas as seguintes mudanças importadas do modelo norte-americano: sistema centralizado de planejamento (DASP) e descentralizado de execução (departamentos); estrutura administrativa de base funcional; separação entre política e administração; racionalização e método científico, que serão adotadas na FGV.

Além do grande número de atividades atribuídas ao DASP, em 1939, as suas competências também envolvem a elaboração de normas, padrões e de projetos de construção ou adaptação de edifícios para uso dos serviços públicos civis.

Após o fim da Segunda Guerra Mundial, o mês de outubro de 1945 foi marcado por uma série de fatos: o fim do Estado Novo e a queda de Vargas. Com o fim do Estado Novo, Luiz Simões Lopes pede exoneração de seu cargo no DASP, mas se mantém no cargo de presidentes da FGV.

2.3. Um decreto cria uma instituição privada: a FGV

Prefiro ver a Fundação fechada do que fazer qualquer coisa que redunde em alguma razão para a julgarem mal. (Luiz Simões Lopes)¹⁴

Em entrevista concedida ao CPDOC, Luiz Simões Lopes afirmou sua preocupação com a administração pública brasileira, e sua crença de que esta poderia ser aperfeiçoada cientificamente, mediante uma política de recrutamento baseada na formação dos efetivos públicos em escolas especializadas em duas áreas: economia e administração (então entendida como parte integrante das “Ciências Sociais”).

¹⁴ Frase do fundador da FGV, retirada do livro *Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*, organizado por Maria Celina D’Araújo (D’Araújo, 1999: 11).

E eu sempre tive a idéia de que o Brasil precisava melhorar a sua administração pública. Esse era o meu sonho, e só havia uma maneira de realizá-lo: criando escolas de administração. [...] Comecei então a imaginar a criação de uma entidade destinada a melhorar o nível intelectual dos brasileiros no campo das ciências sociais, com preponderância para a administração, pública e privada, e para outra coisa que está muito ligada à administração, e que era muito necessária, porque na época praticamente não existia no Brasil: a economia, Isso era o básico. Depois, o que mais se pudesse fazer, se faria (D'Araújo, 1999: 13).

Em 4 de julho de 1944, Luiz Simões Lopes, ainda presidente do DASP, apresentou uma exposição de motivos para a criação de uma nova entidade, que viria a ser a Fundação Getulio Vargas. Para viabilizar a primeira das atribuições do DASP quanto ao diagnóstico da estrutura da eficiência administrativa do governo, tornou-se necessário o treinamento e a qualificação do funcionário público. Neste sentido, foi criada a FGV, entidade híbrida, paraestatal configurada como instituição privada fundada por decisão e decreto federal, dotada de recursos também federais, destinada à produção de quadros burocráticos e bens públicos, apta a influir positivamente sobre o futuro da Nação e de inspiração norte-americana. (Fundação, 1974: 5-6).

O Presidente Getulio Vargas, através do Decreto-lei 6.693, de 14 de julho de 1944, autoriza o presidente do DASP, “a promover a criação de uma entidade que se proponha ao estudo e à divulgação dos princípios e métodos da organização racional do trabalho e ao preparo de pessoal qualificado para a administração pública e privada, mantendo núcleos de pesquisa, estabelecimentos de ensino e os serviços que forem necessários”.¹⁵

Em seguida, foi designada por Luiz Simões Lopes, através da Portaria nº 865, do DASP, de 22 de julho de 1944, uma comissão para estudar a forma jurídica da nova instituição, que seria uma “fundação, com objetivos de interesse público, mas com

¹⁵ Texto do Decreto-Lei nº 6693, de 14 de julho de 1944. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/DefaultDocumento.action?id>. Acesso em: 3 de agosto de 2008.

personalidade jurídica de direito privado” (Fundação, 1974: 7). Segundo a publicação *Fundação Getulio Vargas, 30 anos a serviço do Brasil*,

Entenderam seus organizadores que uma fundação somava as aspirações do serviço público à flexibilidade da iniciativa privada. Garantia continuidade, por ser imune às vicissitudes políticas e, ao mesmo tempo, afastava a idéia do lucro e vantagens pecuniárias, normais em atividades privadas, mas incompatíveis com os objetivos de uma instituição destinada fundamentalmente ao ensino e à pesquisa (Fundação, 1974: 7-9).



Luiz Simões Lopes, primeiro presidente do DASP e da FGV.

FGV/Núcleo de Documentação, [s/d]

Ilustração 1

Na apresentação do anteprojeto dos Estatutos da FGV, Luiz Simões Lopes justifica a escolha do nome da instituição. Com ela, pretendia perpetuar a imagem de Vargas como estadista e como político-cidadão, dedicado a “causa pública”, o que representa, sem dúvida, um elemento de ruptura com a tradição oligárquica da República Velha. A imagem a ser perpetuada, aliando-se o nome de Getulio Vargas e a FGV, extrapola o significado de uma simples homenagem e corresponde à permanência da figura de Vargas, um projeto de memória que alia presente, passado e futuro.

[...] O que se pretendeu, porém, não foi somente ligar ao empreendimento o nome de Chefe do Govêrno, mas sim a figura do ínclito cidadão, que, por seu devotamento à causa pública, alta compreensão das aspirações nacionais e aguda percepção do valor

dos princípios e das práticas da administração racional, há de simbolizar sempre um programa, representando, a um tempo, motivo de inspiração e de reconhecimento por parte de todos quantos trabalhem no Brasil e pelo Brasil. A aquiescência do Sr. Getúlio Vargas à solicitação que lhe foi dirigida, para, o uso dessa denominação, traduz o melhor auspício que, para si mesma, poderia desejar a organização que, com tanta oportunidade, agora se pretende levantar (Revista do Serviço Público, fev.1944: 144).

Em 20 de dezembro de 1944 foi assinada a escritura de constituição da FGV, quando a instituição iniciou as suas atividades, com Luiz Simões Lopes como seu presidente, cargo que ocupou até 1993, logo por quase meio século. Como definiu o presidente da FGV em sua entrevista,

Fiz uma instituição que na realidade era criada e mantida pelo governo, com dinheiro do governo, mas, ao mesmo tempo, criei uma assembléia geral. Falei com cerca de 500 pessoas, físicas e jurídicas, da melhor categoria no Brasil, e trezentas e tantas concordaram em pagar uma contribuição para serem membros da assembléia. (D'Araújo, 1999: 14).

A FGV foi criada para atender às elites, que também contribuíram, financeiramente, para a implementação de suas atividades e se constituiu num instrumento para promover mudanças de crenças, valores e atitudes do servidor público brasileiro, num momento de profundas mudanças no campo sócio-político, econômico, cultural e tecnológico do país. Em 1945, são organizados os seus primeiros setores: a Biblioteca, a Seção de Publicações, o Serviço Médico e núcleos técnico-científicos.

No ano seguinte foi criado o Núcleo de Economia e o Núcleo de Direito Público, e em 1947, o primeiro centro de psicologia aplicada, o Instituto de Seleção e Orientação Profissional – ISOP, além do início da publicação de dois periódicos: Revista Brasileira de Economia e a Conjuntura Econômica.

Em 1949, foi criada a Escola Técnica de Comércio – ETC, a pedido da Diretoria de Ensino Comercial, do Ministério de Educação e Cultura destinada a qualificar profissionais e professores para o comércio (datilógrafas, secretárias, desenhistas etc.). Como podemos constatar no texto abaixo, o ensino na FGV foi profundamente influenciado pelo ensino norte-americano.

Eu trouxe uma escola dos Estados Unidos, a diretora inclusive. Ela fechou a sua escola lá e veio montá-la aqui. Eu vi o que as datilógrafas americanas faziam por minuto, o número de batidas, comparei com o Brasil, e vi que a situação aqui era uma desgraça. Depois tivemos uma brasileira que virou uma datilógrafa extraordinária, tornou-se diretora da escola e continuou o trabalho da americana. [...] Cheguei a ter oito mil alunos no DASP, mandei muita gente estudar no estrangeiro, já tinha experiência na matéria. Depois, os professores do DASP se tornaram meus professores aqui na Fundação (D’Araújo, 1999: 19-21).

Ainda em 1949, as Nações Unidas patrocinaram a realização de uma mesa-redonda em Lake Success, nos Estados Unidos, da qual participaram autoridades brasileiras e norte-americanas, onde foi discutida a criação da Escola Brasileira de Administração Pública - EBAP; e, o boletim publicado pelas Nações Unidas e pelo Fundo Monetário Internacional começam a utilizar o índice de preços por atacado, referente ao Brasil, calculado pela FGV.

No ano de 1950, foi criado o Colégio Nova Friburgo – CNF¹⁶, de ensino primário e médio, com uma nova proposta pedagógica, que “constitui-se em laboratório de Pedagogia prática” (Fundação, 1974: 171), onde a proposta era de uma educação integral, com atividades extraclasse, várias modalidades de esporte, aplicação de testes vocacionais, técnicas didáticas novas, como o estudo dirigido e orientação educacional.

Em 1951, a partir do Núcleo de Economia, foi criado o Instituto Brasileiro de Economia - IBRE, para elaborar e divulgar estudos sobre a economia brasileira, assim como formar economistas. O IBRE, através de assistência técnica e financeira da Ford

¹⁶ Para melhor conhecimento da história do Colégio Nova Friburgo ver *Colégio Nova Friburgo da Fundação Getúlio Vargas: histórico de suas realizações*, de Irene Mello Carvalho.

Foundation e da Rockefeller Foundation, se tornou referência na área de economia teórica e aplicada. Segundo o depoimento de Antonio Dias Leite Júnior, que participou da criação do IBRE,

[...] Depois que já sabíamos alguma coisa e que tínhamos formulado um plano de trabalho foi que o Dr. Gudín providenciou a vinda de especialistas de fora. A pessoa que veio patrocinada pelas Nações Unidas era um holandês chamado J. B. D. Derksen. Veio para censurar o que tínhamos feito, para mostrar o melhor caminho a seguir antes de iniciarmos a realização do programa. Fizemos esse trabalho de 1945 a 1949, e tudo ficou pronto ao mesmo tempo: renda nacional, balanço de pagamentos e índice de preços (D'Araújo, 1999: 47).

No ano de 1952, foi inaugurada a Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP, a primeira escola de graduação em administração no país, com o patrocínio da Organização das Nações Unidas – ONU, para ministrar ensino superior, realizar pesquisas, prestar assistência técnica e divulgar textos especializados na área. Conforme depoimento do Dr. Simões,

Para fazer as escolas de administração, consegui duas coisas diferentes. Primeiro, uma missão mandada pelas Nações Unidas. Obtive, gratuitamente, uma equipe de professores para a Fundação. Eram excelentes, mas não havia unidade de pensamento. Um era da África do Sul, outro era francês, outro alemão, outro belga. Consegui então duas novas equipes. Para a Escola de Administração Pública, no Rio, vieram professores de uma universidade dos Estados Unidos famosa por seus bons cursos, e para a Escola de Administração de Empresas, em São Paulo, vieram outros, de outra universidade americana também famosa. (D'Araújo, 1999: 19-21).

A influência americana refletiu a penetração desse modelo em nossa sociedade e, em particular, em nossa cultura. Na FGV, se deu mediante a adoção de seus métodos de ensino, a ação de professores, ao aperfeiçoamento de professores brasileiros nos Estados Unidos e através de ajuda financeira do Ponto IV e da United States Agency for International Development (Usaid). Conforme registra o Dr. Simões em seu depoimento ao CPDOC, modernização é a palavra que sintetiza o anseio de equiparar a administração pública brasileira ao referencial norte-americano:

[...] Criei no Brasil a coisa mais moderna que havia, tão moderna quanto nos Estados Unidos. E isso não custou nada para a Fundação, porque o governo americano tinha um programa de ajuda à América Latina.

Graças, depois, ao grande homem que foi o presidente John Kennedy, e ao dinheiro que ele deu aos países latino-americanos, inclusive o famoso dinheiro do trigo, pude construir o edifício-sede da Fundação no Rio e o da Escola de Administração de Empresas de São Paulo (D'Araújo, 1999: 21).

Segundo o depoimento de Benedicto Silva¹⁷, ex-diretor da EBAP, o projeto do curso de administração pública nasceu entre os anos de 1950 e 1951, mas como era um projeto inédito no país, encontrou dificuldades como, por exemplo, de falta de professores e de literatura. Benedicto Silva ressalta a importância do apoio das Nações Unidas, que durou quatro ou cinco anos, para que se esse projeto se tornasse viável.

Graças ao apoio das Nações Unidas, onde eu era funcionário, foi possível contratar professores de outros países para ministrar as

¹⁷ Benedicto Silva foi escritor e ocupou diversos cargos públicos. Para este trabalho merecem destaque: diretor da Divisão de Receita da Comissão de Orçamento do Governo Federal (1941-1944); diretor da Divisão de Aperfeiçoamento do DASP (1945); representante itinerante do Departamento de Pessoal da ONU (1946-1950); vice-diretor da Divisão Fiscal do Departamento Econômico da ONU (1951-1952); consultor administrativo da OEA (1953-1959); consultor administrativo do BID (1961); coordenador geral da Reforma Administrativa Federal (1963). Na FGV, além de ser um de seus fundadores (1944), ocupou os cargos de diretor das seguintes unidades: Escola Brasileira de Administração Pública - EBAP (1952-1959), Instituto de Documentação – INDOC (1967-1990), Programa de Publicações Institucionais – PPI (1990-1992) e do Centro de Coordenação das Atividades de Proteção Ecológica – CECAPE (1992-1993), além de redator da edição brasileira de *O Correio da Unesco* (1972-1993) e consultor da Presidência (1990).

aulas. As Nações Unidas também concederam bolsas de estudo, especialmente a brasileiros, que eram a maioria dos alunos, mas também a outros latino-americanos: argentinos, chilenos, mexicanos etc. Os primeiros professores eram estrangeiros que não falavam português, e era necessário haver tradução simultânea. (D'Araújo, 1999: 112).

Esse apoio das Nações Unidas foi possível pela intervenção do Prof. Benedicto Silva e comprova, mais uma vez, a penetração do modelo norte-americano de administração pública, em nosso país. Segundo o professor, para a realização desse projeto, a FGV apenas cedeu às suas instalações, pois os recursos financeiros foram fornecidos exclusivamente pelas Nações Unidas.



Benedicto Silva, diretor do Instituto de Documentação – INDOC, ao qual estava subordinado o Arquivo Central, no período de 1973 a 1992.

FGV/Núcleo de Documentação, [s/d]

Ilustração 2

Outro funcionário que reforça essa influência norte-americana na FGV é a de Paulo Roberto Motta¹⁸, ex-aluno e ex-diretor da EBAP. Através de seu depoimento, podemos verificar que a atuação dos professores americanos ocorreu em dois períodos distintos. Primeiramente, através das Nações Unidas, cuja atuação ocorre entre os anos de 1952 e 1956, com os professores atuando nas salas de aula. Em seguida, foi assinado

¹⁸ Graduado em administração pública pela EBAPE (1964), mestrado em ciência política (1967) e doutorado em administração pública (1978) na Universidade da Carolina do Norte. Na FGV, ingressou como professor em 1967, onde ocupou cargos de coordenação e direção da EBAPE (1976-1986). Foi professor visitante da Universität Magdeburg (2004-2009), na Universidade de Macau (1994-1996), HEC (1979-1980) e na University of Manchester (1973-1974)

contrato com a Usaid para a vinda de professores americanos, no período entre 1959 e 1964/1965, quando a situação política do país provocaria um movimento de antiamericanismo no Brasil. Nesta segunda fase, os professores não estavam mais na sala de aula, porque já havia professores brasileiros formados, mas “[...] administravam os programas de bolsas de estudo, ajudavam os brasileiros a irem estudar nos Estados Unidos, ajudavam na bibliografia, compravam livros e faziam doações fantásticas para a biblioteca da Fundação [...]” (D’Araújo, 1999: 121).

Ainda em 1952, o Núcleo de Direito Público foi transformado no Instituto de Direito Público e Ciência Política – IDPCP, atendendo à solicitação da Associação Internacional de Ciência Política, da Unesco. Em 1973, apenas a sua sigla é alterada para INDIPO.

Em 1954, foi inaugurada a Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP, que contou com a vinda de uma missão universitária norte-americana da Universidade de Michigan, de um programa de aperfeiçoamento de professores brasileiros em universidades americanas, mediante convênio assinado com a Agency for International Development do governo norte-americano e com a Ford Foundation para elaboração de textos didáticos.

Através de convênio assinado entre o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID e o Ministério de Educação e Cultura, a FGV criou, em 1964, a Escola Interamericana de Administração Pública – EIAP, primeira escola do gênero na América Latina, em nível de pós-graduação e âmbito internacional.

Em 1966, em decorrência de convênio firmado com a Aliança para o Progresso e a USAID, foi instalada a Escola de Pós-Graduação em Economia – EPGE, na estrutura do IBRE.

Ainda em 1966, foi criado o Centro de Estudos e Treinamento de Recursos Humanos – CETRHU, para realização de estudos e cursos na área de recursos humanos. Também neste ano, foi criado o Instituto de Documentação – INDOC, constituído pelo Serviço de Publicações, Biblioteca, Serviço Gráfico e Arquivo Histórico.

Em 1967, iniciou a publicação da Revista de Administração Pública – RAP, pela EBAP e foi criado o Centro Interamericano de Comercialização – CICOM, em decorrência de convênio firmado com a Organização dos Estados Americanos – OEA e

o Ministério das Relações Exteriores, para ministrar cursos de comercialização a especialistas latino-americanos.

No ano de 1970, foi criado o Instituto Superior de Estudos Contábeis, centro de estudos e ensino de pós-graduação em ciências contábeis e, em 1971, o Instituto de Estudos Avançados em Educação – IESAE, centro de estudos e ensino de pós-graduação em educação nacional e o CADEMP – Cursos de Administração de Empresas, que oferecia cursos de curta duração na área de administração de empresas.

Em 1972, foi lançada a edição em português do periódico mensal O Correio da Unesco, em decorrência de acordo firmado entre a FGV e a Unesco, por intermédio do Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura – IBECC.

Embora no Estatuto da FGV de 1945 já tivesse sido prevista a constituição de centros de documentação e de arquivos, somente a partir de 1960, foi iniciada a organização dos arquivos na instituição, que até esse momento, estavam dispersos sem qualquer normalização. Em 1961, foi criada a Coordenação Geral dos Arquivos e os núcleos de arquivo junto aos órgãos. Em 1973, foi instituído o Sistema de Arquivos da FGV, composto pelo Arquivo Central, subordinado ao INDOC e os Arquivos Setoriais, junto às unidades meio e fins da FGV. O histórico da criação do arquivo institucional da FGV será analisado no item 1.2, sobre como surgem os arquivos na FGV.

No ano de 1973, também foi criado o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, que inspirado no modelo francês, desenvolveu uma metodologia pioneira no tratamento de arquivos pessoais. Segundo sua criadora e primeira diretora, Celina Vargas do Amaral Peixoto¹⁹,

Havia, naquela época, muito corporativismo no campo das bibliotecas, dos arquivos, das associações de classe. Diziam que nós não tínhamos competência, que não tínhamos formação [...] Dentro da Fundação havia muitas críticas, porque havia uma hegemonia do grupo de documentação da Biblioteca Central e do Arquivo Central, que era muito circunscrito, do ponto de vista de uma formação em biblioteconomia e arquivística. Foi um período

¹⁹ Celina Vargas do Amaral Peixoto foi diretora do Arquivo Nacional (1980-1990) e na FGV ocupou os seguintes cargos: diretora do CPDOC (1973-1990) e diretora-geral (1990-1997)

em que o corporativismo profissional tinha uma ação muito grande, e por isso sofremos um pouco de resistência, pelos métodos novos que estávamos adotando, que não eram nem de arquivo nem de biblioteca. Estávamos inovando no campo da documentação, focalizando muito mais a visão do pesquisador (D'Araújo, 1999: 236).

O CPDOC foi criado a partir da doação do acervo de Getúlio Vargas, por sua filha, Alzira Vargas do Amaral Peixoto, que havia sido durante a vida e após a morte do titular do acervo, a guardiã de suas memórias. Esse centro foi dirigido pela neta de Vargas e atraiu arquivos de personalidades ligadas ao Estado Novo ou à história do Brasil mais recente. Apesar de não estar delineado no Estatuto da FGV, o CPDOC representou a inserção da FGV na área da história e da memória, mediada pelo envolvimento da instituição com essa personalidade histórica. Como bem justifica Heymann, “a recepção do arquivo de Vargas, presidente da República que criou a FGV como instituição central de um projeto administrativo colocado em curso pelo governo, remete ao capital simbólico do arquivo do ex-presidente, às conexões históricas com a instituição, bem como aos contatos da doadora com os dirigentes da Fundação” (Heymann, 2009: 76).

Devo ressaltar, no entanto, que o CPDOC não ficou engessado nesse acervo, mas soube explorar o interesse que a figura de Vargas despertava e além de organizar os documentos, soube multiplicar as informações através da realização de exposições e de vasta produção acadêmica e editorial sobre o período, tornando-o referência em história do Brasil contemporâneo. O acervo de Vargas serviu para despertar nas famílias de figuras históricas que colaboraram em seu governo, como de outras personalidades da história contemporânea, o interesse e a confiança em depositar o seu acervo ou de seus familiares ilustres numa instituição, que com mais de 30 anos de existência, mantinha sua credibilidade

3. SURGE A NECESSIDADE DE ORGANIZAR OS DOCUMENTOS (1930 – 1989)

3.1. Como surgem os arquivos no Brasil

As instituições arquivísticas foram tradicionalmente fundadas por Estados, para servi-los, com parte de sua estrutura hierárquica e cultura organizacional (Fonseca, 2005: 60-1).

No Brasil, as ações que demonstravam preocupação com a situação da documentação no país eram poucas e partiam dos órgãos públicos, demonstrando o interesse do governo na organização e controle de seus documentos. No início do século XX, a situação dos arquivos no Brasil ainda era caótica, demonstrando total desinteresse com uma atividade que poderia fornecer informações estratégicas para as instituições.

Em relação aos arquivos empresariais não existem trabalhos sobre o tratamento técnico adotado para a organização de seus documentos, mas relatos que destacam o tratamento dado ao acervo da FGV, pelo seu Arquivo Central, a partir da década de 1970. Este arquivo serviu de modelo para a organização dos documentos administrativos em diversas instituições, em todo o território nacional, refletindo o descaso com que eram tratados os arquivos administrativos no Brasil, até a importação do modelo norte-americano que irá privilegiar a gestão de documentos. O modelo adotado, anteriormente, era o europeu, notadamente, o francês, com ênfase nos arquivos históricos.

Em 1911 é criado o Curso de Diplomática pelo Decreto nº 9.197, de 9 de dezembro, para treinamento dos funcionários do Arquivo Nacional. Na década seguinte, pelo Decreto nº 15.596, de 2 de agosto de 1922, é criado o Curso Técnico para Treinamento de candidatos a trabalho na Biblioteca Nacional, do Museu Histórico Nacional e do Arquivo Nacional.

A criação dos cursos superiores de História, na década de 1930, é um fator importante para o surgimento de arquivos históricos no país. Mesmo assim, a formação de profissionais para a área de arquivos precisou de mais algumas décadas para se concretizar.

Em 1940, por sugestão do DASP, foi proposta a transformação dos serviços de publicidade em Serviço de Documentação, o que foi acontecendo de maneira gradual nos estabelecimentos públicos (Wahrlich, 1983: 414). No governo de Vargas, a propaganda, a publicidade e a imprensa eram controladas e só era veiculado o que interessava ao governo, característica presente nos regimes ditatoriais. Daí também a necessidade de se organizar os documentos, no sentido de controlar o acesso às informações do governo, pois se determinadas informações caíssem em mãos de algum representante da oposição, Vargas se tornaria vulnerável. Os arquivos administrativos reúnem informações que podem ajudar na tomada de decisões para alavancar um projeto, como também podem servir para a sua destruição pela concorrência. Essa preocupação com a espionagem, afinal estamos em plena guerra, irá favorecer aos arquivos administrativos que passam a ser considerados estratégicos.

No relatório das atividades do DASP de 1942, na página 33, foram encontradas referências à importância que os arquivos estavam despertando no serviço público: “Os assuntos relativos aos serviços de comunicações e arquivos têm merecido do DASP uma atenção considerável, de que constitui exemplo eloquente a ida de vários funcionários aos Estados Unidos com o fim de se especializarem nesse setor”. Essa formação seria crucial para o desenvolvimento dos arquivos administrativos no Brasil, reflexo da preocupação com a administração pública da época.

A criação do Serviço de Documentação do DASP consta do relatório das atividades da instituição de 1943,

Criação em 1942, pelo Decreto-lei nº 4.506, de 22 de julho, [...] o Serviço de Documentação do DASP veio constituir em nosso país o primeiro passo para a solução, segundo concepções e critérios perfeitamente definidos, dos problemas que constituem a documentação administrativa [...] Compõe-se ele da Revista do

Serviço Público, da Biblioteca, da Seção de Estatística Administrativa e da Seção de Documentação (p. 367).

Essa preocupação com a documentação administrativa confirma a influência norte-americana, pois até este momento, os arquivos tinham como foco os documentos históricos. A Segunda Guerra Mundial e a “explosão documental” do período irá provocar uma reforma administrativa nos Estados Unidos, visando racionalizar e controlar a produção e o fluxo dos documentos. Essa reforma irá privilegiar os documentos administrativos, desde a sua produção até a destinação final, surgindo o conceito de gestão de documentos e o modelo sistêmico de organização de arquivos, que seria adotado na FGV.

O Arquivo Nacional também recebeu a atenção de Luiz Simões Lopes, como está registrado em texto de Lydia de Queiroz Sambaquy, de 1983, intitulado *Luiz Simões Lopes e as realizações brasileiras no campo da biblioteconomia e documentação*,

Luiz Simões Lopes, em 1943, fez com que fosse estudada a possibilidade da construção de um novo prédio para o Arquivo Nacional [...]. Quando promoveu a criação da Fundação Getulio Vargas, Luiz Simões Lopes foi o primeiro a prescrever, como uma das atribuições maiores desta Fundação, que se ‘constituísse em centro de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos’.²⁰

No DASP, verifica-se uma preocupação do governo federal com a documentação em vários artigos da Revista do Serviço Público, publicada por esse departamento. No editorial da revista, em junho de 1944, intitulado *A documentação na administração moderna*, fica clara a importância e o papel da documentação administrativa para o DASP,

²⁰ Transcrito do trabalho mimeografado de Lydia de Queiroz Sambaquy, de 1983, intitulado *Luiz Simões Lopes e as realizações brasileiras no campo da biblioteconomia e documentação*, que continha informações sobre o papel do idealizador e primeiro presidente da FGV na área de documentação. O trecho selecionado está na página 7.

Uma documentação administrativa capaz de desempenhar essa missão pressupõe um trabalho permanente e profundo de elaboração, inclusive doutrinária, que dê ao administrador um lastro teórico para as suas ações práticas. Preservar, catalogar, ampliar e dinamizar a experiência feita – eis, em resumo, a missão específica da documentação administrativa que os negócios públicos hoje exigem (Revista do Serviço Público, 1944: 4).

Em agosto de 1944, no editorial da revista, com o título *Conceito de documentação administrativa*, encontra-se o trecho abaixo, onde a ênfase é dada à informação. É uma questão muito presente nos debates acadêmicos dos cursos de graduação em arquivologia, em que o mais importante não é preservar o documento, mas disponibilizar a informação.

É ponto pacífico que todos os instrumentos capazes de “informar” são partes integrantes da documentação. O livro, os periódicos, os documentos oficiais, os levantamentos estatísticos, o disco, o filme, a fotografia, o desenho, o mapa, a gravura, tudo o que fixa ou reproduz um pensamento, uma realização, uma etapa do progresso, uma conquista, é matéria prima capaz de atender à solução de tão relevante problema.

‘Capaz de atender’, porque não atende por si só. A exigência fundamental é que os instrumentos aptos a informar, informem realmente. Não há documentação sem informação (Revista do Serviço Público, 1944: 3).

O trecho acima, no entanto, sugere que todo documento informa, se o leitor souber decodificar os seus signos. Por si só, um documento não informa se não oferecer condições que possibilitem seu entendimento para, então, informar.

Ainda em 1944 é criada pelo DASP, a carreira de Arquivologista e, como função auxiliar a de Assistente de Documentação, tendo em vista a “criação dos Serviços de

Documentação na Administração Federal brasileira, destinados a fazer a documentação administrativa para uso do público em geral e do governo, veio sistematizar e introduzir uma técnica na elaboração e no colecionamento de documentos oficiais” (Revista do Serviço Público, fev. 1945: 125).

Essa proposta de arquivo voltado para os interesses da administração pública surge após a Segunda Guerra Mundial, quando a produção documental se acelera, dificultando a localização dos documentos.

A preocupação de Luiz Simões Lopes com a área de documentação, importante para a modernização da máquina do estado, é percebida por suas ações no serviço público. Em seu depoimento ao CPDOC, afirma que “de longa data, venho dando prioridade às bibliotecas e aos arquivos. No DASP, criei as carreiras de bibliotecário e de arquivista. Regulamentamos os cursos específicos, fizemos concursos, mandamos muitos bibliotecários para estudar no estrangeiro.” (Silva, S. B., 2006: 116). Esta sua visão da importância da documentação vai se refletir na criação da Biblioteca Central, em 1945, e do Arquivo Central da FGV, em 1973. Também é expressivo o seu apoio para que o Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação – IBBD, em 1954 e a Associação dos Arquivistas Brasileiros – AAB, em 1971, iniciassem suas atividades.

Ainda no trabalho de Sambaquy encontramos referências à atuação de Luiz Simões Lopes para a criação do IBBD,

Perseguindo os mesmos objetivos de que fora anteriormente incumbido o DASP, no que se refere ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos serviços de biblioteca no Brasil, a Fundação Getulio Vargas deu início a uma série de programas especiais que viriam, posteriormente, a inspirar ao seu Presidente, Luiz Simões Lopes, a que tomasse a iniciativa de propor ao Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), atual Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, a criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD) – atual Instituto Brasileiro de Informação Científica e Tecnológica (IBICT) [...] Quando foi organizado esse Instituto, a FGV já vinha desenvolvendo uma série de atividades próprias de um órgão

nacional coordenador de programas de intercâmbio e cooperação no campo da Informação e Documentação.²¹

Esse envolvimento irá refletir não apenas o seu envolvimento com a área de documentação, desde o DASP, como também reflete uma tendência da FGV com incubadora de instituições públicas.

Em seguida, podemos constatar que a FGV e o DASP estão presentes no organograma do IBBD, em 1954.

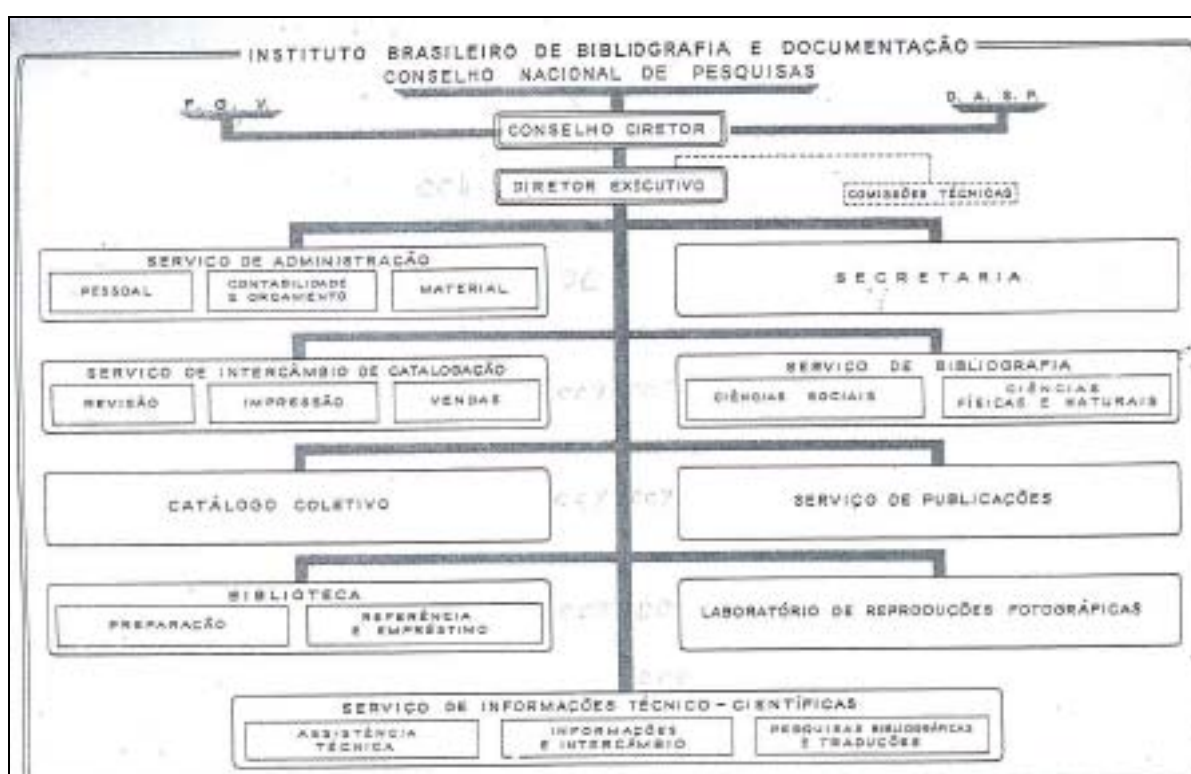


Ilustração 3

O IBBD foi criado em 27 de fevereiro de 1954, quando a FGV já havia organizado um catálogo coletivo de publicações existentes nas bibliotecas brasileiras e participado nos trabalhos de Catalogação cooperativa, como mantenedora do Serviço de Intercâmbio de Catalogação (SIC) junto com o DASP. Após a criação do instituto, a FGV continuou colaborando, segundo Sambaquy, como reforça o trecho reproduzido abaixo:

²¹ Idem, p. 7-8

Todas as atividades desenvolvidas pelo IBBD eram assistidas, com grande entusiasmo, pela Fundação Getulio Vargas, que, por 22 anos (de 1954 a 1976), participou do Conselho Diretor do Instituto, com dois representantes, tendo estado sempre pronta a colaborar em tudo o que foi necessário, sob a orientação atenta de Luiz Simões Lopes. [...] Na verdade, em 1954, muitas das tarefas típicas de Documentação e Informação da FGV – Catálogo Coletivo, Pesquisas Bibliográficas, Bibliografia Sócio-Econômica, entre outras – foram transferidas para o IBBD, inclusive com pessoal responsável, equipamento e mobiliário.²²

Segundo Sambaquy, “vinha essa sugestão ao encontro dos propósitos da Fundação Getulio Vargas, que eram dar maior amplitude e melhores recursos aos destacados trabalhos que, desde 1947, vinha realizando no campo da biblioteconomia e da documentação”.²³ A primeira diretora do IBBD foi Lygia de Queiroz Sambaquy²⁴, que idealizou a criação de um órgão centralizador, com informações sobre os acervos bibliográficos para uso de toda a comunidade científica.

Toda essa articulação teve início em 1952, quando, por intermédio de Paulo Carneiro, representante do Brasil na Unesco, Lygia foi indicada, juntamente com Jannice Monte-Mór, para percorrer, durante quase um ano, as principais bibliotecas e centros de documentação da Europa e dos Estados Unidos. A viagem, que se beneficiou da política da Unesco de fomentar o estabelecimento de centros bibliográficos nacionais e contou ainda com o apoio da Fundação Getulio Vargas, foi decisiva para ampliar as idéias de Lygia sobre a estrutura que um órgão dedicado ao trabalho

²² Idem, p. 11-12.

²³ Idem, p. 3.

²⁴ Sambaquy foi chefe da Biblioteca do DASP, presidente do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação - IBBD, no período de 1954 a 1965 e iniciou seus trabalhos na FGV, com o fim do Estado Novo e transferência do Sistema de Informação e Catalogação-SIC para esta instituição. Também se dedicou ao ensino da biblioteconomia na Biblioteca Nacional, sendo considerada a profissional que introduziu a Ciência da Informação na biblioteconomia brasileira.

bibliográfico deveria ter para impulsionar as atividades científicas e tecnológicas nacionais (Oddone, 2006: 49).

Na opinião de Lydia de Queiroz Sambaquy, a FGV, devido ao seu envolvimento com as atividades do IBBD, criou o seu Instituto de Documentação – INDOC, apenas em 1966, responsável por coordenar os sistemas de arquivos e bibliotecas e os trabalhos editoriais da FGV.

O apoio prestado pela FGV à Associação dos Arquivistas Brasileiros, através da cessão de Marilena Leite Paes²⁵ para participar de trabalhos na associação, da cessão de dependências para a realização de reuniões para a sua criação e também para sediar a AAB, quando ainda não tinha adquirido a sua sede própria e da concessão de apoio financeiro para a realização de eventos, demonstra, mais uma vez, o envolvimento da instituição com a área de documentação.

Para o Prof. Esposel merece destaque a ação do diretor do Arquivo Nacional, Jose Honório Rodrigues, que em 1959 denuncia a situação “de desorganização e abandono” em que se achava a instituição, provocando a vinda de dois especialistas – Henry Boullier de Branche (francês) e Theodore R. Schellenberg (americano), para que fizessem um diagnóstico da situação de nossos arquivos e sugerissem sugestões para a sua melhoria (Esposel, 2002: 2).

Nas décadas de 1940 e 1950, foram ministrados no DASP, em 1943, o Curso Avulso de Preparação de Pessoal para Organizações de Serviços; e, na FGV o Curso de Arquivologia e Administração de Documentos, em 1947, com carga horária de 120 horas/aula, sob a coordenação de Ignez B. C. d’Araujo, do Ministério das Relações Exteriores,²⁶ e o Curso de Noções de Arquivo, em 1958, com carga horária de 20

²⁵ De formação superior em Biblioteconomia, Marilena Leite Paes foi funcionária da FGV (1954-1993), onde idealizou e ocupou o cargo de chefe do Arquivo Central, além de prestar consultoria em diversas instituições públicas e privadas e ter ministrado aulas em diversos cursos e proferido palestras em todo o país, inclusive na AAB e na FGV. Dedicou-se a várias atividades na área arquivística, tais como, foi presidente da AAB (1977-1979), participou do grupo que lutou pela regulamentação da profissão; escreveu um livro que é reeditado até hoje e vários artigos. Atualmente, é coordenadora do Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, onde está desde 1994.

²⁶ O curso é destinado a “a. formação de arquivistas, isto é, pessoas que queiram se dedicar à prática da moderna arte do arquivo nas repartições e escritórios; b. formação de pessoal especializado na ciência da arquivologia; c. formação de técnicos em organização e administração de arquivos”, segundo correspondência, de 6 de junho de 1947, enviada por Marieta Severo, coordenadora em exercício, para o Diretor do Departamento de Ensino (Fundo DpE, do acervo da FGV).

horas/aula, sob a coordenação de Maria Luiza Dannemann, do qual foi aluna Marilena Leite Paes²⁷.

No período entre 1968 e 1971, a FGV realizou três turmas do Curso O papel da arquivística na documentação, no Instituto de Documentação da FGV, onde as aulas eram ministradas por Marilena Leite Paes. O curso era prático, e disseminava as práticas arquivísticas aprendidas com Maria Luiza Dannemann, no DASP. No período entre 1974 e 1983, a FGV ofereceu o Curso de Técnicas de Informação, com módulos de noções de documentação, arquivo, microfilmagem e processamento de dados. O ensino do módulo de Teoria e Prática de Arquivo era ministrado por Marilena Leite Paes.

Segundo o depoimento do Prof. Esposel, em 1971,

os arquivos, na maioria meros depósitos de documentos envelhecidos, armazenados sem cuidado ou jogados de qualquer maneira em locais pouco recomendáveis em termos de arejamento, circulação e até higiene [...] também abrigavam empregados com problemas de saúde, de comportamento ou como castigo por terem praticado algum ato ou defendido pretensões que fossem do desagrado dos patrões ou chefes (Esposel, 2002: 2).

Durante muito tempo, trabalhar em arquivo era castigo para funcionários que se ausentavam muito, eram preguiçosos ou não tinham interesse por nenhuma outra atividade, enfim, a falta do reconhecimento da profissão proporcionava a existência de várias histórias e casos de profissionais que não tinham nenhuma afinidade com a área, mas que só lhes foi dada essa opção. Desse modo, pode-se entender porque os arquivos estavam tão abandonados e desorganizados. Além de não terem conhecimentos técnicos adequados, devido à insuficiência de cursos, os profissionais não possuíam nenhuma aptidão para o trabalho.

No artigo *Brasilianistas, Historiografia e Centros de Documentação*, Regina da Luz Moreira analisa a criação dos Centros de Documentação, a partir da década de 1970, para o tratamento dos acervos documentais das universidades. Embora desde 1946, a legislação brasileira já apresentasse uma preocupação com a preservação dos

²⁷ O curso também foi realizado pelo Departamento de Ensino (Fundo DpE, do acervo da FGV).

documentos, conforme estabelecido no artigo nº 175, da Constituição de 18 de setembro de 1946, onde “As obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público”²⁸, na prática essa obrigatoriedade não foi possível de ser executada na área arquivística pela falta de recursos humanos. Esta carência propicia a criação de diversos centros de documentação por profissionais das áreas de ciências da informação e historiadores, que eram ligados às universidades e formados por acervos constituídos para o desenvolvimento de suas pesquisas ou em função de um período histórico pré-determinado. Segundo Moreira, em 1975, a nova política nacional de cultura definida pelo Ministério da Educação e Cultura reforçou essa situação ao “estabelecer a participação das universidades no levantamento de acervos arquivísticos com valor histórico.” (Moreira, 1990: 7).

O Prof. José Maria Jardim²⁹ em sua entrevista³⁰ faz referência a esse momento em que várias universidades iniciam a criação de centros de documentação, onde reúnem acervos para serem trabalhados pelos mestrandos que estavam surgindo.

Sambaquy não inclui em seu trabalho a criação dos arquivos administrativos na FGV, mas registra a criação do CPDOC,

Em 1973, foi criado, pela Fundação Getúlio Vargas, integrado ao Instituto de Direito Público e Ciência Política, o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC).

²⁸ Trecho transcrito do site da WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre da Internet. Disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_1946_dos_Estados_Unidos_do_Brasil/V. Acesso em 20 dezembro 2008.

²⁹ José Maria Jardim cursou História pela Universidade Federal Fluminense (1978), Mestrado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1994), Doutorado em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (1998) e desenvolveu atividades de pós-doutorado no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas e no Observatorio Archivistica y Sociedad do Departamento de Documentação da Universidad Carlos III de Madrid (entre março de 2008 e fevereiro de 2009). Iniciou suas atividades com documentação na universidade, como estagiário do CPDOC (1976) e como bolsista de José Honório Rodriguez, então diretor do Arquivo Nacional. Trabalhou como funcionário do Arquivo Nacional (1982-1992), diretor do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (fevereiro a novembro de 1992), professor de graduação e do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação na Universidade Federal Fluminense (1992-2009) e coordenador do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Organização, Planejamento e Direção de Arquivos (Convênio UFF-Arquivo Nacional, 2006-2007). Atualmente, foi transferido para a Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, visando a implementação do 1º Curso de Mestrado em Arquivologia nesta universidade..

³⁰ A entrevista foi realizada no dia 16 de dezembro de 2009, à tarde, no NDoc. A entrevista teve a duração de 1:35 h e a gravação em CD e sua transcrição foram incorporados ao acervo da FGV / Núcleo de Documentação

Mais uma vez, Luiz Simões Lopes demonstrou o seu interesse todo especial pelos trabalhos de Documentação e Informação.

O CPDOC teve início com a coleção de documentos do Presidente Getúlio Vargas. Em princípio, talvez, tenha sido inspirado nas Bibliotecas Presidenciais norte-americanas, reunindo tudo o que documentasse a atuação e a época de determinados presidentes. Contudo, paulatinamente foi ampliando o seu campo de ação.

³¹(Sambaquy, 1983: 15).

Nessa década também foram criados o Centro de Documentação do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas – UNICAMP, em 1971 e o Centro de Memória Social Brasileira da Universidade Cândido Mendes, em 1972.

A década de 1970, segundo Fonseca (2005) foi marcada por importantes acontecimentos na arquivologia brasileira: criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros; promoção dos Congressos Brasileiros de Arquivologia; publicação da revista *Arquivo & Administração*, primeiro periódico brasileiro na área; criação dos cursos de nível superior de arquivologia; e, a regulamentação das profissões de arquivista e técnico de arquivo.

É importante ressaltar que essa época de efervescência na área arquivística está acontecendo no Brasil, na Europa e nos Estados Unidos. Como vimos no primeiro capítulo, na década de 1970, surge a preocupação com o caráter científico da arquivologia e surgem textos de Michel Duchein³², Michel Cook³³ e Charles Dollar³⁴. Apesar de estarmos ainda na fase técnica da arquivística, é inegável o desenvolvimento na área no período.

³¹ Trecho transcrito do trabalho mimeografado de Lydia de Queiroz Sambaquy, de 1983, intitulado *Luiz Simões Lopes e as realizações brasileiras no campo da biblioteconomia e documentação*, página 15.

³² Michel Duchein era Inspetor geral da França, historiador e autor de diversos artigos sobre arquivologia, traduzidos para o português, que influenciou a arquivística brasileira. Em 1977, este arquivista francês, publicou um artigo intitulado *O respeito aos fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos*, que provocou discussões na área, sendo utilizado até os dias atuais, no meio acadêmico, para esclarecer a noção de fundo.

³³ Também em 1977, na Grã-Bretanha, o autor publica a obra *Archives administration: a manual for intermediate and smaller organizations and for local government*, manual prático que integra os conceitos de *records* e *archives*, anteriormente separados pelos arquivistas anglo-saxônicos. Apresenta questões voltadas para a pesquisa e o acesso aos novos suportes.

³⁴ Arquivista norte-americano que, em fins da década de 1970, é o primeiro a focar os problemas decorrentes dos registros informatizados e em relação ao valor da informação.

Merece destaque também a atuação do Arquivo Nacional como o local onde se iniciam os cursos da área, inclusive o de graduação.

No prefácio do livro *Arquivologia. Sua trajetória no Brasil*, de Astréa de Moraes e Castro, o presidente do Arquivo Nacional, Jaime Antunes da Silva cita a criação da Associação dos Arquivistas Brasileiros, em 20 de outubro de 1971, “sob a liderança de José Pedro Pinto Esposel³⁵ e a participação de profissionais que possuíam reflexão sobre a área, como Maria de Lourdes Costa e Souza³⁶, Maria Luíza Dannemann³⁷, Helena Corrêa Machado³⁸, Marilena Leite Paes, dentre outras e outros” (Silva, E. apud Castro, 2008: 11). A AAB seria importante como fórum de reflexão e intercâmbio de experiências, através de seus cursos, do Congresso Brasileiro de Arquivologia³⁹ e do periódico *Arquivo & Administração*. Percebe-se no título de sua publicação, a preocupação dominante da época com a documentação administrativa⁴⁰.

Segundo depoimento do Prof. Esposel sobre os primórdios da Associação dos Arquivistas Brasileiros, publicado no Boletim Informativo da AAB, sua preocupação com a situação dos arquivos brasileiros motivou-o a “convidar um grupo para a discussão da matéria e levantamento de providências para a valorização do trabalho arquivístico, disseminação de teorias, técnicas e práticas aplicáveis ao assunto e salvaguarda dos acervos históricos em vias de sua perda irreparável” (Esposel, 2002: 2). Nesta reunião, realizada no dia 3 de setembro de 1971, dezoito profissionais decidiram a

³⁵ Historiador e arquivista muito atuante nos primórdios da arquivologia brasileira. Foi professor nos cursos do Arquivo Nacional e na UFF, chefe do arquivo do Banco Central e primeiro presidente da AAB, onde cumpriu dois mandatos (1971-1975).

³⁶ Maria de Lourdes (1908-2000) além de ajudar a criar, em 1971, a Associação dos Arquivistas Brasileiros AAB, foi funcionária do DASP e do Arquivo Nacional, e prestou consultoria em diversas instituições públicas e privadas, entre elas a Fundação Getúlio Vargas. Em 1995, foi homenageada pelo Arquivo Nacional com a medalha de Honra ao Mérito pelos serviços prestados à arquivística brasileira. Faleceu em 2000.

³⁷ Funcionária do DASP, que foi enviada aos Estados Unidos para conhecer as práticas arquivísticas, ministrou aulas de treinamento em arquivo, foi membro do Conselho Deliberativo da AAB (1973-1977) e colaborou com a revista *Arquivo & Administração*, da referida associação.

³⁸ Formada em Biblioteconomia com especialização em administração de arquivos municipais e atuou em vários arquivos públicos, foi presidente da AAB (1975-1979) e ministrou cursos sobre avaliação de documentos e arquivos municipais em várias instituições. Foi diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, membro do Conselho Deliberativo da AAB (1977-1979) e do Conselho Editorial da revista *Arquivo & Administração*.

³⁹ Os primeiros Congressos Brasileiros de Arquivologia abordaram os arquivos públicos, os arquivos médicos, a formação do arquivista, conservação de documentos e as novas tecnologias da informação (microfilmagem).

⁴⁰ Os documentos administrativos são aqueles de uso corrente que podem se tornar históricos, dependendo do seu valor para o futuro, O documento nem sempre nasce histórico, mas pode se tornar dependendo do seu conteúdo informacional

criação de uma associação visando “dignificar socialmente a profissão e promover, por todos os meios, a valorização, o aperfeiçoamento e a difusão do trabalho de arquivo, inclusive lutando por uma legislação nacional sobre a matéria” (Esposel, 2002: 3). O Prof. Esposel registra o apoio prestado por Dr. Raul do Rego Lima, então diretor do Arquivo Nacional e a realização de várias reuniões no Arquivo Central da FGV, até que em 20 de outubro de 1971 é criada a AAB e é eleito José Pedro Esposel como seu primeiro presidente. Em sua gestão realiza-se o 1º Congresso Brasileiro de Arquivologia e é lançada a revista *Arquivo & Administração*.

O Prof. Esposel comenta que o projeto do Congresso foi considerado muito “ousado”, porque pretendia atender a todos os arquivistas brasileiros e a AAB não dispunha de pessoal suficiente para tal empreendimento, mas que contou com a colaboração de Maria de Lourdes da Costa e Souza e de Marilena Leite Paes. É importante ressaltar que a AAB foi criada apenas cinco anos após a criação da Associação dos Arquivistas do Quebec.

Em 1978, Michel Duchein apresenta um relatório ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura, da Unesco, da qual é consultor, sobre a sua visita ao Brasil, quando veio conhecer a situação dos arquivos públicos e privados brasileiros, nas cidades do Rio de Janeiro, São Paulo, Bahia, Niterói e Brasília. Nele, ressalta o valor da AAB, num momento em que os arquivos não estavam organizados, a profissão lutava pela regulamentação e os profissionais da área ainda eram poucos.

Na falta de uma centralização ou de uma coordenação administrativa que abranja a totalidade dos arquivos do Brasil, existe no país, desde 1971, um órgão não-oficial que assume função notável neste campo. Trata-se da Associação dos Arquivistas Brasileiros, que conta atualmente com mais de 2.000 sócios e tem na presidência a Sra. Marilena Leite Paes, chefe do Arquivo Central da Fundação Getulio Vargas, no Rio de Janeiro. [...] Assim sendo, ela é a representante de todas as tendências e atividades arquivísticas do País e tem um papel preponderante na tomada de consciência dos diversos problemas a serem resolvidos no domínio da arquivologia em todos os níveis. [...] A AAB

constitui-se assim, num fator de equilíbrio indispensável, em razão da fragmentação e da dispersão, que são os grandes inconvenientes do sistema brasileiro de arquivos. Sua revista *Arquivo & Administração* é uma das mais importantes publicações da América Latina, na área de arquivos [...] (Relatório, 1979: 28).

Outro marco importante para a arquivologia que ocorreu no período e que também foi citado por Jaime Antunes da Silva (2008) e mencionado por Fonseca (2005) foi o reconhecimento como de nível superior, pelo MEC, em 1972, do Curso Permanente de Arquivos, mantido pelo Arquivo Nacional, que em 1973, recebeu autorização da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, para registro de seus diplomas de nível universitário. Este curso teve origem no Curso de Técnico de Arquivos, criado em 1922, no Arquivo Nacional, sob sua direção e regulamentado, em 1958, como Curso Permanente de Arquivos. Em 1977, este curso foi transferido para a Federação das Escolas Federais Independentes do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ com o nome de Curso de Arquivologia, mas funcionando ainda no Arquivo Nacional. Dois anos depois, o curso finalmente passou para o Centro de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO. Este foi o primeiro curso de arquivologia do país.

Com o decreto nº 82.308, de 25 de setembro de 1978 é criado o Sistema Nacional de Arquivos – SINAR com a finalidade de assegurar a preservação de documentos do Poder Público, tendo como órgão central o Arquivo Nacional. Nesta década merece registro a integração do Brasil aos Fóruns Internacionais de Arquivo, que também foram determinantes para o desenvolvimento da área, pois possibilitaram uma atualização da arquivística nacional, acerca dos assuntos que estavam sendo debatidos no exterior e representavam a entrada desses profissionais nas discussões internacionais.

Em 1978, foram também regulamentadas as profissões de arquivista e de técnico de arquivo, pela Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, conquista conseguida para a arquivologia brasileira, através da AAB.

Na década de 1980, não foram criados outros cursos de graduação em arquivologia, mas o mercado recebeu os primeiros profissionais formados pelos cursos já existentes

Em 1981, o Arquivo Nacional, sob a direção de Celina Vargas do Amaral Peixoto, que tinha sido a criadora do CPDOC na FGV, iniciou o Programa de Modernização Institucional Administrativa do Arquivo Nacional, através de convênio realizado entre o Ministério da Justiça, ao qual o AN estava subordinado, e a Fundação Getúlio Vargas.

Quando freqüentei o curso de arquivologia, no início da década de 1980, quase não havia produção bibliográfica sobre arquivos. Ainda hoje a produção bibliográfica e acadêmica na área é pequena, se comparada à de história ou de administração, por exemplo, mas no anexo nº 1 ou no gráfico nº 1, podemos perceber como ocorreu um aumento significativo em relação ao período de minha vida universitária. Naquele tempo, estávamos restritos aos textos clássicos da arquivologia estrangeira – Schellenberg, por exemplo, e, na UNIRIO, a cópias de uma apostila intitulada *Teoria e prática de arquivo*, elaborada por Marilena Leite Paes para o Curso de Técnicas de Informação, ministrado pelo Instituto de Documentação - unidade da FGV extinta em 1992, na qual era professora do módulo referente a arquivos. Só em 1986 foi editado o livro *Arquivo: teoria e prática*⁴¹, da mesma autora, que ainda hoje está presente na bibliografia de cursos superiores, em monografias e concursos públicos. Essa reduzida produção arquivística nacional reflete o estado de “inércia teórica e continuísmo prático” recentemente registrado por Maria Odila Fonseca⁴².

Inicialmente, o foco das publicações eram os manuais, que normalizavam os serviços de arquivo ou os livros técnicos que orientavam os profissionais que precisavam organizar um acervo. Atualmente, pode-se constatar que estão sendo publicados artigos e livros, que são resultados de pesquisas e de estudos acadêmicos, com reflexões sobre a prática arquivística o que tem provocado discussões e debates que podem dar um embasamento mais teórico à arquivologia. Como foi apontado por Maria

⁴¹ Este livro é publicado pela Editora da FGV e já está em na 3ª edição. No momento, a publicação está sendo revista e atualizada para a publicação de uma nova edição.

⁴² Para maiores informações ver *Arquivologia e ciência da informação*, obra de Maria Odila Fonseca publicada em 2005. Este livro foi editado a partir da tese da autora para obtenção do título de doutor em ciência da informação, apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciência da Informação do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT e da Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ.

Odila, existe um divórcio entre o meio acadêmico, enquanto lugar de reflexão e o meio profissional, enquanto prática da teoria arquivística. É importante a promoção de uma aproximação da reflexão teórica com a prática arquivística, onde os congressos nacionais sirvam como espaços decisivos para o aprofundamento dessa relação.

Este momento é muito diferente daquele em que o Arquivo Central foi criado, quando não existiam muitas instituições com conhecimento para dar um tratamento técnico adequado à sua documentação, embora a procura por cursos e informações nas visitas técnicas realizadas na época a esse setor da FGV já refletissem uma preocupação dos administradores com esse setor estratégico das instituições, sejam públicas ou privadas.

Só na Constituição Federal de 1988, conhecida como a constituição-cidadã, se estabelece como competência da Administração Pública a gestão da documentação governamental e os critérios que norteiam a política de acesso aos documentos. Na década de 90, estes preceitos serão, finalmente, implantados.

3.2 Como surgem os arquivos na FGV

A essência do trabalho arquivístico é tornar útil a memória da instituição. (Marilena Leite Paes, 1994).

A preocupação com a documentação já estava presente nos Estatutos da FGV, como um de seus objetivos: “constituir-se em centros de documentação para sistematizar e divulgar conhecimentos técnicos” (Fundação, 1974: 213) e no seu primeiro Regimento Interno, de 15 de março de 1945, onde está disposto que

Os centros de documentação serão organizados de forma a poderem realizar a análise da documentação, prevendo-se especialmente arquivos informativos nos quais exista para cada assunto uma síntese e uma ligeira apreciação sobre o conteúdo do

material coligido, feitas por analista especializado (Fundação, 1974: 213).

Na FGV, o papel de Luiz Simões Lopes neste processo está presente nos documentos, no depoimento de Marilena Leite Paes e de Aspásia Camargo ao CPDOC, “[...] Dentro da Fundação Getulio Vargas, o Dr. Simões sempre foi um homem com uma visão muito lúcida a respeito da importância da documentação [...]” (D’Araújo, 1999: 244), provavelmente em decorrência de suas viagens ao exterior e a sua aproximação com o poder no Estado Novo, através de sua atuação no DASP, onde também demonstrava preocupação com a documentação, embora sua atuação tivesse sido mais expressiva na área de biblioteconomia.

Marilena Leite Paes iniciou seus trabalhos, em 1954, no Setor de protocolo da FGV, substituindo uma funcionária que estava de férias. Em seu depoimento⁴³, diz que tinha concluído o ensino médio e pensava em tentar vestibular para Engenharia. Mas, enquanto isso, a “FGV tinha muito prestígio” e, era só um mês! O setor não tinha documentos arquivados, só protocolava as correspondências, mas antes de completar um mês, Marilena não só tinha realizado o protocolo do que entrava no setor, como também havia organizado os documentos acumulados, que estavam em um “gavetão”. Ao mesmo tempo, para não se esquecer dos procedimentos, ia escrevendo um manual para seu uso. Antes de terminar o seu período, já estava sendo convidada para trabalhar na FGV, sujeita a fazer o concurso público, em época oportuna.

⁴³ A entrevista foi realizada no dia 3 de agosto de 2009, à tarde, [no escritório de sua casa na Urca](#). A entrevista teve a duração de 2:15 h e a gravação em CD e sua transcrição foram incorporados ao acervo da FGV / Núcleo de Documentação.



Marilena Leite Paes, na sessão de abertura do III Congresso Nacional de Arquivologia, realizada no Arquivo Nacional, em 20 de outubro de 2008, dia do arquivista.

Ilustração 4

Em seguida, em 1958, frequentou o Curso de Noções de Arquivo, sob a coordenação de Maria Luiza Dannemann, funcionária do DASP, que havia realizado uma viagem para conhecer a técnica arquivística nos Estados Unidos.

No início, na FGV, os arquivos estavam dispersos pelas unidades, sem qualquer padronização ou normalização. Os documentos foram se acumulando e a localização das informações ficando cada vez mais demorada, além do que, a falta da centralização dessa documentação dificultava ainda mais a sua recuperação.

Não foi por acaso que, em 1960, o Dr. Simões avisa a Jakson Silva, chefe de Marilena, que queria conhecê-la, assim como o arquivo da FGV. Dr. Simões foi a seu encontro, acompanhado de Arnaldo de Mello Leitão⁴⁴, seu assessor, Aluysio Guimarães⁴⁵, assessor e Alim Pedro⁴⁶, diretor executivo interino. Foi o primeiro contato

⁴⁴ Foi funcionário da Carteira de Comércio Exterior do Banco do Brasil e, na FGV, além de assessor da presidência foi também diretor executivo eventual, em outubro de 1963.

⁴⁵ Formado em Economia, trabalhou no Departamento de Finanças do jornal *A Noite* e entrou na FGV, através de concurso, como técnico administrativo, em 1945, no setor de contabilidade. Na FGV, foi também chefe da Seção de Orçamento, professor da EBAPE, diretor executivo eventual (dezembro 1954), e diretor do ISEC (1968-1990).

⁴⁶ Engenheiro civil ocupou os cargos de diretor do Departamento de Limpeza Pública (1939), presidente do Instituto de Aposentadorias e Pensões dos Industriários-IAPI (1946) e prefeito da Cidade do Rio de Janeiro, então Distrito Federal (1954-5). Na FGV, foi representante da Prefeitura nas assembléias gerais, presidente da Comissão de construção do edifício-sede (1958), diretor executivo interino (junho 1960 e fevereiro 1961) e diretor executivo (1961-1974).

com o presidente da instituição, embora a FGV ainda tivesse um grupo pequeno de funcionários. “Era uma família”, como definiu Marilena em seu depoimento. Quando o Dr. Simões pediu para ver o arquivo, Marilena lhe respondeu com franqueza: “Não posso lhe mostrar o arquivo, porque a FGV não tem arquivo?”. Ao que o presidente, surpreso, perguntou: “Como não tem arquivo?”, iniciando-se, nesse momento, uma relação de admiração e confiança que iria facilitar as negociações de Marilena com o presidente.

Em seguida, Marilena mostrou as fichas de protocolo que acompanhavam a correspondência que entrava na FGV, mas informou que o que acontecia com o documento, em seguida, ela desconhecia, pois uma parcela ínfima e normalmente, de agradecimentos pelo envio de alguma publicação ou de outro assunto sem importância, é que retornava para ser arquivado numa única pasta. Essas fichas eram produzidas em três vias, a primeira acompanhava o documento, a segunda ficava arquivada em ordem numérica e a terceira era arquivada pelo assunto. Havia um armário, onde eram arquivadas em pastas, dispostas em ordem alfabética, as cópias azuis de toda a correspondência expedida pela FGV.

“A senhora quer organizar os arquivos da FGV?”, perguntou o presidente da FGV.

“Adoraria, mas não conheço o suficiente para organizá-los”, respondeu Marilena.

Hoje, Marilena tem consciência de que já estava envolvida com a área, ou seja, como ela mesma diz “Eu já estava mordida pela mosca azul”. Segundo Marilena, o Dr. Simões foi importante para a organização dos arquivos da FGV e no DASP, porque ele era

avançado no seu tempo, tinha uma visão de futuro [...] No DASP, se preocupou com a documentação e se expressava na Revista do Serviço Público [...] tinha uma visão de Estado, treinar funcionários públicos [...] mandou para os Estados Unidos estudar arquivo, Maria Luiza Dannemann, Lydia Sambaquy e D. Lourdes e um arquiteto [...] O Dr. Simões sempre me atendeu quando eu precisava falar com ele. Criei uma admiração muito grande por ele.

Marilena também reforçou a influência de Luiz Simões Lopes, ao relatar, que no primeiro projeto do edifício-sede, projetado por Oscar Niemeyer, teria reservado um prédio, com instalações modernas e adequadas para a conservação dos documentos da FGV, onde funcionaria a biblioteca e o arquivo.⁴⁷ Os resultados da visita ao arquivo não demoraram muito e “uma semana depois D. Lourdes estava lá”.

Em agosto de 1960, Maria de Lourdes Costa Souza foi encarregada pelo presidente da FGV a realizar um diagnóstico da situação dos arquivos na FGV. Maria de Lourdes fora funcionária do DASP, tendo recebido uma bolsa de estudos que lhe possibilitou viajar aos Estados Unidos. Lá, pode conhecer a prática arquivística nos arquivos correntes, o que era muito difundido naquele país nas décadas de 1940 e 1950. Quando retornou ao Brasil, transmitiu esses conhecimentos em cursos e atuou como consultora em diversos órgãos públicos como o Arquivo Nacional, a Prefeitura do Rio de Janeiro (então Distrito Federal), o Banco Nacional do Desenvolvimento Social-BNDES e o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, e arquivos empresariais, como na FGV, onde iniciou a implantação do seu sistema de arquivos.

Segundo Marilena, em primeiro lugar, ela e Maria de Lourdes começaram a tratar do arquivo corrente, porque consideravam esse arquivo uma “torneira aberta”, que se não fosse tratada ou fechada, poderia provocar um desastre. Os arquivos correntes são muito importantes, porque são mais consultados e estão mais próximos ao nosso usuário. Esses eram os únicos arquivos existentes na FGV, que também tinha um setor de protocolo. Foi iniciado então um levantamento de toda a documentação dispersa pela instituição, através de visitas de D. Lourdes e de Marilena. Como não tinham recursos, utilizavam tiras de papel de rascunho para o levantamento dos assuntos e as arquivavam em caixas de sapato. Apesar da aprovação do presidente da FGV, foi encontrada alguma resistência por parte dos setores, em relação à abertura de seus arquivos. Tratavam-se, porém, de casos pontuais, que foram aos poucos persuadidos pelos benefícios que teriam com sua documentação organizada. Segundo Marilena, no geral, os setores estavam muito receptivos, pois o volume de documentos acumulados já dificultava a localização das informações. Foi um momento difícil, quando foram estabelecidos os pilares de um relacionamento cuja razão de ser é solucionar os problemas dos usuários

⁴⁷ O projeto integra o acervo de plantas dos imóveis da FGV.

em relação aos documentos, mas que representa, num primeiro momento, uma ameaça, uma mudança. É necessário, garantir ao chefe do setor que nada será recolhido ou eliminado sem o seu consentimento.

A partir desse levantamento, Maria de Lourdes concluiu

não ter havido, até a presente data, a necessária coordenação das atividades de arquivamento de papéis [...] Os arquivos existentes, em Gabinetes e Seções, são, na maioria dos casos, produtos do esforço, mais ou menos bem sucedido, de secretárias com pequena experiência. Concorre ainda para a precariedade do seu funcionamento a grande mobilidade do pessoal que se encarrega desses serviços⁴⁸

Visando a implantação dos arquivos na FGV, a consultora recomendou que fosse criado um “arquivo de custódia centralizada” e arquivos correntes descentralizados, localizados nas unidades da instituição. Um arquivo centralizado, onde funcionaria o arquivo corrente e permanente, não seria aplicável à FGV, pois as unidades são fisicamente distanciadas e desempenham atividades diferenciadas. O ideal seria um arquivo permanente centralizado – o Arquivo Central – para onde seriam recolhidos todos os documentos da FGV que não estavam em sua fase corrente, ou seja, aqueles que não eram consultados com frequência.

Esse Arquivo Central deverá dispor de autoridade para supervisionar, aconselhando e orientando, a organização e manutenção dos arquivos correntes, constituindo o órgão de cúpula de um sistema de administração de arquivos e movimentação de papéis, sistema de que farão parte, além do Serviço de Comunicações, os vários núcleos a serem instituídos junto aos diversos órgãos da Fundação.⁴⁹

⁴⁸ O trecho consta da primeira das quatro páginas do relatório elaborado por Maria de Lourdes da Costa e Souza sobre os serviços de arquivo e movimentação de papéis da Fundação Getúlio Vargas, datado de 26 de outubro de 1960. Esse diagnóstico consta do acervo do Arquivo Central e iria subsidiar o início do processo de organização dos arquivos da FGV.

⁴⁹ O trecho consta da segunda página do relatório citado na nota anterior.

Foram apontadas duas modalidades de subordinação desses núcleos ao Arquivo Central, à escolha da Direção da FGV: subordinação administrativa junto às unidades em que estavam localizados e subordinação técnica ao Arquivo Central ou subordinação técnica e administrativa a este, mas localizados junto às unidades a quem prestam serviço. Salientou que fossem determinadas normas de arquivo visando à uniformidade de ação nos arquivos da FGV.

Segundo o relato de Marilena, D. Lourdes implantou, na FGV, esse modelo de Sistema de Arquivos, se baseando no modelo utilizado pela ONU, descentralizado, por departamentos, onde trabalhou durante dois anos.

Em relação ao espaço físico, destacou a necessidade de uma área para a instalação do setor com espaço para alocar os documentos a serem recolhidos das unidades, naquele momento, assim como para crescimento futuro e ressaltou a necessidade da criação de condições favoráveis de iluminação, temperatura e umidade, tendo em vista a preservação dos documentos.

Considera, no entanto, a formação e o treinamento de pessoal de arquivo, como o item mais importante desse projeto, pois “Ocorre, em geral, uma certa indiferença, um certo menosprezo por esse tipo de serviço, para o qual são, freqüentemente, designados os menos aptos, os que menos interesse ou capacidade revelaram para outros tipos de trabalho. É um engano pensar que ‘quem não dá para nada, serve para o arquivo...’”⁵⁰

Logo em seguida, em 21 de novembro de 1960, através da Comunicação Interna nº 30 foi aprovado, pelo Diretor Executivo, o início dos trabalhos de reorganização dos arquivos da FGV, a ser executada sob a coordenação de Maria de Lourdes Costa Souza. A comunicação visava à instituição das normas gerais. Inicialmente, foi realizado um levantamento dos assuntos para elaboração de um “Índice Geral de Classificação” a ser adotado em todos os arquivos da FGV e, simultaneamente, foram realizadas reuniões sobre a reorganização dos arquivos e/ou criação nas unidades para a realização das atividades de “recepção, circulação, expedição e arquivamento de correspondência e documentação, sob a orientação técnica do serviço central, e de acordo com as normas gerais e específicas que forem determinadas”, padronização do material e treinamento

⁵⁰ O trecho consta da terceira página do relatório citado na nota anterior.

durante a realização dos serviços. Consta ainda da CI nº 30, que a criação do Arquivo Central seria a "última etapa de implantação do plano"⁵¹.

Os trabalhos de reorganização dos arquivos foram iniciados, mas em carta ao presidente da FGV, Luiz Simões Lopes, de 30 de dezembro de 1960, a consultora alerta para os problemas de falta de pessoal qualificado, o que poderia comprometer o sucesso do projeto.

Em seu depoimento, Marilena informa que o novo sistema começou a funcionar no primeiro dia útil de 1961. Como era impossível a organização de tudo o que já havia sido acumulado, foi priorizado que começariam a organizar, nos novos moldes, os documentos que estavam entrando nos setores e depois, aos poucos, iriam organizando os mais antigos. Cada classe teria uma cor, para facilitar a localização e evitar o arquivamento incorreto.

No entanto, em carta dirigida ao Diretor Executivo, em 02 de maio de 1961, Maria de Lourdes alega impossibilidade de continuar colaborando com a FGV, e, "em virtude do horário de expediente recentemente estabelecido para as repartições federais", pede liberação do compromisso assumido anteriormente, sugerindo que

seja a coordenação desses trabalhos confiados à funcionária da Seção de Comunicações, Marilena Leite Paes, que revelou durante a reorganização do seu setor grande capacidade de trabalho, aliada à notável facilidade de adaptação e de apreensão de novos conhecimentos, estando, pois, inteiramente habilitada e capacitada a promover e orientar os trabalhos de reorganização ora em realização.⁵²

No mesmo documento, Maria de Lourdes informa sobre os trabalhos realizados e a situação atual dos arquivos da FGV, salientando que a falta de pessoal vinha dificultado o andamento dos trabalhos. Solicita autorização para "acompanhar à

⁵¹ A informação consta da CI nº 30, de 21 de novembro de 1960, encaminhada pelo Superintendente Administrativo, Aluysio Guimarães para o Diretor Executivo, Rafael da Silva Xavier, solicitando sua aprovação em relação aos procedimentos que deverão ser adotados para a reorganização dos arquivos da FGV, que deverá ser executado por Maria de Lourdes de Costa E Souza. O documento consta do acervo da FGV/Arquivo Central.

⁵² Trecho transcrito da página 3, da carta datilografada por Maria de Lourdes Costa Souza, em 2 de maio de 1961, solicitando ao presidente da FGV o seu afastamento da instituição.

distância os referidos trabalhos de reorganização, colaborando na solução dos problemas que se apresentem durante a implantação do programa traçado, e na organização definitiva do esquema de classificação a ser adotado”. A sugestão foi aprovada pelo Superintendente Geral, Sr. Alim Pedro, que expediu o Ato nº 433, de 10 de julho de 1961, designando Marilena Leite Paes para desempenhar as funções de Coordenadora dos Arquivos da FGV.

“Tudo o que aprendi devo a D. Lourdes”, afirma Marilena. “Não havia modelos, não havia instituições para serem visitadas [...] o próprio Arquivo Nacional foi buscar conhecimento no Arquivo Central [...] O papel pioneiro da FGV na área foi graças ao apoio de Luiz Simões Lopes.”

Como D. Lourdes foi ocupar o cargo de assessora do diretor do Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues, Marilena a procurava para esclarecer as suas dúvidas e foi levando o projeto adiante.

Em seguida, Marilena elaborou um Plano de Arquivo, que foi aprovado. Nesse projeto está prevista a reorganização e / ou criação de 12 arquivos setoriais e a criação de um Arquivo Histórico “constituído pela reunião de toda a documentação da FGV, revestida de valor histórico, desde a sua criação”. Este acervo se constituiria de estatutos; regulamentos; escrituras dos imóveis da FGV; plantas; contratos e convênios; regimentos internos; relatórios de atividades; atos e portarias; atas da Assembléia Geral e dos Conselhos Curador e Diretor da FGV; fotografias e outros documentos análogos.

Em 26 de setembro de 1963, realizou-se a primeira reunião mensal dos arquivos setoriais da FGV, procedimento adotado até os dias atuais. Este possibilita a troca de informações, seja referente à área arquivística ou sobre mudanças nos procedimentos; o esclarecimento de dúvidas e, principalmente, desenvolver o espírito de equipe e a colaboração entre os profissionais de arquivo.

No mês de janeiro de 1964 foi apresentado um relatório das atividades de arquivo desenvolvidas na FGV durante o ano anterior. Neste relatório, Marilena registra as medidas tomadas, visando à “criação de um sistema de arquivos que melhor atendesse às necessidades da FGV”, e destaca a colaboração de Maria de Lourdes da Costa e Souza, assistente do diretor do Arquivo Nacional. Relata a opção pela “centralização do controle”, a cargo da Coordenação dos Arquivos da FGV, localizada no Serviço de Comunicações; e pela “descentralização da execução”, através dos

núcleos de arquivo localizados junto às unidades da instituição; a preferência pelo do método decimal, na classificação dos documentos⁵³ da FGV; e a elaboração do Código de Classificação por assuntos, por sua capacidade de expansão e adaptação às futuras modificações.

Em seguida, comunicou a criação de 13 núcleos de arquivo⁵⁴, embora três – Escola Técnica do Comércio – ETC, Centro de Análise da Conjuntura Econômica - CACE e o Instituto de Seleção e Orientação Profissional – ISOP - ainda não tivessem iniciado a organização de seus documentos. O relatório presta informações sobre o desenvolvimento dos trabalhos de organização dos documentos em cada núcleo, e conclui registrando a diminuição das resistências às atividades de arquivo na FGV e, conseqüente aumento das solicitações de organização dos documentos. Sugere ainda, a criação da carreira de arquivista e auxiliar de arquivista.

Em dezembro de 1966, Marilena Leite Paes apresentou ao presidente e ao superintendente geral da FGV, um “Estudo sobre a situação atual dos arquivos e Projeto de criação do Arquivo Histórico”. Este estudo justificou a necessidade da “descentralização da execução” do plano de reunir em um único núcleo “toda a documentação de movimento relativa a uma finalidade específica da FGV”, facilitando, assim, a consulta.”⁵⁵ Em seguida, sugeriu a criação de um Arquivo Histórico para onde foi transferida a função da Coordenação Geral dos arquivos da FGV. Esta coordenação ficou subordinada à Superintendência Administrativa, com os núcleos de arquivo subordinados tecnicamente a ela. Registrou a realização do primeiro curso de treinamento interno em arquivo e apontou as qualificações desejáveis de um profissional da área: “cultura geral. Conhecimento de línguas (inglês e francês

⁵³ Ato ou efeito de analisar e identificar o conteúdo de documentos, selecionar a categoria de assunto sob a qual sejam recuperados, podendo-se lhes atribuir códigos. (Arquivo Nacional, 2005: 41).

⁵⁴ Nessa data funcionavam núcleos de arquivo no Serviços de Comunicações - SCm, Instituto Brasileiro de Administração – IBRA, Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP, Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, Instituto de Direito Público e Ciência Política – IDPCP, Departamento de Ensino – DpE, Escola Técnica do Comércio – ETC, Serviço de Publicações – SPb, Biblioteca – Bb, Centro de Pesquisas Administrativas e Sociais - CPqAs, Instituto de Seleção e Orientação Profissional – ISOP, Centro de Análise da Conjuntura Econômica - CACE e Comissão de Construção do Edifício-Sede – CCES.

⁵⁵ Nessa data funcionavam núcleos de arquivo no Serviços de Comunicações - SCm, Instituto Brasileiro de Administração – IBRA, Escola Brasileira de Administração Pública – EBAP, Escola Interamericana de Administração Pública – EIAP; Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, Instituto de Direito Público e Ciência Política – IDPCP, Departamento de Ensino – DpE, Escola Técnica do Comércio – ETC, Serviço de Publicações – SPb, Biblioteca – Bb, CPqAs, Instituto de Seleção e Orientação Profissional – ISOP, CACE e Comissão de Construção do Edifício-Sede – CCES.

especialmente). Discreção. Atenção. Espírito de meticulosidade na ordem. Paciência. Trato agradável. Intuição das necessidades futuras.”⁵⁶ O trabalho continha ainda um projeto de microfilmagem, que seria realizada após a organização dos documentos, e a justificativa da criação de um Arquivo Técnico, no Instituto de Documentação - INDOC.

Visando suprir a escassez de material didático na área arquivística, para treinamento de profissionais de arquivo na FGV, a Coordenação Geral dos Arquivos elaborou o *Manual de Trabalho do Arquivista* - composto, em sua primeira parte, de apostilas dos professores Maria de Lourdes da Costa e Souza, Maria Luiza Dannemann, Regina Alves Vieira e Mario Zoja - e, em seguida, as Instruções de Arquivo e o Código de Assuntos da FGV.



Apesar de ser uma caricatura, a capa do Manual nos traz com uma situação muito comum na vida de qualquer arquivista, que procura esgotar todas as possibilidades de arquivamento de um documento, até que o chefe, tranqüilamente, informa: “Não é mais necessário procurar... Achei no meu bolso.”

FGV/Núcleo de Documentação, 1967

Ilustração 5

Segundo a publicação *Fundação Getulio Vargas: 30 anos a serviço do Brasil*, somente em 1966 foi criado o Instituto de Documentação - INDOC para atender ao disposto no Estatuto e no primeiro Regimento Interno da FGV, quanto à criação de um

⁵⁶ Texto retirado da página 8, do trabalho intitulado “Estudo sobre a situação atual dos arquivos e Projeto de criação do Arquivo Histórico”, apresentado em dezembro de 1966.

centro de documentação. O INDOC reuniu as áreas de apoio da FGV responsáveis pelo tratamento da documentação: a Biblioteca, o Serviço de Publicações, o Serviço Gráfico e o Arquivo.

Em 27 de setembro de 1967, Benedicto Silva, diretor do INDOC, encaminhou à presidência da FGV o primeiro trabalho realizado pelo setor, *Pontos de vista sobre o Arquivo da Fundação Getulio Vargas*, que recebeu o parecer favorável de Alexandre Morgado Mattos, assessor do presidente para que o Arquivo Geral fosse integrado ao instituto.



A FGV iniciou suas atividades no prédio à esquerda, situado na Praia de Botafogo nº 186, onde foi instalado, no térreo, o Arquivo Central da instituição.

FGV/Núcleo de Documentação,
[1960]

Ilustração 6

Em 5 de março de 1968, pelo Ato nº 62, a Coordenação Geral de Arquivos foi transferida para o INDOC, “dando-se início às providências para a instalação efetiva do Arquivo Geral.”⁵⁷ Até que, em maio de 1970, foi instalado no INDOC o Arquivo Geral, que além das atribuições da antiga Coordenação Geral – de supervisionar e coordenar os arquivos correntes de cada órgão – “tem por finalidade recolher, reunir, selecionar, arranjar, descrever, conservar e reproduzir os documentos de valor administrativo, legal, técnico e histórico da Fundação; promover exposições e divulgar seu acervo, realizar pesquisas, atender a consultas e prestar informações” (Fundação, 1974: 223) .

⁵⁷ O trecho foi transcrito da página 2, do relatório de atividades da FGV de 1969.

Em 14 de maio de 1970, o arquivo ocupava as dependências do antigo restaurante, na Praia de Botafogo, 186, térreo.



Marilena Leite Paes e
Marlene Guedes da
Fonseca, em junho de
1971.

FGV/Núcleo de Documentação

Ilustração 7

Apesar da demora dessa oficialização, a visibilidade do arquivo da FGV pode ser percebida em seu relatório anual de 1972. Lá está registrado que o setor recebeu solicitações de estágio, assessoramento técnico ou orientação profissional, de diversas instituições públicas e privadas, como por exemplo: Universidade Federal Fluminense, Loyde Brasileiro, Casa de Rui Barbosa, Departamento de Serviço Social, Instituto Nacional do Cinema, LASA Engenharia e Prospecções S/A, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, Manchete, Câmara dos Deputados (Brasília), Bispo de Volta Redonda, Automóvel Clube do Brasil, Cia. de Cimento Vale do Paraíba, Departamento Geral de Documentação do Estado da Guanabara, Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Aeronáutica, TAA Turismo e Porto Belo Hotéis.

Foi registrada também a visita do Professor Aurélio Tanodi, diretor da Escuela de Archiveros da Universidade de Córdoba (Argentina), no dia 7 de abril, em companhia do Prof. José Pedro Esposel. Sem dúvida a qualidade do trabalho desenvolvido pelo Arquivo Geral da FGV servia de referência, mas a atuação de Marilena na associação representativa da profissão, também favorecia a sua divulgação e o colocava em evidência.

No entanto, somente em 29 de maio de 1973, pela Portaria nº 54, foi criado o *Sistema de Arquivos*⁵⁸ da FGV, constituído de um Arquivo Central (permanente⁵⁹), de um Arquivo Histórico e dos Arquivos Setoriais (correntes⁶⁰). O Arquivo Central, localizado no INDOC, “destina-se à custódia de documentos textuais, audiovisuais, cartográficos e outros, de valor histórico, jurídico, patrimonial, técnico e administrativo, que já não sejam objeto de uso freqüente.”⁶¹ O Arquivo Histórico foi o setor responsável pelos “documentos de valor histórico” e foi criado como parte integrante do Arquivo Central, por solicitação do presidente da FGV. Reunia documentos que formavam séries especiais e que já nasciam históricos, não sendo objeto de avaliações futuras. Sendo assim, os documentos de valor histórico que devem ser guardados para o futuro, para evitar o esquecimento e servirem de prova da trajetória da FGV na história política, econômica e administrativa do país extrapolam o acervo deste setor. Os Arquivos Setoriais, em número de 20, eram responsáveis pelo registro, guarda e movimentação dos documentos de uso corrente⁶².

Uma dúvida, que comumente, é levantada não apenas pelo público externo, mas também por funcionários da FGV, é por que existem o Arquivo Central e o Arquivo do CPDOC? O Arquivo Central foi criado para gerenciar a documentação produzida e recebida pela FGV, independente do suporte, no decorrer de suas atividades. O Arquivo Central é responsável pela guarda, conservação e disponibilização de toda a documentação que é recolhida, através dos arquivos setoriais, após avaliação, visando determinar se a documentação é permanente ou deve ser eliminada. Alguns documentos serão transferidos para o Arquivo Intermediário porque ainda não esgotaram a

⁵⁸ Conjunto de arquivos que, independentemente da posição que ocupam nas respectivas estruturas administrativas, funcionam de modo integrado e articulado na persecução de objetivos comuns. . (Arquivo Nacional, 2005: 145).

⁵⁹ Conjunto de documentos preservados em caráter definitivo em função de seu valor . (Arquivo Nacional, 2005: 26).

⁶⁰ Conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas freqüentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração. . (Arquivo Nacional, 2005: 21).

⁶¹ Artigo 2º da Portaria nº 54, da FGV, de 29 de maio de 1973.

⁶² Artigo 3º da Portaria nº 54, da FGV, de 29 de maio de 1973. Os arquivos setoriais são constituídos pelos arquivos das seguintes unidades: SCM, EBAP, Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP, EIAP, Centro Interamericano de Comercialização – CICOM, Instituto Superior de Estudos Contábeis – ISEC, Instituto de Estudos Avançados em Educação – IESAE, Centro de Estudos e Treinamento em Recursos Humanos – CETHRU, ISOP, Conselho de Coordenação de Ensino e Pesquisa – CONCEP, ETC, Colégio Nova Friburgo - CNF, Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, Conjuntura Econômica, IDPCP, INDOC, Biblioteca – Bb, SPb, Delegacia Regional de Brasília – DRB e Curso de Administração de Empresas – CADEMP.

temporalidade determinada para a sua eliminação, por determinação legal ou institucional. Os dados sobre a localização desses documentos são inseridos no sistema WinIsis, visando a sua recuperação. Trata-se, portanto de um lugar de memória institucional, que só atende ao público externo mediante autorização do Presidente ou do Diretor de Operações do Rio de Janeiro.

O CPDOC, no tocante a documentação, é um arquivo que reúne arquivos de diversas personalidades da vida pública brasileira, pós 1930. Estes arquivos são doados à instituição mediante contrato próprio e envolvem uma série de obrigações, dentre elas, dar o tratamento técnico adequado visando à disponibilização das informações. Trata-se de documentos produzidos por essas personalidades, que estão sob a guarda do CPDOC para consulta acadêmica, jornalística e histórica pelo público externo da FGV.

O Sistema de Arquivos da FGV foi criado para integrar e padronizar os trabalhos desenvolvidos pelos Arquivos Setoriais, através do seu Arquivo Central, que elabora as normas e os instrumentos de trabalho responsáveis pelo controle e uniformidade dos arquivos administrativos da FGV. O CPDOC possui um arquivo corrente, que no momento não está sendo tratado por um profissional qualificado, e que integra o Sistema de Arquivos da FGV, mas os arquivos doados ao CPDOC, não se incluem no sistema.

Nessa mesma data, através do Ato nº 197, foi aprovada, em caráter experimental, a *Tabela de Temporalidade de Documentos da FGV*, o que possibilitou o início das atividades de seleção, avaliação e destinação dos documentos e, através do Ato nº 205, de 6 de junho de 1973, foi designada a técnica de informação Marilena Leite Paes para o cargo de chefe do Arquivo Central do INDOC. É importante ressaltar que a tabela de temporalidade⁶³ de documentos foi elaborada quando não havia um modelo oficial no Brasil.

“O Sistema de Arquivos foi uma novidade no país”, registra Marilena.

⁶³ Instrumento de destinação, aprovado pela autoridade competente, que determina prazos e condições de guarda tendo em vista a transferência, recolhimento, descarte ou eliminação de documentos. Arquivo corrente é o conjunto de documentos, em tramitação ou não, que, pelo seu valor primário, é objeto de consultas frequentes pela entidade que o produziu, a quem compete a sua administração. . (Arquivo Nacional, 2005: 150).

No ano de 1973, o Arquivo Central prestou orientação técnica a diversas instituições públicas e privadas (13)⁶⁴ e ministrou outro curso de treinamento para arquivistas, no intuito de elevar o nível de eficiência dos arquivos da FGV e aperfeiçoar as práticas arquivísticas até então adotadas.

Em fevereiro de 1974 foi criada a Coordenação dos Arquivos Setoriais – responsável por supervisionar, coordenar e prestar assessoramento técnico aos arquivos setoriais – e, em maio, o Arquivo Histórico. Neste ano, também foi expressivo o número de instituições (14) que receberam orientação técnica do Arquivo Central⁶⁵.



Reunião com os arquivistas setoriais, em 1975.

FGV/Núcleo de Documentação

Ilustração 8

Em 1975, foi parcialmente implantado - em quatro unidades - o enquadramento dos arquivistas nos diversos níveis da carreira, pois dependia dos recursos orçamentários das unidades e da contratação de profissionais qualificados.

⁶⁴ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA, PETROQUISA – Petrobrás Química S/A, Cia. Estadual de Gás - CEG, Eletrosul, SERPRO, Cia. Brasileira de Energia Elétrica, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais, Centro de Documentação do BNDE, Natron Engenharia, Carbonífera Treviso, Casa de Rui Barbosa (organização do arquivo de recortes de jornais), SENAI (palestra sobre as principais atividades dos arquivos) e Secretaria de Educação do Governo do Espírito Santo (curso intensivo de Documentação e Arquivo).

⁶⁵ Banco do Brasil, Banco Central, Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, Companhia Telefônica Brasileira, Eletrosul, Liceu Lino Peçanha, Ministério da Educação e Cultura, Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira – CEPLAC (Bahia), Departamento Autônomo de Recursos Minerais e Energéticos – DARME, IDORT, Arquivo Público do Espírito Santo, Secretaria de Planejamento da Presidência da República e Federação das Escolas e Faculdades Isoladas da Guanabara – FEFIEG.

Neste ano, foi prestada orientação técnica a funcionários de 22 instituições públicas e privadas.⁶⁶ e, em 1976, 13 instituições.⁶⁷ A orientação era fornecida sem contratos e sem custos. Normalmente, o chefe ou o interessado entrava em contato com Marilena que agendava uma visita técnica, de acordo com a sua agenda. Algumas consistiam em visitas e os estágios, tinham uma duração mais variável, dependendo do interesse do visitante e de sua disponibilidade, mas, normalmente, não passavam de um mês.

No relatório de 1977 consta a entrega de projeto de microfilmagem, do Prof. José Lázaro de Souza Rosa⁶⁸ para instalação de um Centro de Microfilmagem, no Arquivo Central. Neste ano, também é publicado o Manual de Arquivo da FGV, constituído pelas seguintes partes: 1. Histórico, 2. Operações de arquivamento, 3. Rotinas, 4. Modelos e formulários, 5. Código de Classificação de Assuntos, 6. Índice alfabético, e 7. Tabela de equivalências.

O Arquivo Central elaborou normas que padronizavam as atividades dos arquivos em todas as suas unidades; um manual com códigos de assuntos que facilitaram, não só o arquivamento dos documentos que tramitavam pela FGV, como também a localização e a recuperação das informações. Os documentos recebiam o código referente ao seu conteúdo e arquivados nos dossiês referentes àquele assunto, que eram arquivados em ordem numérica dos códigos, o que facilitava a recuperação dessas informações. Elaborou ainda, diversos formulários que foram copiados e se espalharam por outras instituições em todo o país. Enfim, desenvolveu uma política de

⁶⁶ A seguinte relação de instituições foi retirada da página 3, do Relatório de Atividades do Arquivo Central de 1975: Divisão de Patrimônio, Cia. Vale do Rio Doce, Secretaria de Serviços Médicos do Ministério da Previdência Social – INPS, Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC, Merck S/A Indústrias Químicas, Banco de Desenvolvimento do Rio de Janeiro, Departamento Nacional de Obras de Saneamento, Cimento Tupi S/A, Serviço de Documentação do Banco da Amazônia (Belém – PA), Serviço Nacional de Proteção ao Índio (Brasília – DF), Secretaria da Indústria e Comércio do Governo do Estado de Mato Grosso, Furnas Centrais Elétricas, Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE, TV Globo, Itaipu Binacional, Serviço de Documentação e Informação da Usina Siderúrgica da Bahia – USIBA (Salvador – BA), Financiadora de Estudos e Projetos – FINEP, Rede Ferroviária Federal S/A, Departamento Industrial da Petrobrás, ELETROS, Instituto de Resseguros do Brasil e Faculdade Santa Úrsula.

⁶⁷ A seguinte relação de instituições foi retirada da primeira página do Relatório de Atividades do Arquivo Central de 1976: Escola de Enfermagem Ana Néri, Casa de Rui Barbosa, Price Waterhouse, Secretaria de Modernização Administrativa do Ministério do Trabalho (Brasília – DF), Departamento de Patrimônio Histórico do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Pará, Ministério da Aeronáutica, TELEMIG, Departamento Geral de Cultura do Município do Rio de Janeiro, Mosteiro de São Bento, GEIPOT, Companhia de Saneamento do Paraná – SANEPAR e COPEL (Paraná).

⁶⁸ Consultor na área de documentação e reprografia, ministrou aulas em cursos da AAB sobre microfilmagem e foi presidente da Comissão Especial para Revisão da Legislação sobre Microfilmagem do CONARQ. Faleceu em 2009.

valorização dos arquivos e de seus profissionais e implantou uma gestão de documentos que garantiu a recuperação da informação administrativa, probatória e histórica, proporcionando aos seus arquivos uma imagem de credibilidade e rapidez.

Em 1979, finalmente é aprovada, pelo Ato nº 370, de 2 de agosto de 1979, a Tabela de Temporalidade de Documentos, a ser utilizada pelos arquivos da FGV. A tabela foi elaborada em 1968 e aprovada em 1973, em caráter experimental. Este trabalho foi publicado e colocado à venda na Livraria da FGV, sendo muito procurada por alunos e profissionais que a utilizavam como modelo para a elaboração das tabelas de outras instituições.

No ano de 1980, os arquivistas e técnicos de arquivo foram devidamente registrados na Delegacia Regional do Trabalho, conforme determinava a Lei nº 6.546, de 4 de julho de 1978, que regulamentou a profissão.

Em 1982, ocorreu uma mudança na estrutura do Arquivo Central, através da Portaria nº 25, de 25 de julho de 1982, que revogou a Portaria nº 54, de 29 de maio de 1973. O Arquivo Central passou a ser constituído por um Arquivo Histórico, uma Coordenação dos Arquivos Setoriais, um Setor de Documentos Textuais, um Setor de Documentos Audiovisuais e um Setor de Documentos Biográficos. E pela Portaria nº 26, de 16 de julho de 1982, foi aprovado o regimento do Arquivo Central.

Marilena ministrou cursos para a AAB e para atender a diversos convênios assinados com a FGV. Sua participação em reuniões no Arquivo Nacional, na ABNT e na AAB eram freqüentes.

Em 1983, no décimo aniversário do Arquivo Central, foi convidado o Prof. José Maria Jardim para proferir palestra sobre *As estruturas arquivísticas européias: as experiências da França, Espanha e Inglaterra*, quando comentou a viagem de estudos que realizou à Europa, em 1982. No relatório anual de 1983, na primeira página, foi ressaltada

[...] a dupla missão que o Arquivo Central vem desempenhando: como atividade-meio, na medida em que sistematiza, ordena e controla a documentação produzida e recebida pela FGV, servindo de apoio às decisões tomadas pelos seus servidores nos diversos níveis administrativos e técnicos; como atividade-fim, na medida

em que seus arquivistas contribuem, com sua experiência, para o desenvolvimento da Arquivologia no país.

Pelo Ato nº 143, de 7 de junho de 1988, Marilena Leite Paes foi dispensada do cargo de Chefe do Arquivo Central e foi designada para vice-diretora do INDOC. Para o seu cargo foi escolhida Maria Hilda Pinto de Araújo, que ocupava o cargo de arquivista no arquivo setorial do IBRE.

Nas décadas de 1970 e 1980, o Arquivo Central da FGV era considerado um modelo, uma referência em relação aos procedimentos técnicos adotados. Como eram produzidas poucas publicações na área, Marilena era convidada, constantemente, para ministrar cursos sobre técnicas de arquivo e proferir palestras e participar de congressos, como podemos constatar em carta que escreve a Astréa de Moraes e Castro, em 15 de março de 1972,

Tudo isto aconteceu [aprovação do Curso Superior de Arquivo] no momento em que a nossa “especialidade”, para não dizer “mania” de Arquivo, está tomando um impulso incomum. Não imagina o interesse empresarial como governamental. Nós não conseguimos dar vazão aos pedidos de cursos, de assistência técnica etc. (Castro, 2008: 151).

Os profissionais que trabalhavam com arquivos, visitavam o Arquivo Central para conhecer suas atividades e os procedimentos técnicos adotados na organização dos documentos. Segundo Castro, em 1973, a carência de arquivos no Brasil era grande. O que existiam eram depósitos onde eram “amontoados” documentos sem qualquer tratamento técnico adequado ou identificação. Como exceção destaca o Arquivo Central da FGV, “um dos poucos que se poderia considerar organizados, dentro das mais recomendáveis normas arquivísticas da época.” (Castro, 2008: 226).

Nas universidades, onde o curso de arquivologia era ministrado, o Arquivo Central era referência na área e disputado para estágio remunerado e não remunerado. Está registrado na primeira página do Relatório de atividades do Arquivo Central, de 1976:

Desejando contribuir para o desenvolvimento da arquivologia, bem como elevar o nível de eficiência dos profissionais de arquivo em nosso país, o Arquivo Central continuou a prestar sua colaboração a diversas instituições que constantemente solicitam informações sobre o Sistema de Arquivos da FGV, orientação sobre as técnicas arquivísticas em geral ou ainda estágios para seus funcionários e alunos.

Marilena Leite Paes apontou como os fatores da visibilidade ao Arquivo Central, no período “O código e a tabela davam visibilidade ao Arquivo Central, porque ninguém tinha esses instrumentos de trabalho [...] A FGV apareceu bastante [...] E tinha os cursos do INDOC, tinham um efeito multiplicador, vinha gente do Brasil todo [...] Eu divulgava os trabalhos nos congressos”.

Muitos técnicos de arquivo e/ou arquivistas após se desenvolverem neste ambiente, deixaram a FGV em busca de novas oportunidades. Deste modo, o Arquivo Central serviu para disseminar boas práticas arquivísticas em outras instituições que careciam de bons profissionais na área.

4. MUDANÇA DE PARADIGMAS (1990 – 2008)

A informação, tratada arquivisticamente, é capaz de produzir conhecimento, desenvolvimento, justiça social, cidadania, lucro, memória social ou individual, satisfação empresarial... (Silva, 2004: 19).

As décadas de 1990 e 2000 caracterizam-se pela mudança de paradigmas em diversas áreas, provocadas pelos documentos eletrônicos e pela obsolescência dos equipamentos e fragilidade dos novos suportes.

O temor pela perda das informações que crescem numa proporção inimaginável irá desencadear uma série de debates e provocará mudanças na área arquivística e no meio empresarial.

4.1. A evolução da arquivologia brasileira

Refletirmos sobre novas dimensões da arquivologia leva-nos, portanto, à hipótese de que a área encontra-se em vias de um profundo redimensionamento, num processo reestruturador dos seus espaços. Espaços científicos, tecnológicos, sociais. Espaços de crise e crescimento (Jardim, 1998: 1).

Os preceitos da Constituição Federal do Brasil, de 1988, estabeleceram como competência na administração pública, a gestão da documentação governamental e os critérios que norteiam a política de acesso aos documentos e foram implantados na década de 1990. A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, representou um marco para a

arquivologia brasileira. Conhecida como a Lei de Arquivo, vigora até os dias atuais e dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, estabelecendo como deveres do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos, enquanto instrumento de apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico, como elementos de prova e informação.

Em 1994, foi criado o Conselho Nacional de Arquivos – CONARQ, órgão colegiado vinculado ao Arquivo Nacional que se tornou responsável pela definição de normas gerais e estabelecimento de diretrizes para o funcionamento do Sistema Nacional de Arquivos – SINAR.

A Associação dos Arquivistas Brasileiros possuía núcleos regionais em diversos estados, mas em 1998, ocorre a extinção dos núcleos, ficando mantida apenas a sede no Rio de Janeiro, que passou a representar os interesses desse estado. Os núcleos se sentiam prejudicados por falta de liberdade para o desenvolvimento de seus projetos e solicitavam a redução do percentual da verba arrecada e enviada para a sede, alegando que a AAB privilegiava os interesses dos profissionais do Rio de Janeiro, onde estava localizada. De início, os profissionais preocuparam-se com a situação, pois acreditavam na força da AAB, em decorrência da representatividade que tinha alcançado ao longo dos anos, mas os acontecimentos que se seguiram e o espírito associativo dos arquivistas fizeram crescer o número de associações e de atividades que são oferecidas para treinamento e atualização dos profissionais da área. Na realização de grandes eventos, como os congressos, por exemplo, percebe-se nos últimos anos que há o apoio de mais de uma associação.

Na década de 1990, foram criadas as seguintes associações de arquivistas, em substituição aos núcleos regionais: Associação Brasiliense de Arquivologia – ABARQ (1998), Associação dos Arquivistas de São Paulo – ARQ-SP (1998) e Associação dos Arquivistas do Rio Grande do Sul – AARGS (1999).

Em 2002, o Arquivo Nacional foi transferido do Ministério da Justiça para a Casa Civil da Presidência da República.

Ainda nesse ano, a instituição ocupou o imponente edifício da antiga Casa da Moeda, adaptado para que não se destacasse apenas pela beleza arquitetônica, mas também pelas condições físicas adequadas para a preservação de seu acervo, em seus diversos suportes.

Site do Arquivo Nacional 2008



Ilustração 9

Na década de 2000, foram criadas as seguintes associações de arquivistas, em substituição aos núcleos regionais: Associação dos Arquivistas da Bahia – AABA (2002), Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro – AAERJ (2004), Associação dos Arquivistas do Estado do Espírito Santo - AARQUES (2005), Associação dos Arquivistas do Estado do Paraná – AAPR (2006) e Associação de Arquivologia do Estado de Goiás (2006).

Em 12 de dezembro de 2003 é sancionado o Decreto nº 4915, que dispõe sobre o Sistema de Gestão de Documentos de Arquivo – SIGA, determinando, em seu primeiro artigo, que as atividades de gestão de documentos da administração pública federal ficarão organizadas sob a forma de sistema.

Em 2006, atendendo às recomendações de reunião de associações profissionais, realizada no dia 25 de julho, durante o II Congresso Nacional de Arquivologia, foi aprovada a criação da Executiva Nacional das Associações Regionais de Arquivologia - ENARA, visando reunir todas as associações regionais, para ter representatividade no encaminhamento de moções e questões nacionais. Até o momento, aderiram ao ENARA: AABA, ABARQ, AAERJ, AARQUES e AAPR.

A adesão ainda é pequena e isso tem trazido alguns problemas como, por exemplo, a realização em um mesmo ano de dois congressos de arquivologia. O Congresso Brasileiro de Arquivologia foi registrado pela AAB e só ela pode promovê-lo, enquanto o Primeiro Congresso Nacional de Arquivologia foi promovido pela ENARA. Essa desarticulação dificulta o comparecimento dos profissionais, que optam

pela participação em apenas um. O Prof. José Maria Jardim, em seu depoimento, ressalta essa falta de entrosamento entre as associações no agendamento dos eventos. Por outro lado, podemos considerar este momento como mais rico, pelo oferecimento de cursos e eventos na área.

Recentemente, em 23 de outubro de 2008, foi criado o Sindicato Nacional dos Arquivistas e Técnicos de Arquivo – SINARQUIVO, visando defender os interesses e direitos individuais ou coletivos da classe e “coibir o exercício ilegal da profissão”⁶⁹

Uma característica comum no quadro de associados da AAERJ, da ENARA e do SINARQUIVO é que só são aceitos os profissionais que atuam na área arquivística, egressos dos cursos de arquivologia. A AAB tinha em seus quadros bibliotecários, administradores e historiadores, desde que trabalhassem na organização de arquivos, mas não podemos nos esquecer que a AAB foi criada antes da regularização do curso de graduação em arquivologia e da profissão de arquivista.

Os últimos anos têm se caracterizado pelo número de vagas de arquivistas e técnicos de arquivo, oferecidos em concursos públicos, para prover a administração pública desses profissionais. É claro que o número de vagas oferecidas não conseguirá absorver todos os profissionais que são lançados no mercado, anualmente, mas existem as empresas privadas, que também os estão selecionando para os seus quadros.

A carreira está em expansão e toda semana temos conhecimento do surgimento de vagas para estagiários e profissionais formados na área. A arquivologia está atravessando uma fase de renovação. Segundo dados do SINARQUIVO, “nos últimos 5 anos mais de 350 vagas para arquivistas foram criadas, através de concursos públicos, somente no Poder Executivo Federal”⁷⁰

Em relação à produção bibliográfica, percebe-se até a década de 1970, o predomínio de manuais e livros técnicos. Na década de 1980, além de manuais, surge a preocupação com novos suportes, a descrição e a conservação de documentos, que nortearão a produção do período. A década seguinte é a mais expressiva em termos de produção bibliográfica, destacando-se o grande número de publicações de dissertações de mestrado e teses de doutorado de profissionais da área. Avaliando a produção da

⁶⁹ Conforme os estatutos do Enara, art. 4, inciso II. Disponível em: <http://www.enara.org.br/downloads/EstSINARQUIVO1.pdf>. Acesso em: 22 outubro 2009.

⁷⁰ Segundo informação do portal no dia 20 de outubro de 2009.

década de 1990, verifica-se que a ênfase é de publicações sobre descrição de documentos, acesso dos usuários e documentos eletrônicos.

Quanto aos periódicos, a produção ainda é deficiente. Considero importante para um melhor aprimoramento científico dos profissionais da área, a publicação de artigos, divulgando trabalhos e experiências na área, em periódicos eletrônicos. Os custos são menores, o acesso é mais facilitado e o tempo necessário para a divulgação é menor.

Para uma melhor análise, consulte o anexo nº 1 desta dissertação, que contém um levantamento da produção bibliográfica e de periódicos do período estudado. O gráfico abaixo é uma representação de toda essa produção.

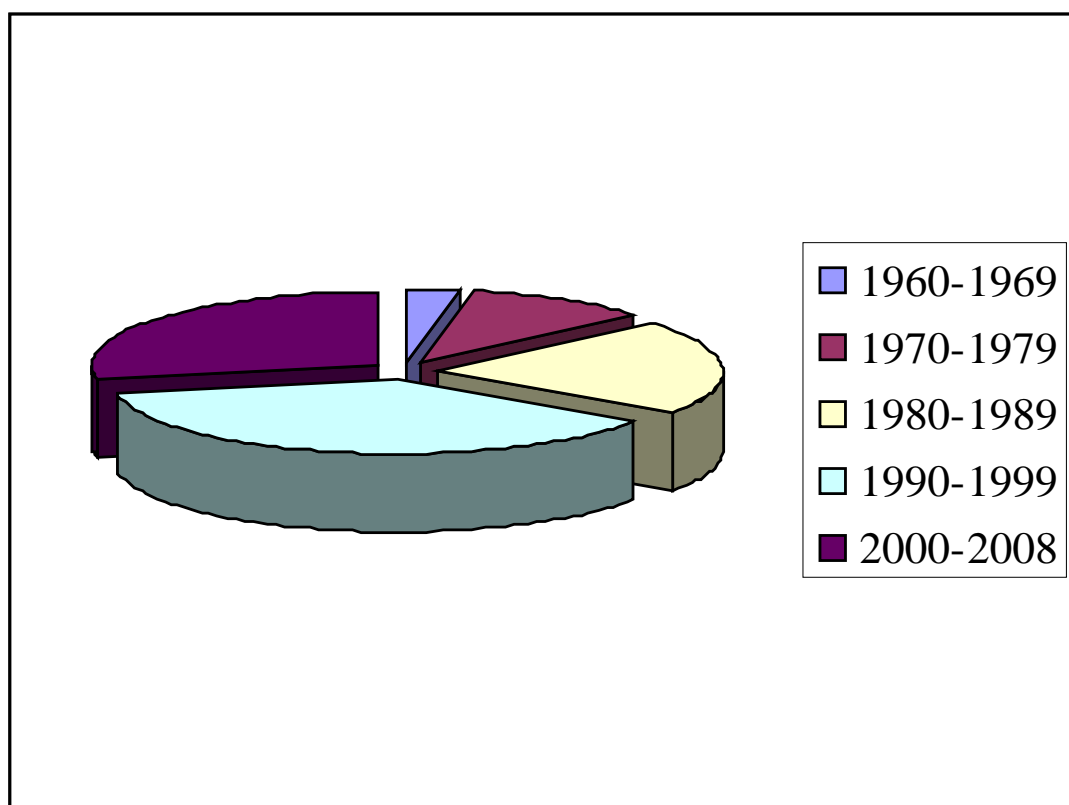


Gráfico 1

A criação de cursos de graduação também teve uma aceleração nas décadas de 1990 e 2000, pressionado pelo mercado e acarretando uma maior produção bibliográfica, no mesmo período, como vimos anteriormente.

O aparecimento dos cursos de pós-graduação *lato sensu* é mais expressivo na década de 1980, provavelmente para atender aos formandos das primeiras turmas de graduação.

Sem dúvida, estamos atravessando uma fase na qual a demanda do mercado e a pressão corporativa que só reconhece como profissional da área aquele que tem o diploma do nível superior em arquivologia, tem provocado o surgimento de mais cursos. A pós-graduação *stricto sensu* é que, até o momento não possui um curso de mestrado de arquivo, mas já existe um movimento na UNIRIO, conduzido pelo Prof. José Maria Jardim, para que essa deficiência seja suprida. Os cursos de pós-graduação *stricto sensu* consistem basicamente em mestrados voltados para a Ciência da Informação, que teve como período mais expressivo a década de 1970, provavelmente como meio de possibilitar a inserção no mercado, de profissionais com formação em outras áreas.

Como podemos constatar, a área arquivística está conquistando o seu lugar no mercado e no meio acadêmico. Em 2008, também foi escolhido o dia da criação do CIA, 09 de junho, em homenagem ao seu sexagésimo aniversário, como o Dia Internacional dos Arquivos. Esse reconhecimento está ocorrendo em nível internacional.

E a nível nacional? Nos últimos anos nas comemorações ocorridas, no Brasil, no Dia do Arquivista, 20 de outubro, têm sido promovidos vários eventos e campanhas publicitárias visando registrar a importância da profissão e dar maior visibilidade ao arquivista.

Em meados do século passado ocorreu uma revolução tecnológica que afetou toda a sociedade: surge a memória eletrônica. A arquivologia não ficou imune aos efeitos da informática. No Brasil, problemas econômicos do país desde os anos de 1980, provocaram profundas transformações na FGV, na década de 1990, envolvendo um processo de modernização gerencial, que garantiu a sua sobrevivência.

4.2. A FGV mudou ...

A Fundação Getúlio Vargas é uma instituição de caráter técnico-científico e educativo, de direito privado, sem fins lucrativos, que vem passando, ao longo de sua existência, por profundas transformações estruturais refletindo, em muitos casos, as mudanças da sociedade e do mercado nos últimos 65 anos.

Inicialmente, foi criada para atender às necessidades de formação de pessoal para o serviço público e privado, numa época marcada por transformações políticas, econômicas e sociais. A industrialização e a economia brasileira passavam por um período de expansão que se refletia no mercado de trabalho e no dia a dia do brasileiro. Novas exigências demandavam profissionais cada vez mais qualificados, tendo em vista a organização racional do trabalho.

A FGV, em sua trajetória, destacou-se por introduzir, no Brasil, o ensino da graduação e pós-graduação *stricto sensu* em administração pública e de empresas, assim como da pós-graduação em economia, educação, ciências contábeis e psicologia. Devem-se à FGV, também, os primeiros levantamentos de dados sobre a economia brasileira de modo sistemático, iniciando o que viria a se tornar nos índices econômicos da atualidade.

Em sua trajetória, vai sentir a necessidade de, em muitos momentos, diversificar, alargar os seus campos de atuação para atender às necessidades da sociedade brasileira. Vários centros e escolas são criados e mais tarde, extintos quando esgotadas a razão de sua existência, refletindo uma organização dinâmica e sensível aos problemas de seu tempo, como também uma vocação embrionária, que dá vida a uma idéia e depois deixa que crie vida própria e se desvincule da instituição criadora.

Prof. Bianor Scelza Cavalcante⁷¹ sintetiza esse papel pioneiro multiplicador da FGV, no trecho abaixo:

⁷¹ Graduado em administração pública pela EBAPE (1971), mestrado em administração pública, com bolsa da OEA, na University of Southern California (1975) e doutorado em políticas públicas no Virginia Polytechnic Institute and State University (2004). Na FGV, ingressou em 1971, como professor e ocupou os seguintes cargos: diretor da EBAPE (1986-1992, 2000-2009) e diretor administrativo da FGV (1992-1994). Atualmente, é diretor internacional da FGV. Atuou no meio acadêmico ministrando aulas para diversas instituições e prestando consultoria a diversas empresas, dentre elas, Departamento Nacional de Trânsito-DENATRAN, Companhia do Metropolitano de São Paulo – METRÔ/SP, Comitê Olímpico Brasileiro – COB, Furnas Centrais Elétricas e Centrais Elétricas Brasileiras – ELETROBRÁS.

O que caracteriza a Fundação é o compromisso com o pioneirismo. No passado ela abriu caminhos, que depois foram legitimados na comunidade acadêmica [...] O Brasil mudou. A Fundação era única, não é mais. A Fundação, pelo seu pioneirismo e pelo seu sucesso, criou sua própria concorrência, e isso é muito bom.

A Fundação, para mim, é um conjunto de valores. Ela foi construída dentro da perspectiva do *institutional building*, que entendia que para gerar desenvolvimento era necessário implantar instituições. O papel da Fundação foi esse (D'Araujo, 1999: 290-291).

Sua sede é no Rio de Janeiro desde a sua criação. Com a expansão de suas atividades foi surgindo a necessidade de ampliar sua atuação para outros estados. Atualmente, possui edifícios em São Paulo e em Brasília, assim como convênios de parceria, assinados com outras instituições de ensino, em todas as regiões brasileiras, para ministrar cursos de pós-graduação *lato sensu*.

Apesar de todas as transformações, que afetaram a sua estrutura organizacional, a sua área de atuação não têm se alterado: as Ciências Sociais aplicadas sempre nortearam as suas atividades que, atualmente, estão voltadas para o ensino e a pesquisa em Administração, Economia, Direito, Ciências Sociais e História.

Atualmente, o ensino de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, e a pesquisa em administração – pública e de empresas, são realizados pela Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas – EBAPE, no Rio de Janeiro e a Escola de Administração de Empresas de São Paulo – EAESP, em São Paulo.

O ensino de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, e a pesquisa em economia, são realizados pela Escola de Pós-Graduação em Economia - EPGE, no Rio de Janeiro e a Escola de Economia de São Paulo – EESP, em São Paulo.

O ensino de graduação e pós-graduação *stricto sensu*, e a pesquisa em direito, são realizados pela Escola de Direito do Rio de Janeiro – Direito Rio, no Rio de Janeiro e a Escola de Direito de São Paulo – EDESP, em São Paulo.

O Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC se dedica ao ensino da graduação e pós-graduação *stricto sensu* em História e Ciências Sociais, à pesquisa, preservação e divulgação do acervo de depoimentos orais e de documentos pessoais de personalidades da história contemporânea brasileira.

O cálculo dos índices econômicos e a pesquisa sobre economia aplicada são realizados pelo Instituto Brasileiro de Economia – IBRE, embora tenha perdido a situação privilegiada da década de 1950, quando foi criado e que está bem caracterizado no trecho abaixo, retirado do *Relatório Anual da FGV de 1991*,

À época de sua criação, o IBRE desfrutava de uma ‘situação de monopólio’ no provimento de dados sobre a economia brasileira ao governo e ao público em geral. Passados 40 anos, essa situação modificou-se, posto que há centros de investigação econômica mantidos pelos governos federal e estaduais, por universidades, organismos sindicais e empresas particulares (Fundação, 1991: 4).

A consultoria é realizada pela FGV Projetos e o ensino da pós-graduação *lato sensu* são realizados pelo Instituto de Desenvolvimento Educacional – IDE, sejam na modalidade à distância, corporativa ou *in company*.

Até 1990, a FGV dependia de dotações do governo federal para a sua sobrevivência, mas com a redução das dotações, a instituição tratou de adotar novas estratégias de ação, visando reduzir as suas despesas (o que incluiu a extinção, fusão e reestruturação de órgãos e, em consequência, o remanejamento ou demissão de pessoal); modernizar-se; diversificar os serviços prestados com foco nas áreas de atuação determinadas em seu estatuto; maximizar a oferta de cursos e consultorias, dentro do padrão de qualidade da Fundação; e consolidar e expandir a presença da marca FGV, nacional e internacionalmente, através da criação de parcerias e programas de intercâmbio. Foi necessário criar condições que promovessem o nível acadêmico de suas atividades para manter o seu prestígio conquistado e atrair novos investimentos.

Atualmente, os seus recursos financeiros são provenientes de prestações de serviços, através da realização de cursos, consultorias, pesquisas e estudos,

fornecimento de índices econômicos, venda de publicações; e, através da exploração de seu patrimônio imobiliário.

Em 1992 é assinado um acordo com a Embrascon – Engenharia de Economicidade Ltda. visando a participação dos funcionários da FGV na elaboração do planejamento estratégico da FGV. Pela primeira vez na FGV, durante dois anos, funcionários de todos os escalões de alguns órgãos da FGV, participaram de reunião com os representantes da Embrascon, que conduziam as discussões, a fim de determinar a filosofia, a missão e as metas da FGV e dos respectivos órgãos. Os grupos que participaram dos encontros, alguns fora da sede da FGV, se sentiam envolvidos e conscientes da importância da contribuição de cada um. Começava-se a se delinear uma administração participativa na FGV, até que por problemas financeiros, a instituição rescindiu esse contrato. Apesar da interrupção dos trabalhos, os grupos elaboraram os objetivos, a missão, a filosofia e a visão da FGV, que vigoram até os dias atuais.⁷² Sua missão é

avançar nas fronteiras do conhecimento na área das ciências sociais e afins, produzindo e transmitindo idéias, dados e informações. Além de conservá-las e sistematizá-las, de modo a contribuir para o desenvolvimento sócio-econômico do país, para a melhoria dos padrões éticos nacionais, para uma governança responsável e compartilhada e para a inserção do país no cenário internacional.

A sua filosofia é “permanente compromisso com a ética e os seguintes valores: conhecimento inter e multidisciplinar; qualidade; inovação; independência intelectual; pluralismo de idéias; e, administração participativa”.

E sua visão de futuro, contempla a autonomia e integração das diferentes unidades; estratégias ativas, como novas clientelas, produtos e serviços, estabilidade financeira e atualização tecnológica; atuação em rede nacional e inserção internacional; e, pessoal motivado, qualificado e adequadamente remunerado.

No momento atual, a FGV enfrenta vários desafios, tais como o acelerado desenvolvimento tecnológico, a concorrência mais acirrada com instituições congêneres

⁷² Informações retiradas do acervo do Núcleo de Documentação. Quanto à missão ver site da FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br>. Acesso em: 18 março 2009.

do Brasil e do mundo, a instabilidade econômica mundial. A estratégia adotada para superá-los foi reestruturar as escolas, visando ao aprimoramento acadêmico. Adotou o ensino à distância, ampliou sua atuação de educação continuada e de consultoria no cenário nacional e internacional e expandiu as suas fontes de receita, atingindo o seu equilíbrio financeiro.

Recentemente, em pesquisa realizada em 2007, pelo Think Tanks and Civil Societies Program, projeto do Foreign Policy Research Institute (Instituto de Pesquisa em Política Externa), que realiza o levantamento dos centros de excelência em pesquisa nos Estados Unidos e no mundo, a FGV foi a única instituição brasileira a aparecer entre os 30 mais importantes centros de estudo do mundo.

4.3. O Arquivo Central se transforma em Núcleo de Documentação

É preciso lembrar que a divulgação dos trabalhos produzidos por pesquisadores, professores e alunos, na forma de livros, artigos e teses, constitui apenas parte do conjunto de informações que pode estar disponível nos centros ligados à universidade. Em seus arquivos administrativos há informações valiosas sobre o papel da própria universidade enquanto agente social, sobre suas dificuldades e realizações, sobre suas articulações com a comunidade e outros aspectos de sua história. Tais conjuntos documentais, portanto, compõem igualmente o conjunto dos bens que mantidos na sua integridade, constituem testemunhos da história nacional à universidade como um lugar de memória. (Camargo, 2003: 28)

Como vimos, o Sistema de Arquivos da FGV foi criado em 1973, constituindo-se de um Arquivo Central, diretamente subordinado ao Diretor do Instituto de

Documentação e por arquivos setoriais, subordinados tecnicamente ao Arq C e administrativamente às unidades em que estavam localizados.

No final da década de 1980, o país atravessou uma série crise econômica que repercutiu na FGV, no início dos anos de 1990. A FGV tomou medidas que envolveram a extinção de unidades e a demissão de pessoal. O Arquivo Central não ficou imune a essas medidas.

Em janeiro de 1991, por decisão da Direção Superior da FGV, os arquivos setoriais passam a ser subordinados também administrativamente ao Arquivo Central. O que parecia uma medida que contribuiria para a racionalização e uniformização das tarefas arquivísticas e maior eficiência na gestão de documentos da FGV, se revelou perversa, pois aumentou o orçamento do Arquivo Central, numa época de medidas de redução de despesas.

O Arquivo Central sofreu reestruturações e redução de pessoal, o que comprometeu a sua visibilidade e eficiência, pois o atendimento às unidades ficou reduzido a “apagar incêndios”. A finalidade do Arquivo Central, prevista em seu Regimento, de servir à administração, tornando disponíveis as informações contidas no acervo documental da instituição, ficou seriamente comprometida.

Suas funções eram

administrar os documentos produzidos e recebidos pela FGV no decorrer de suas atividades, de maneira a assegurar a transparência administrativa e a comunicabilidade dos documentos; acompanhar a legislação pertinente visando garantir a integridade da documentação, para que a instituição possa dispor de provas de obrigações legais, financeiras, direitos e privilégios; e, desenvolver, implantar e manter os mecanismos necessários para agilizar a recuperação da informação pelo usuário e adotar procedimentos técnicos adequados à preservação e conservação dos documentos considerados de valor permanente.⁷³

⁷³ Suas finalidades estavam previstas em seu regimento.

Em 28 de julho de 1990, através da Portaria nº 24, foi extinto o INDOC e o Arquivo Central passa a ser subordinado à Superintendência Geral.

Em 1993, pela Portaria nº 13, de 21 de maio, foi aprovado o regimento da Divisão de Gestão da Informação – DIGI, a qual o Arquivo Central passa a ser subordinado.

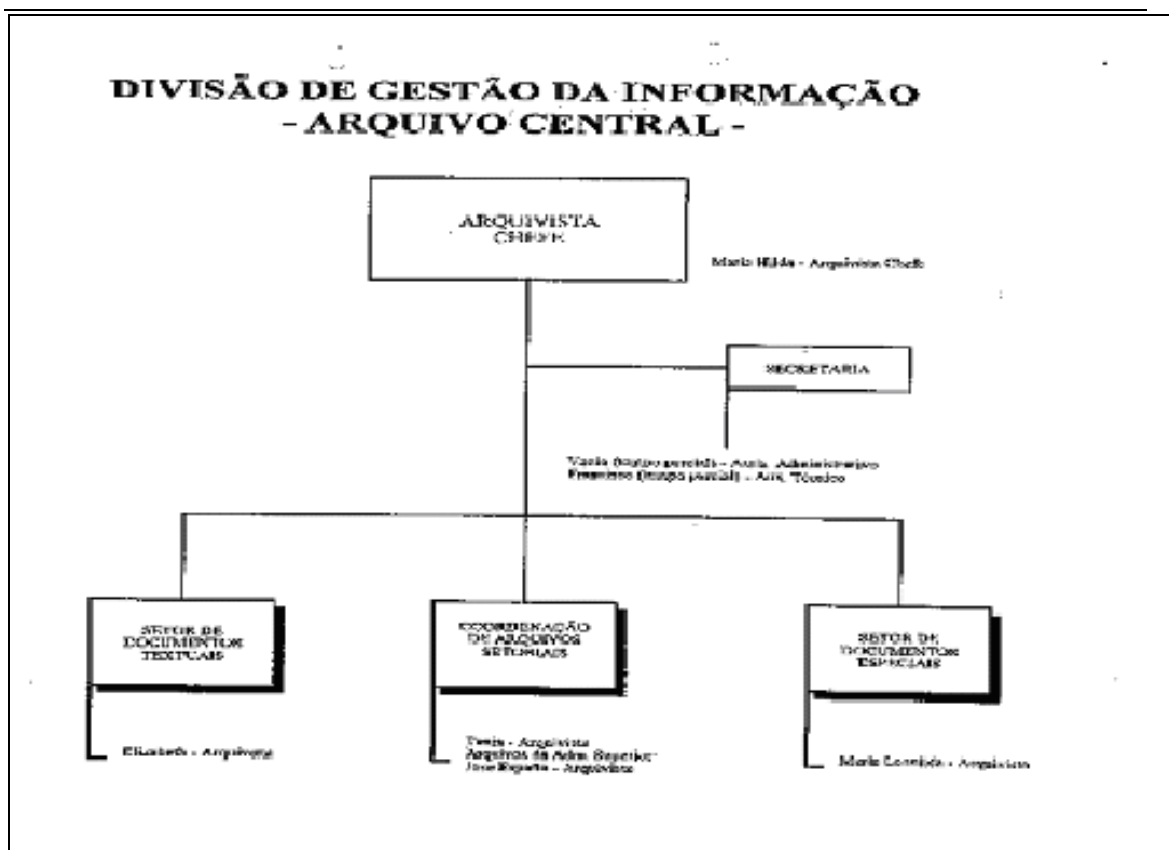


Ilustração 10

Em 1991, Marilena retornou ao Arquivo Central, para o cargo de Coordenadora Geral e Maria Hilda assumiu o cargo de Coordenadora Adjunta, até o mês de dezembro de 1993, quando Marilena deixou a FGV⁷⁴ e Maria Hilda voltou à direção do setor. O pessoal lotado no Arquivo Central procurou dar continuidade ao projeto implantado por Marilena Leite Paes, modernizando alguns serviços, como, por exemplo, a organização

⁷⁴ Marilena recebeu um bom incentivo da FGV para se aposentar e optou por, inicialmente, descansar e, talvez prestar consultorias na área, mas logo em seguida, recebeu uma boa proposta do diretor do Arquivo Nacional, Jaime Antunes da Silva, que precisava de uma assistente com o seu perfil. Aceitou o desafio e foi desempenhar a mesma função que Maria de Lourdes tinha ocupado no Arquivo Nacional. Iniciou uma nova fase de sua vida profissional no serviço público.

das fotografias, cujo arranjo utilizava o método unitermo e foi substituído pela organização por assunto. A automação dos registros ocorreu em decorrência da própria evolução tecnológica e das limitações da recuperação manual das informações.

Em 1992, quando começou a se delinear uma administração participativa na FGV, como vimos no item anterior e o Arquivo Central participou de várias reuniões de planejamento estratégico, onde foram determinadas a sua missão, filosofia e visão. A missão do Arquivo Central era “Coordenar o sistema de arquivos da FGV, gerenciar seu acervo documental, da produção à destinação final e preservar a memória institucional”.

Sua filosofia era “fidelidade aos princípios e à filosofia da DG; permanente compromisso com a ética e responsabilidade profissional; sintonia com as necessidades dos usuários da informação; aperfeiçoamento profissional; fortalecimento do espírito de equipe.”

E segundo sua visão, o Arquivo Central objetivará: “integração com as diferentes unidades organizacionais da FGV; capacitação e valorização de seu quadro funcional; qualidade de produtos e serviços da unidade; procedimentos estratégicos e recursos tecnológicos adequados e atualizados para o desempenho eficiente das funções; e, ser um centro de excelência no tratamento e disseminação da informação.

Em 1996 é publicada a terceira edição da Tabela de temporalidade de documentos com o nome de *Temporalidade de Documentos: critérios e tabela*.

Pela Portaria nº 17, de 8 de maio de 1998, o Arquivo Central foi transferido para a Direção Geral da FGV.

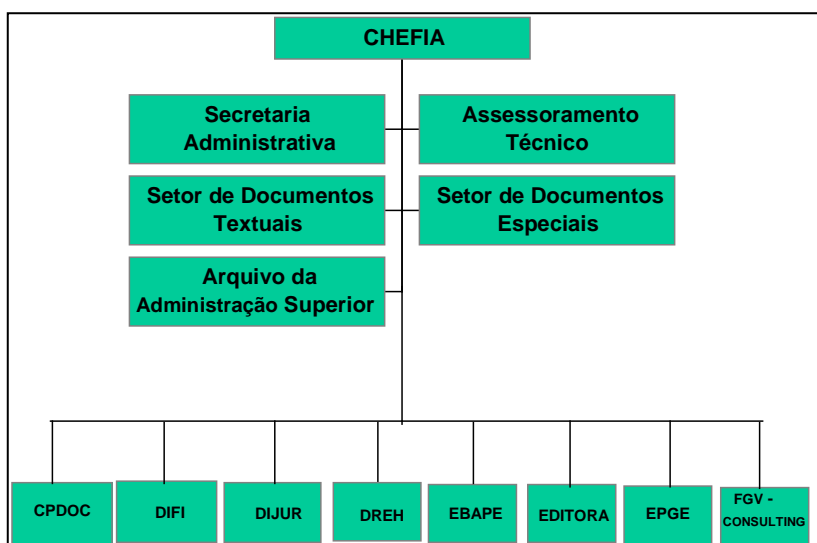


Ilustração 11

Em agosto de 1998 foi realizado pelo Arquivo Central, sob a coordenação da DREH, o curso de treinamento “Os arquivos da FGV e suas atividades”, visando fornecer informações sobre o Sistema de arquivos da FGV e as atividades desenvolvidas pelo Arquivo Central e pelos Arquivos Setoriais de cada unidade, a fim de conscientizar todos os funcionários da FGV da necessidade de enviarem a documentação para o setor responsável. Foi enfatizado que os documentos ao serem transferidos para o Arquivo Central serão devidamente acondicionados, visando a sua preservação e disponibilidade para a consulta de seus usuários.

O treinamento foi dividido em dois módulos, com a carga horária de 4 horas e realizado em dois horários, para atender a preferência dos funcionários (11 e 12 de agosto de 1998, de 14 h às 16 h; e, 13 e 14 de agosto de 1998, de 8h30min às 10h30min). O conteúdo programático do programa abordava:

1. Bases conceituais e organizacionais da gestão de documentos
 - 1.1 O conceito e a prática da gestão de documentos
2. Instrumentos de trabalho do Arquivo Central
 - 2.1 Código de Classificação de Assuntos
 - 2.2 Temporalidade de documentos: Critérios e Tabela
3. Arquivo Corrente, Intermediário e Permanente
 - 3.1 Conceito e atividades básicas
4. Arquivos especiais
 - 4.1 Conceito, tipologia e atividades básicas

Os professores que ministraram o curso foram os técnicos do Arquivo Central, e a metodologia adotada envolveu aulas expositivas e participativas, apresentação de casos, exercícios práticos, visita ao depósito de documentos e uso de transparências.

Após o curso, ocorreu uma maior procura ao setor para organizar arquivos de diretores, secretárias, entre outros casos; orientar sobre como acondicionar os documentos e recolhimento de documentos especiais (fotos, fitas audiomagnéticas, plantas etc.), que estavam guardados nos setores sem o tratamento arquivístico adequado, por falta de conhecimento dos funcionários da FGV sobre o destino dessa documentação.

No ano de 2000, pela Portaria nº 27, de 6 de novembro, foi aprovado um novo regimento do Arquivo Central, que apresentava a seguinte estrutura: Assessoria técnica, Setor de Documentos Textuais, Setor de Documentos Especiais, Arquivo da Administração Superior e Setor Administrativo.

Em 14 de agosto de 2001, foi assinado um contrato com um depósito terceirizado, a Multi Stock, localizado na Tijuca. Devido a problemas de espaço, a empresa manteve a administração na Tijuca e transferiu o depósito para Magé, o que dificultou o atendimento ao usuário. Os pedidos de urgência são atendidos no prazo mínimo de 24 horas ou mediante a ida de um profissional do Arquivo Central à Magé. Esta distância tem provocado o descontentamento de alguns usuários.

No ano de 2004, pela Portaria nº 46, de 12 de novembro, foi criada a Diretoria de Operações das Unidades do Rio de Janeiro e o Arquivo Central passou para a sua subordinação.

A Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, define gestão de documentos como “o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes á sua produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento em fase corrente e intermediária, visando a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente” (Arquivo Nacional, 2008: 11)

Na FGV, a gestão era coordenada, até 2009, pelo Arquivo Central, órgão responsável pela guarda e conservação dos documentos de valor histórico, jurídico, técnico e administrativo; e pela supervisão e coordenação das atividades desenvolvidas pelos arquivos setoriais da instituição. A partir de 6 de abril de 2009, pela Portaria nº 24, o Arquivo Central foi extinto e criado o Núcleo de Documentação, subordinado à Gerência Jurídica, órgão integrante da estrutura organizacional da Diretoria de Operações do Rio de Janeiro. O mesmo ato criava o cargo de Supervisora de Documentação, responsável pela administração dos documentos da instituição.

O Núcleo de Documentação passa a ser o órgão responsável pela administração do acervo de documentos da FGV, através da utilização de tecnologia e procedimentos adequados para garantir a segurança, a integridade e o acesso aos documentos. Foi mantida a coordenação técnica dos arquivos setoriais e demais responsabilidades referentes à atualização de seus instrumentos de trabalho, modernização de seus sistemas de registro, coordenação dos serviços prestados por empresas de gestão de

documentos e prestação de assistência às unidades nos assuntos referentes ao registro, armazenagem e eliminação de documentos.

Sua missão é "Gerenciar o Sistema de Arquivos da FGV, obedecer a legislação pertinente, utilizar tecnologia e procedimentos adequados para garantir a segurança, a integridade e o acesso aos documentos."⁷⁵

Recentemente, num artigo da Revista Document Management, foi registrado que embora o CONARQ tenha elaborado material de apoio para elaboração de tabelas de temporalidade de documentos arquivísticos, esse instrumento de trabalho ainda é raro nas empresas privadas, o que tem acarretado prejuízos às empresas. Na reportagem, Almir Veras⁷⁶ e Daniel Beltran⁷⁷, compartilham a opinião de Anna Carla Mariz⁷⁸, de que “cresce o número de empresas particulares que identificam na arquivologia um forte diferencial competitivo, a exemplo da Vale ou da Fundação Getulio Vargas, esta última uma das pioneiras na gestão documental no Brasil” (2008: 20).

Após, a mudança para Núcleo de Documentação houve uma súbita procura pelo setor, como se a divulgação da portaria tivesse lembrado aos funcionários da instituição da existência de um setor, dentro das áreas de apoio, responsável pelas atividades de arquivo. Apesar da reação inicial de desânimo da equipe. O setor priorizou o atendimento às solicitações das unidades e áreas, visando aumentar a sua visibilidade.

Embora mantenha as suas funções, o Núcleo de Documentação perdeu o seu poder decisório e a autonomia organizacional, pois o Arquivo Central ocupava na estrutura da FGV uma posição de gerência. No momento, o NDoc está subordinado a uma outra gerência, da área jurídica, que irá privilegiar as suas atividades em relação aos investimentos e prioridades.

No momento, estamos instalados na sala 708, ou seja, nas dependências da Biblioteca Mario Henrique Simonsen – BMHS, o que, às vezes, confunde os nossos usuários.

⁷⁵ Extraído da intranet da FGV, página do Núcleo de Documentação.

⁷⁶ Executivo da Mycroarq, empresa especializada em organização e racionalização de arquivos e gestão documental.

⁷⁷ Arquivista formado pela UNIRIO e vice-presidente da Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro – AAERJ.

⁷⁸ Arquivista formada pela UNIRIO (1988), com mestrado em Memória Social e Documento da UNIRIO (1997) e doutorado em ciência da informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ (2005). Na UNIRIO é professora, desde 1991 e diretora da Escola de Arquivologia, desde 2004.



Instalações atuais do Núcleo de Documentação, na sala 708.

FGV/Núcleo de Documentação, 2010.

Ilustração 12

O NDoc possui um depósito no térreo, onde ocorre a logística das caixas da terceirizada e estão arquivadas as séries especiais e alguns fundos que ficaram para atender à administração superior da FGV. O piso é de cerâmica, o que facilita a limpeza e suporta o movimento dos carrinhos com as caixas. O ambiente é refrigerado e possuímos um exaustor para a renovação do ar. Existe uma mesa de trabalho, um computador e estantes presas na parede para facilitar a locomoção. Em breve, será instalado um escaner, visando um atendimento mais rápido ao usuário e evitando-se a retirada do documento do depósito. Entretanto, ainda não temos um controle de temperatura e umidade relativa do ar.



Instalações atuais do Depósito do Núcleo de Documentação, no térreo.

FGV/Núcleo de Documentação, 2010.

Ilustração 13

Atualmente, temos um arquivo setorial em São Paulo, dez arquivos setoriais no Rio e um em Brasília.

A última edição da *Tabela de Temporalidade de Documentos da FGV*, em 2000, finalmente foi revista e contou com a colaboração de todos os arquivistas setoriais. No

momento, está em fase de aprovação pela Gerência Jurídica. Como a procura é expressiva, está sendo estudada pela Editora a melhor forma de publicá-la.

A possibilidade da migração de nossos dados para uma base mais moderna e sua disponibilização na intranet para os profissionais de arquivo da FGV e da digitalização de alguns documentos visando o atendimento mais rápido aos usuários, tem estimulado a equipe, que não mede esforços para apoiar todos os projetos do setor.

Em relação ao atendimento de nossos usuários, é visível a procura pelo setor para a realização de pesquisas, empréstimos e consultas.

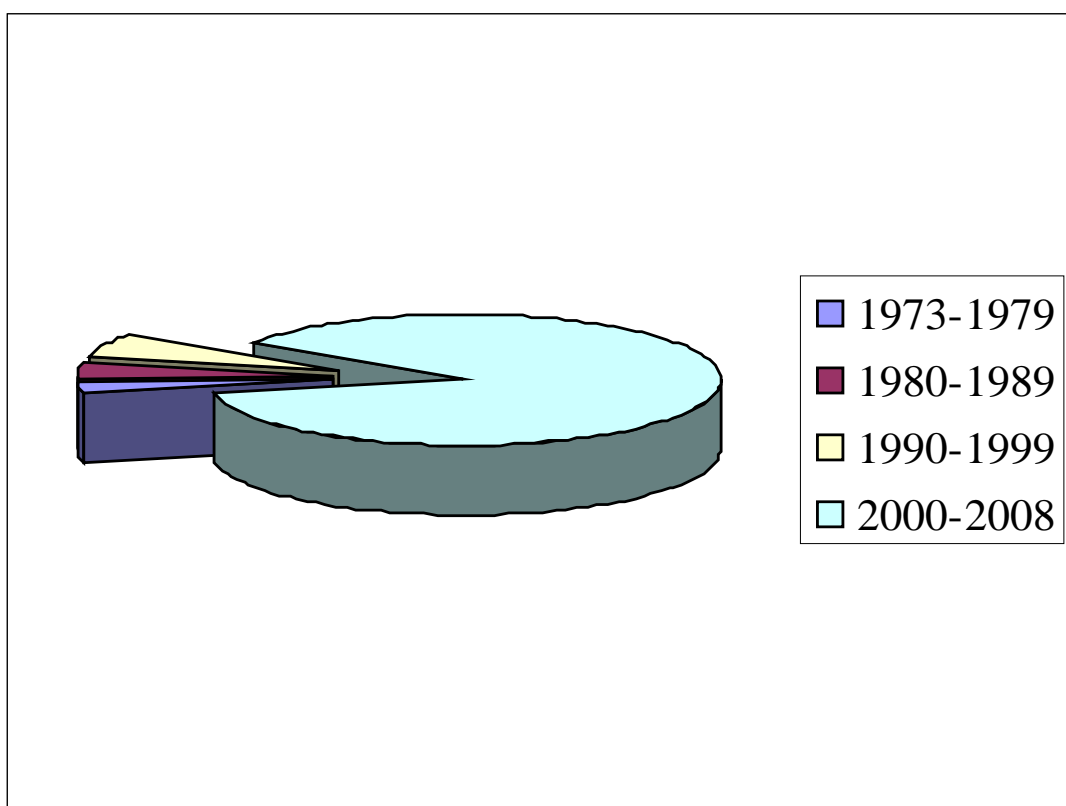


Gráfico 2

Na última década, exatamente quando passamos a operar com um quadro de pessoal mais reduzido, aumentou a procura por informações no setor. Provavelmente, no início, a procura era menor porque os documentos estavam em fase de organização e os setores tinham mais espaço, acarretando um maior tempo com os seus documentos na “fase corrente”. Atualmente, temos que alertar as unidades de que o ideal é que

fiquem com a documentação, no mínimo, por dois anos. Nosso depósito de documentos é terceirizado, o que dificulta o acesso imediato aos documentos que estão recolhidos.

Quanto ao assessoramento técnico para outras instituições, a menor procura reflete o aumento dos conhecimentos sobre a técnica arquivística, o fato de que devido ao crescimento da área, o setor, deixou de ser modelo e a falta de investimentos na modernização de nossa tecnologia. Um arquivo moderno precisa de técnica, mas também precisa de um forte investimento em digitalização e em Gerenciamento Eletrônicos de Documentos. No gráfico abaixo, fica clara a queda na procura por informações técnicas. A perda de nossa visibilidade externa é consequência da perda de prestígio técnico, à medida que se desenvolvia o campo arquivístico no país. Mesmo que a formação técnica em arquivos não fosse a finalidade de nosso arquivo, o fato do Arquivo Central ser referência no meio arquivístico e prestar orientação técnica quanto à organização de arquivos, proporcionava uma visibilidade externa que foi visivelmente reduzida.

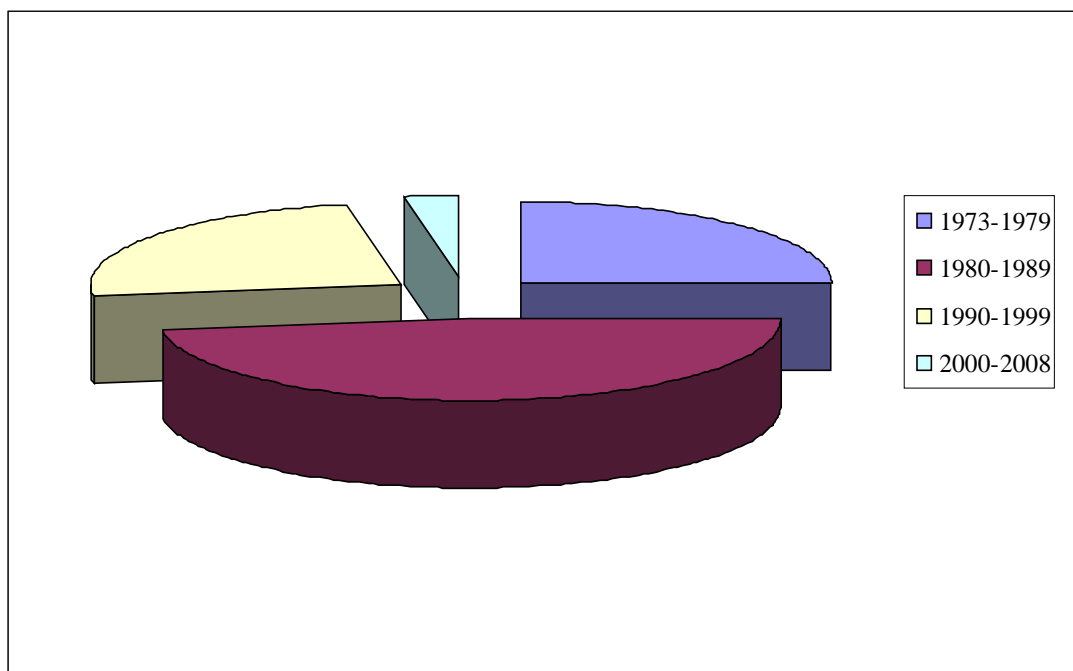


Gráfico 3

Na intenção de levantar os fatores que contribuíram para a perda do prestígio técnico anteriormente desfrutado pelo arquivo da FGV, foram elaborados e enviados cinco questionários para ex-funcionários e dez para funcionários da instituição.

Além disso, foram realizadas entrevistas com profissionais formados em arquivologia, que iniciaram suas atividades na FGV na década de 1970 (cinco); de 1980 (um); de 1990 (quatro) e, de 2000 (cinco).

Em relação às razões que o levaram a escolher os arquivos da FGV para trabalhar.

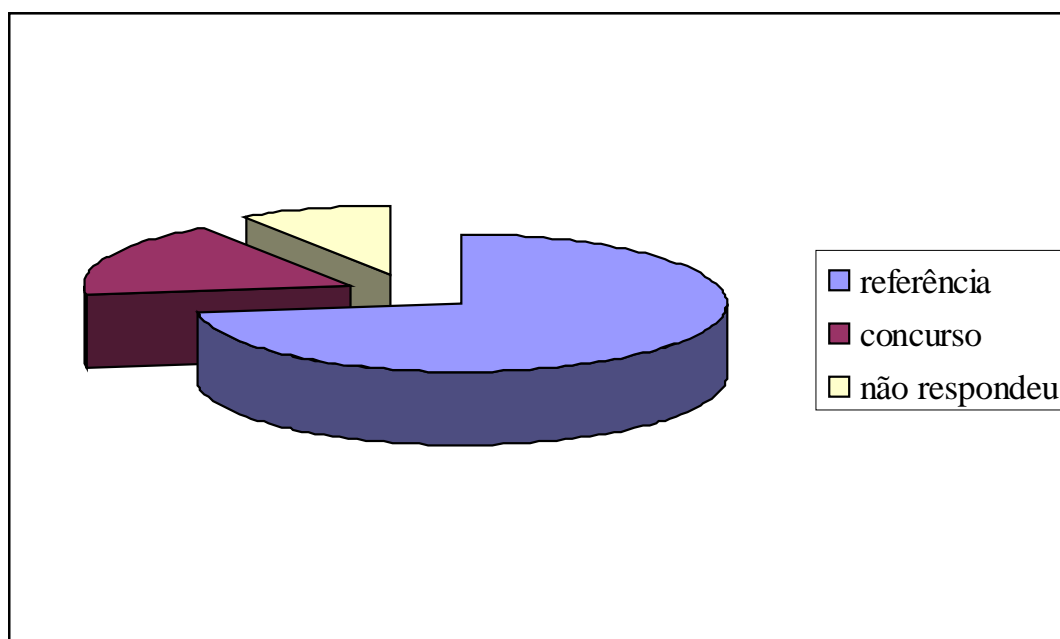


Gráfico 4

Dentre os funcionários e ex-funcionários, é significativo o predomínio das respostas que afirmam a importância da experiência junto ao Arquivo da FGV para a sua vida profissional. O arquivo da FGV figura como um espaço onde receberam orientação de professores, de diretores da universidade, de colegas ou de profissionais. Predomina também a visão de que na FGV o salário é baixo, mas aprende-se muito.

Em relação aos pontos positivos das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Documentação foram apontados os seguintes:

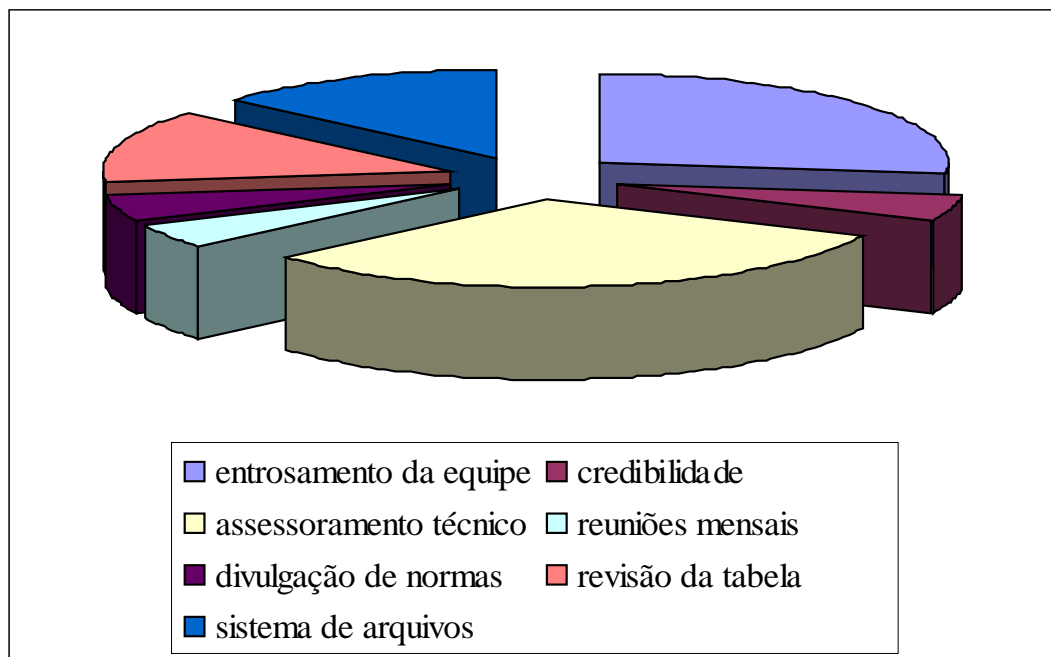


Gráfico 5

Os pontos positivos mais citados nos questionários foram: o assessoramento técnico e a valorização do espírito de equipe, refletindo a importância da integração do grupo e de nossa intervenção técnica para a manutenção da eficiência do sistema de arquivos da FGV.

E em relação aos pontos negativos:

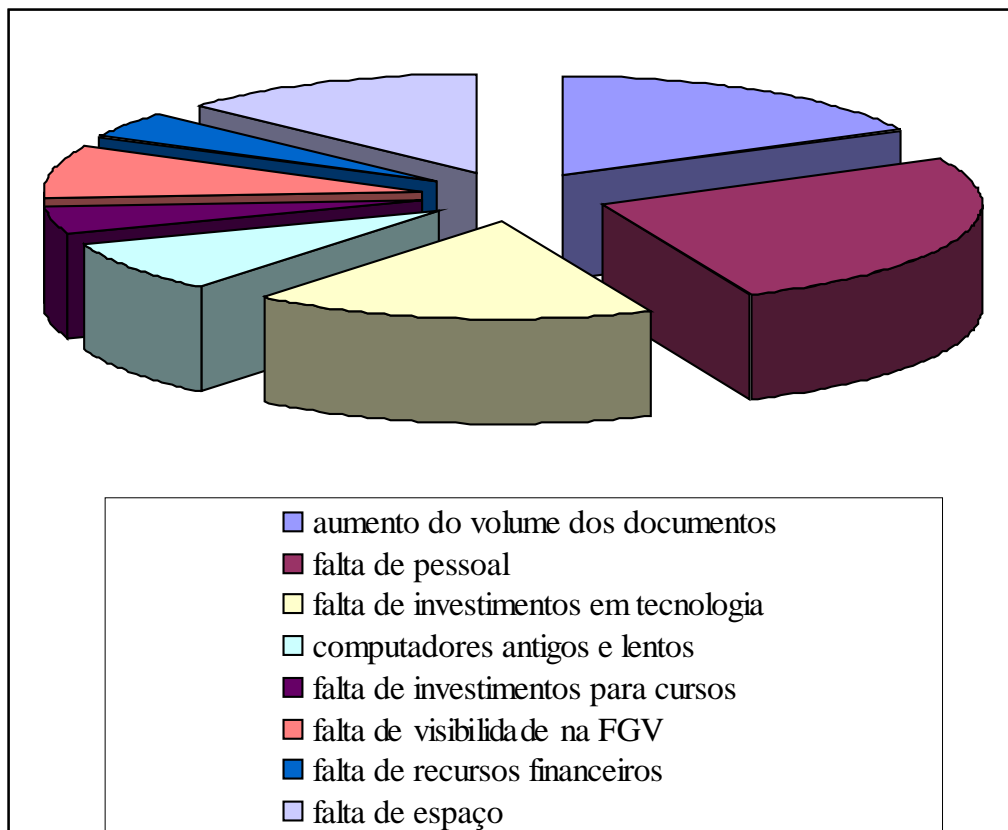


Gráfico 6

Dentre os pontos que podem comprometer os trabalhos do setor, merecem destaque: o aumento do volume dos documentos, não apenas em decorrência da diversidade das atividades, que a FGV tem desenvolvido, nos últimos anos, mas também pela expansão de suas instalações, em São Paulo e Brasília; a falta de pessoal e de investimento em tecnologia.

José Maria Jardim, durante a sua entrevista, apresentou várias considerações sobre as razões pelas quais, entre as décadas de 1970 e 1980, o Arquivo Central ter se tornado referência na área. Segundo Jardim ocorreu uma “conjugação de elementos” que o favoreceram: foi uma experiência bem sucedida; o modelo de sistema de arquivos traz visibilidade interna e externa (novo no Brasil); e tem a Marilena como uma “excelente divulgadora”, seja através de sua participação em palestras ou pela edição de seu livro.

Suas reflexões nos levaram a pensar se o Arquivo Central tinha a mesma visibilidade interna que tinha externamente. Segundo Jardim, para manter “esse protagonismo, o arquivo precisava de investimentos na área tecnológica”.

Jardim afirmou que “a cultura arquivística não é dada, é cultivada, precisa de marketing. Os usuários, atualmente, são mais exigentes”. A FGV é “uma instituição de produção de conhecimento” e, nem todos são publicados em livros. Seus projetos, estudos, informações sobre a metodologia, entre outros, constituem um “arquivo científico, importante não só para a história da FGV, mas também da administração e da economia do Brasil”. O acervo do Núcleo de Documentação constitui “*um arquivo privado de interesse público nacional*”.

Para melhorar a visibilidade do setor, o entrevistado sugeriu ações voltadas para a gestão de documentos digitais e para a atualização do perfil de nosso usuário (quem é e sua expectativa em relação aos serviços de arquivo), através da realização de uma pesquisa de satisfação de usuário. Para Jardim, neste momento, o mais importante é “gerenciar o recurso ativo” do Núcleo de Documentação, ao invés de “gerenciar o passivo documental”.

Em 13 de janeiro de 2010, realizei a entrevista com Rubens Mario Alberto Wachholz⁷⁹, consultor da Presidência da FGV, no processo de modernização da FGV, que ressaltou a importância do setor para a instituição. Em relação à mudança do nome para Núcleo de Documentação, justificou a escolha, dentro deste processo de modernização em que estamos inseridos, por um nome “mais moderno”, uma vez que o nome anterior já estava ligado a uma conjuntura antiga, ao Serviço Público. As próprias instalações do Arquivo Central lembravam uma repartição pública cheia de caixas e pilhas de papéis velhos.

Sugeriu que devíamos investir em modernização de nossas atividades através, por exemplo, da digitalização dos documentos.

Em entrevista com o diretor da Diretoria de Operações do Rio de Janeiro, Mario Rocha Souza⁸⁰, ao qual o Núcleo de Documentação está subordinado, novamente, foi

⁷⁹ Formado em economia pela Universidade Federal do Estado do Paraná, com Mestrado em Administração pela University of Califórnia de Los Angeles, atua na área administrativa, tendo ocupado cargos a nível de gerência ou direção em diversas empresas, como o Banco La Chase, a Arthur Young & Co., a Companhia Siderúrgica Nacional, a Companhia Vale do Rio Doce, Grupo Soletur de Turismo e Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro. Na FGV, presta consultoria desde 2000, tendo participado da reestruturação de diversas unidades como o IBRE e a EAESP, assim como de áreas de apoio.

⁸⁰ Formado em engenharia de telecomunicações pelo Instituto Militar de Engenharia – IME, com Mestrado em Economia Empresarial pela Universidade Cândido Mendes, tendo prestado consultoria para o Banco do Estado de Santa Catarina, a Mesbla Serviços Financeiros e Transpev, entre outras empresas. Foi diretor de operações da Nacional Cia. de Seguros e do Citibank, e, analista de sistemas na Philips do

ressaltada a importância do setor. Mario Rocha confessou que não reconhecia o valor dos arquivos, devido a sua experiência profissional anterior, mas que na FGV constatou o valor de uma documentação organizada, onde as informações são facilmente localizadas e considera o setor, atualmente, de “extrema importância”.

A mudança do nome de Arquivo Central para Núcleo de Documentação, seria uma maneira de provocar uma modernização do setor. E a subordinação à Gerência Jurídica, seria uma maneira de reunir “os documentos mais importantes da instituição”.

Como ponto negativo do Arquivo Central apontou a falta de investimentos em tecnologia.

A opinião do Prof. José Maria Jardim, também apontou uma possível perda da visibilidade do Arquivo Central, além do que com as transformações ocorridas na FGV, a documentação deixa de ser uma de suas prioridades, o que levou o CPDOC a se reestruturar e diversificar as suas atividades. O Núcleo de Documentação precisa se atualizar em relação ao avanço tecnológico da área, mas certamente está não será a solução milagrosa que irá nos devolver a capacidade de intervir positivamente no cenário arquivístico brasileiro.

Pelas entrevistas realizadas, podemos constatar que a reestruturação do Arquivo Central foi realizada baseada em estereótipos, onde os arquivos são avaliados pelos “papéis velhos” e as caixas de documentos que são nosso objeto de trabalho; e tecnicista, baseada no “fetiche da tecnologia digital” como a solução de todos os problemas. Tais visões refletem um desconhecimento do campo e do trabalho arquivístico, que é um setor corporativo da instituição.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No mundo atual, os acontecimentos e a informação são efêmeros e passageiros acarretando uma maior preocupação com a memória e com o medo do esquecimento, em nossa sociedade. Essa inquietação atinge todas as áreas do conhecimento e na arquivologia, a preocupação com a dificuldade “de tudo guardar” e com a questão “do que guardar” também está presente.

O grande volume de documentos que caracteriza o momento atual, a facilidade de se obter uma cópia ou uma impressão, representa um forte impacto em nossa sociedade e por isso nossa reflexão também se preocupou com a questão da seleção dos documentos, tendo em vista a preservação da memória institucional.

A memória coletiva do grupo que trabalhou Arquivo Central ou trabalha no Núcleo de Documentação da FGV e que compartilha de uma mesma identidade profissional, facilitou a recuperação da trajetória desse arquivo, ressaltando a sua importância na história da arquivologia.

A arquivística brasileira recebeu influência francesa na literatura e na terminologia, principalmente, em relação aos arquivos históricos. Os arquivos empresariais sofreram influência americana, como é o caso do Arquivo Central da FGV, na abordagem sistêmica, no valor primário dos documentos, na preocupação com os documentos administrativos, no controle, na classificação e na gestão dos documentos.

Atualmente, a arquivologia adotou uma abordagem mais global, onde não há o domínio de uma influência e as discussões privilegiam a normalização da descrição, o gerenciamento dos documentos digitais, novos questionamentos sobre a teoria arquivística e o acesso às informações. Este momento representa uma fase de transição e de questionamentos com abordagem memorial

No período do Estado Novo, quando ocorre a criação do DASP e da FGV, a visível influência norte-americana se impôs na constituição da Fundação e no setor de documentação das duas instituições, o que explica a criação de arquivos cujo foco é a documentação administrativa.

Nesta reconstrução da história do Arquivo Central merecem destaque a atuação de Marilena Leite Paes, a grande divulgadora das atividades do setor e o apoio de Luiz

Simões Lopes no desenvolvimento da área de documentação da FGV, dentro do projeto do Estado Novo de controle político sobre a informação, onde o seu valor estratégico é reconhecido para uma eficaz e eficiente tomada de decisões.

A década de 1970 representou um marco para a arquivologia. Nessa década começaram a funcionar os cursos de graduação na área, foi criada a primeira associação profissional no Brasil e foram regulamentadas as profissões de técnico de arquivo e de arquivista. Foi nesta fase de grande efervescência arquivística, que foi criado, dentro da FGV, o Arquivo Central, como arquivo empresarial da FGV, e o CPDOC, para a guarda e pesquisa sobre a documentação histórica contemporânea ligada à atuação de personalidades da política nacional, especialmente aquelas ligadas a Getúlio Vargas.

O CPDOC, criado no mesmo ano do Arquivo Central, volta-se para a constituição de um arquivo histórico, com profissionais formados em história e áreas afins, bem como para a produção de conhecimento histórico-sociológico ensejado por aquelas fontes. O CPDOC já nasceu com uma vocação histórica, memorial e voltada para o público externo. Mesmo assim teve dificuldades de se manter apenas como centro de documentação e pesquisa, e precisou diversificar as suas atividades para sobreviver, aliando à produção de bens públicos, o exercício de consultorias e das atividades de ensino.

Provavelmente, não tenha havido aproximação entre os profissionais do CPDOC e do Arquivo Central devido às diferenças em relação ao objeto e as finalidades dos acervos. São dois arquivos distintos em suas finalidades e objetivos, mas unidos pela função de evitar o esquecimento das informações que estão sob a sua guarda.

O Arquivo Central não teve condições de se reinventar, mesmo porque foi criado como setor corporativo e deveria estar subordinado à presidência da FGV. Embora sua documentação também seja histórica, pois os documentos que são recolhidos ao Arquivo Central são de guarda permanente, ele ainda é reconhecido apenas como um arquivo administrativo, o que configura mais uma herança daspiana.

Fornecemos documentos e/ou informações para que as unidades-fim desenvolvam os seus projetos, consultorias e atividades acadêmicas, assim como as áreas de apoio executem seus serviços ou comprovem algum direito da FGV. Em alguns casos, atendemos a solicitações de usuários externos, quando autorizados pela administração superior da FGV. Não organizamos o acervo para disponibilizar na web,

mas na intranet. Os documentos pertencem a uma empresa privada e possuem informações que só podem cair em domínio público após a autorização da administração superior da instituição.

A biblioteca da FGV, em sua trajetória, recebeu incentivos financeiros e humanos, porque é exigência do MEC e da CAPES, em relação aos cursos de graduação e pós-graduação, respectivamente, que toda instituição de ensino disponibilize aos seus alunos um acervo bibliográfico especializado nas áreas em que atua. E a Biblioteca Mario Henrique Simonsen é um modelo nas áreas de Administração, Economia, História e, recentemente, Direito. Em breve, como parte do processo de modernização da FGV, será construída uma nova biblioteca, com equipamentos mais modernos, visando manter o padrão de atendimento aos seus usuários.

Atualmente, o aumento dos cursos oferecidos, da produção bibliográfica na área e da oferta de cargos de arquivista, mesmo que por pressões corporativas, refletem o desenvolvimento da área. O reconhecimento social do arquivista depende da atuação de profissionais com formação universitária, que possam atender a demanda do mercado. Mas também da atuação efetiva das associações profissionais quanto ao reconhecimento legal da profissão e do aumento da produção bibliográfica e de periódicos, principalmente, esta última, que ainda é reduzida; do desenvolvimento de projetos na área; de reflexões sobre a teoria e a prática arquivística, e de estudos para o conhecimento dos usuários de arquivo.

Os arquivos também sofrem interferências políticas. As decisões em um arquivo são politicamente orientadas, necessitando da aprovação da empresa e/ou da sociedade. A aprovação da Tabela de Temporalidade de Documentos, do Plano de classificação, dos critérios de acesso à informação, entre outros, depende de uma participação mais democrática, onde os profissionais da área de gestão de documentos tenham autonomia na política de arquivos das instituições. O êxito na implantação das atividades arquivísticas em um ambiente empresarial necessita de negociação política entre gestores, quadro geral de funcionários e os profissionais de arquivo, para que seja legitimada.

Um arquivo precisa ter sua documentação tratada para que deixe de ser um mero amontoado de documentos e produza conhecimento. Só a informação tratada poderá viabilizar o negócio de uma empresa. É um recurso estratégico da instituição. Sendo

assim, o arquivo se constitui em uma das partes centrais na qualificação de uma empresa e os arquivistas são vitais neste processo. Só eles possuem o conhecimento necessário para disponibilizar a informação de forma precisa, completa, confiável e rápida para a tomada de decisão. Para que desempenhe suas atividades com eficiência, o profissional de arquivo precisa conhecer dos manuais e livros técnicos aos questionamentos científicos surgidos após a revolução digital.

O crescimento da FGV e a redução do pessoal do Arquivo Central foram fatores que dificultaram o atendimento às unidades e áreas de apoio da instituição, embora a demanda interna tenha aumentado significativamente na década de 2000.

A visibilidade externa do Arquivo Central ocorreu pelo papel de Marilena Leite Paes, como já foi apontado, e por sua posição de modelo, de laboratório, onde as técnicas arquivísticas eram aplicadas, testadas e, em seguida, disseminadas. Os instrumentos de trabalho eram copiados em todo o país. A tabela de temporalidade era única no Brasil. Os formulários utilizados, Relação de documentos recolhidos – RDR e o Termo de Eliminação de Documentos – TED, foram reproduzidos ou adaptados em outros arquivos. O modelo sistêmico foi o primeiro a ser adotado no Brasil. Com o desenvolvimento da área, o crescimento do número de cursos oferecidos e o aumento do número de arquivos e centros de documentação voltados para a guarda dos suportes materiais da memória, surgem outros arquivos “modelos”. Atualmente, a visibilidade social de um arquivo depende também do seu aparato tecnológico, mas o Núcleo de Documentação ainda é procurado por estagiários e arquivistas interessados em conhecer seus procedimentos técnicos de tratamento dos documentos e instrumentos de trabalho.

A mudança para Núcleo de Documentação foi baseada em estereótipos e no “fetiche da tecnologia digital”, que deixa de ser um recurso a ser utilizado pelos arquivistas e passa a ser considerado a solução de todos os problemas arquivísticos e como fator de modernização.

Na verdade, reflete uma nova maneira de se olhar a modernização da área de documentação. Para o presidente Luiz Simões Lopes, era visto como um fim, enquanto atualmente é considerada como meio. A FGV sofreu profundas mudanças e a extinção do Arquivo Central / transformação em Núcleo de Documentação se insere nesse contexto em que a instituição foi criada e se reestruturou.

A subordinação atual à Gerência Jurídica não representa uma boa alternativa para o Núcleo de Documentação, pois como se trata de uma gerência que não tem como foco a informação, não privilegiará investimentos no arquivo, mas na área jurídica.

Embora o arquivo tenha perdido poder, comprovado pela posição hierárquica que ocupa atualmente, não podemos esquecer que as instituições são dinâmicas, e que *lugares de memória* também podem se tornar *lugares de informações* relevantes para o futuro. O Núcleo de Documentação possui documentos importantes para a história da economia, da administração e da arquivologia nacional. Mesmo que, no momento, o acesso seja restrito, esses documentos não perderam o seu potencial informativo, que pode se concretizar em conhecimento acerca das histórias da economia, da administração e da arquivologia brasileira. Em suma, o Núcleo de Documentação da FGV possui uma dimensão social e simbólica que extrapola os fins administrativos para o qual foi criado.

Essas respostas não esgotam o tema e remetem para novas reflexões sobre a área arquivística. Neste momento, ainda não é possível se apontar todas as razões que provocaram a situação atual do Núcleo de Documentação da FGV. Elas envolvem questões políticas que extrapolam os limites desta investigação, neste momento, mas que exigem um aprofundamento, uma retomada numa época mais oportuna.

Neste processo de reconstrução da história do Arquivo Central da FGV, procurou-se destacar a sua importância dentro da própria instituição que o abriga, bem como no desenvolvimento do campo arquivístico brasileiro. Neste sentido, o Arquivo Central / Núcleo de Informação da FGV pode ser considerado um *lugar de memória disciplinar*, onde são evocadas lembranças produzidas e atualizadas no interior da arquivologia, mediante a organização de documentos guardados para fins administrativos, gerenciais e históricos.

BIBLIOGRAFIA

Fontes primárias

BRASIL, Departamento Administrativo do Serviço Público. *Relatório [das atividades do DASP] 1942*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1943. 1 v.

_____. *Relatório [das atividades do DASP] 1943*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1944. 1 v.

COSTA, Jorge Gustavo da. *Fundação Getúlio Vargas: pioneirismo a serviço do desenvolvimento nacional* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986. 312 p.

CARVALHO, Irene Mello. *Colégio Nova Friburgo da Fundação Getúlio Vargas: histórico de suas realizações*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1988. 191 p.

D'ARAUJO, Maria Celina. *Fundação Getúlio Vargas: concretização de um ideal*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999. 334 p.

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS. Instituto de Documentação. *Fundação Getúlio Vargas: 30 anos a serviço do Brasil, 1944/1974*. Rio de Janeiro: A Fundação, 1974. 408 p.

_____. *Perfil institucional*. Rio de Janeiro: ACMI, 2004. 75 p.

_____. *Relatório anual do Arquivo Central de 1970*. Rio de Janeiro: A Fundação, 1971. 45 p.

_____. *Relatório anual de 1991*. Rio de Janeiro: A Fundação, 1992. 33 p.

REVISTA DO SERVIÇO PÚBLICO. Brasília: ENAP, v. 2, n. 1, jul 1943. p. 5-7.

_____. Brasília: ENAP, v. 1, n. 2, fev 1944. p. 144.

_____. Brasília: ENAP, v. 3, n. 3, jun 1944. p. 3-4.

_____. Brasília: ENAP, v. 3, n. 2, ago 1944. p. 3-4.

_____. Brasília: ENAP, v. 1, n. 2, fev 1945. p. 125.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. *Luiz Simões Lopes e as realizações brasileiras no campo da biblioteconomia e documentação*. Rio de Janeiro, 1983. 23 p.

SOUZA, Maria de Lourdes Costa. *Carta para o Diretor Executivo da FGV*. Rio de Janeiro, 02 maio 1961. 4 fls. datilografadas.

_____. [Relatório sobre] os serviços de arquivo e movimentação de papéis da Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 26 out. 1960. 11 fls. datilografadas.

Livros e artigos

ANDRADE, Ricardo Sodré. Tecnologia, Memória e a Formação do Profissional Arquivista. *Arquivística net*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 149-159, jan.-jun., 2006. Disponível em: www.arquivistica.net . Acesso em 09/03/2008.

ANHEIM, Étienne; PONCET, Olivier. Fabrique des archives, fabrique de l'histoire. *Revue de synthèse*. Paris: Éditeur Springer Paris, t. 125, p. 1-12, 2004.

ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005. Disponível em: www.arquivonacional.gov.br . Acesso em: 15/10/2007.

_____. *Legislação Arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br> . Acesso em: 01/04/2008.

ATLAS CULTURAL DO BRASIL. Rio de Janeiro. MEC / Conselho Federal da Cultura / FENAME, 1972. 398 p.

AUGÉ, Marc. Dos Lugares aos Não-lugares. In: AUGÉ, Marc. *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus, 1994. p. 71-105.

BARBOSA, Marialva & RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Memória, relatos autobiográficos e identidade institucional. *Intercom – Colóquio Brasil-EUA*, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em <http://reposcom.portcom.intercom.org.br/>. Acesso em 19/07/2008.

BARRENECHEA, Miguel Angel de. Nietzsche e a genealogia da memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (orgs). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria / Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005. p. 55-71.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Arquivologia: objetivos e objetos. *ARQUIVO: Boletim Histórico e Informativo*, São Paulo, v. 10, n. 2, jul.-dez. 1989. p. 81-83.

_____. *Arquivos permanentes: Tratamento documental*, - Rio de Janeiro: FGV, 2004. 320 p.

_____. Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v.11, n.21, p. 201-207, 1998.

BOMENY, Helena. Sociologia e cultura: ultrapassando desconfianças. *Artcultura. Revista de História, Cultura e Artes*. Uberlândia (MG), v.9, nº 14, p. 213-222, jan./jun. 2007. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 28/10/2008.

BOTTINO, Mariza. Panorama dos cursos de arquivologia no Brasil: graduação e pós-graduação. *Arquivo & Administração*, Rio de Janeiro, v.15-23, p. 12-18, 1994.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil: 2001.

BRITO, Djalma Mandu de. A informação arquivística na arquivologia pós-custodial. *Arquivística.net*. Rio de Janeiro, v. 1, nº. 1, p. 31-50. jan/jun. 2005. Disponível em <http://www.arquivistica.net>. Acesso em 28/10/2008.

CAMARGO, Ana Maria de Almeida. Sobre o valor histórico dos documentos. *Arquivo Rio Claro*, Rio Claro, n. 1, p. 11-17, 2003.

CAMARGO, Célia. Centros de documentação e pesquisa histórica: uma trajetória de três décadas. In: *CPDOC 30 anos / Textos de Célia Camargo ... [et al]*. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getulio Vargas/CPDOC, 2003, p. 21-44. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em: 15/08/2008.

CARDOSO, Ciro Flamarion. No limiar do século XXI. *Tempo*, Rio de Janeiro, vol. 1, nº 2, p. 7-30, 1996.

CARDOSO, Julio César. Entrevista com José Maria Jardim. *Arquivística. net*. Rio de Janeiro, v. 2, n. 1, p. 7-21, jan/jun, 2006. Disponível em: <http://www.arquivistica.net/>. Acesso em: 18 maio 2007.

CASTRO, Astréa de Moraes e. *Arquivologia. Sua trajetória no Brasil*. Brasília: Stilo, 20-08. 304 p.

CASTRO, Celso. *Pesquisando em arquivos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.64 p. (Coleção Passo a Passo; v.82)

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. 288 p.

III CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA. Rio de Janeiro: ENARA, 2008. 1 cd-rom

COSTA, Alexandre de Souza. A bibliografia arquivística no Brasil – análise quantitativa e qualitativa. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, jan-jun 2007. P. 8-26. Disponível em: www.arquivistica.net/. Acesso em: 28/08/2009.

COSTA, Célia Maria Leite; FRAIZ, Priscila Moraes Varella. [Acesso à informação nos arquivos brasileiros](#). *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989. p. 63-76. Disponível em <http://www.cpdoc.fgv.br>. Acesso em 19/03/2009.

COUTURE, Carol. L'évaluation des archives – état de La question. *Archives*, Paris, v. 28, n. 1, 1996. p. 3-31.

DICIONÁRIO HISTÓRICO-BIOGRÁFICO BRASILEIRO PÓS 1930 / Coordenação: Alzira Alves de Abreu ... [et al]. Rio de Janeiro: Editora FGV; CPDOC, 2001. 4 v.

DOLLAR, Charles M. O impacto das tecnologias de informação sobre princípios e práticas de arquivos: algumas considerações. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v.7, n. 1-2, p. 3-38, jan/dez 1994.

DURANTI, Luciana. Registros documentais contemporâneos como provas de ação, *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro: FGV, v. 7, n. 13, p. 49-64, jan-jun 1994.

ESPOSEL, José Pedro. AAB – Primeiros tempos (1971-1975), *Boletim Informativo da Associação dos Arquivistas Brasileiros*, Rio de Janeiro: FGV, ano 12, n. 1, p. 2-3, jan-jun 2002

FÉ, Ana Lúcia Moura. É tempo de profissionalizar a gestão da papelada, *Revista Document Management*, Rio de Janeiro, v. 9, p. 16-22, dez 2008.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História do tempo presente: desafios. *Cultura Vozes*. Petrópolis, v. 94, n. 3, p. 111-124, maio/jun., 2000. Disponível em http://www.cpdoc.fgv.br/Producao_intelectual/htm/tp_download.htm. Acesso em: 03/02/2008.

FLORES, Jorge Oscar de Mello. *Na periferia da história* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 1998. 301 p.

FONSECA, Maria Odila. *Arquivologia e ciência da informação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 124 p.

_____. Informação, arquivos e instituições arquivísticas. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 33-44, jan.-jun. 1998.

_____. As estruturas de produção de conhecimento arquivístico. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, p. 5-19, jan/jun 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1987. 260 p.

FREITAS, Lúcia da Silva de; GOMES, Sandra Lúcia Rebel. *Foro Social de Información y Bilbliotecas*, Buenos Aires. 2004. Disponível em <http://www.inforosocial.net/ponencias/eje05/25.pdf> . Acesso em: 22/07/2008.

GLENISSON, Jean; CAMPOS, Pedro Moacyr; COSTA, Emilia Viotti da. *Iniciação aos estudos históricos*. 2. ed. Rio de Janeiro; São Paulo: DIFEL, 1977. 370 p.

HALBWACHS, Maurice. *La mémoire collective*. Paris, Presses Universitaires de France, 1950. Disponível em: http://www.uqac.quebec.ca/Classiques_des_sciences_sociales.html> . Acesso em: 01/12/2008.

HARTOG, François. Tempo e patrimônio. *Varia Historia*. Belo Horizonte: UFMG, v. 2, n. 36, jul./dez. 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo>. Acesso em: 25/10/2008.

HERRERA, Antonia Heredia. Arquivos, Documentos e Informação. In: SÃO PAULO. Secretaria Municipal de Cultura. Departamento do Patrimônio Histórico. *O direito à memória: patrimônio, histórico e cidadania*. São Paulo: DPH, 1992. p. 113-120.

HEYMANN, Luciana Quillet. De “arquivo pessoal” a “patrimônio nacional”: reflexões acerca da produção de “legados”. Rio de Janeiro: CPDOC, 2005, 10 p. Trabalho apresentado no I Seminário PRONEX Direitos e Cidadania apresentado no CPDOC/FGV. Rio de Janeiro, 2-4 ago. 2005.

_____. Arquivos e interdisciplinaridade: algumas reflexões. In: *Seminário CPDOC 35 anos: A interdisciplinaridade dos estudos históricos*, 2008. Rio de Janeiro. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br. Acesso em 12/12/2008.

_____. *De arquivo pessoal a patrimônio nacional: reflexões sobre a construção social do "legado" de Darcy Ribeiro*. 2009. Tese (Doutorado em Sociologia) - Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro - IUPERJ.

_____. *Estratégias de legitimação e institucionalização de patrimônios históricos e culturais: o lugar dos documentos*. Rio de Janeiro: CPDOC, 2009, 19 p. Trabalho apresentado na VIII Reunião de Antropologia do Mercosul. Buenos Aires, 29 set-2 out 2009. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br. Acesso em: 02/11/2009.

HUYSSSEN, Andréas. *Seduzidos pela memória: arquitetura, monumentos, mídia*. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2004. 116 p.

INDOLFO, Ana Celeste. *Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995. 49 p.

JARDIM, José Maria. A invenção da memória nos arquivos públicos. *Ciência da Informação*. Brasília: IBICT, v. 25, n. 2, 1995. Disponível em: <http://www.ibict.br/cienciadainformacao/> . Acesso em: 01/10/2007.

_____. A produção de conhecimento arquivístico: perspectivas internacionais e o caso brasileiro (1990-1998). *Ciência da Informação*, Brasília, DF, v. 27, n. 3, p. 243-252, set./dez. 1998. Disponível em: <http://www.scielo.org/>. Acesso em 25/10/2007.

_____. A dimensão virtual dos arquivos na perspectiva das políticas de informação. *Seminário de Capacitación y Gestión en Archivos y Documentación*. Buenos Aires, 2000. Disponível em: <http://www.voy.com/19210/4/138.html>. Acesso em 12/09/2007.

JARDIM, José Maria; FONSECA, Maria Odila. *Os arquivos como fontes de informações. Formas e Expressões do Conhecimento – Introdução às fontes de informação*. Belo Horizonte, Escola de Biblioteconomia da UFMG, 1998. P. 367-391

KAPLAN, Elisabeth. We are what we collect, we collect what we are: Archives and the construction of identity. *The American Archivist*. Chicago, v. 63, n. 1, spring/summer 2000. p. 126-151.

LEAL, Carlos Ivan Simonsen. FGV entre as melhores do mundo. *Revista Getulio*. São Paulo, v. 2, n. 10, p. 14-18, jul/ago 2008 (Entrevista concedida a Carlos Costa pelo presidente da FGV).

LE GOFF, Jacques. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. v. 1. p. 11-47.

_____. Memória. In: LE GOFF, Jacques. *História e memória*. Campinas: Ed. Unicamp, 2003. p. 423-477.

LIMA, Maria João Pires de. Os arquivistas, a formação, a profissão. *Cadernos de BAD*. Lisboa, n. 2, 1992.

LODOLINI, Elio. *Archivistica: principi e problemi*. Milano: Franco Angeli Libri, 1990

MACHADO, Helena Corrêa. Maria de Lourdes da Costa e Souza merece ser lembrada. *Memorando – Informativo da ARQ-SP*. São Paulo, n. 1, p. 2-3, mar. 2000.

MACHADO, Helena Corrêa; CAMARGO, Ana Maria de Almeida. *Como implantar arquivos públicos municipais*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

MANUAL DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973.

MATHIEU, Jacques; CARDIN, Martine. Jalons pour le positionnement de l'archivistique. In: *La place de l'archivistique dans la gestion de l'information: perspectives de recherche*. Montreal: Université de Montreal, 1990.

MOREIRA, Regina da Luz. Brazilianistas, historiografia e Centros de Documentação. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 3, n. 5, p. 66-75, 1990. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/revista/arq/65.pdf>. Acesso em: 30 abril 2008

MOURA, Gerson. *Tio Sam chega ao Brasil. A penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

NEDEL, Letícia Borges. *A guardiã da verdade*. Rio de Janeiro, 2009. 31 p. (texto impresso).

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*. São Paulo: USP, n. 10, 1993. p. 7-29.

ODDONE, Nanci. O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil. *Ciência da Informação*, Brasília, v. 35, n. 1, p. 45-56, jan.-abr. 2006.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. 2 ed. revista e ampliada. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997. 162 p.

_____. Os arquivos e os desafios de um mundo em mudanças. *Acervo: revista do Arquivo Nacional*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, v.7, n. 1-2, p. 65-74, jan/dez 1994.

_____. O que é o sistema de arquivos da FGV. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro: AAB, v.3, n. 2, p. 18-19, ago 1975.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 5, nº 10, p. 200-215, 1992.

_____. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, p. 3-15, 1989.

POMIAN, Krzysztof. Les archives. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris, Editions Gallimard, 1997. v.3. p. 3999 – 4067.

_____. Coleção. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1984. v. 1. p. 51-86.

_____. Memória. In: GIL, Fernando. *Sistemática*. Porto: Imprensa Nacional – Casa da Moeda, 2000. p. 507-516 (Enciclopédia Einaudi, v. 42).

RELATÓRIO DUCHEIN SOBRE OS ARQUIVOS NO BRASIL. *Arquivo & Administração*. Rio de Janeiro, v. 7, n. 1, jan./abr. 1979. p. 28-30.

RIBEIRO, Fernanda. Da arquivística técnica a arquivística científica: a mudança de paradigma. *Revista da Faculdade de Letras – Ciências e Técnicas do Patrimônio*, v. I, 2002. p. 97-110. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/artigo3511.pdf>. Acesso em: 24/02/2007.

ROBREDO, Jaime. Organização dos documentos ou organização da informação: uma questão de escolha. *DataGramaZero – Revista de Ciência da Informação*, v. 5, n. 1, fev. 2004. 15 p. Disponível em: http://datagramazero.org.br/fev04/Art_05.htm. Acesso em: 24/02/2006.

RODRIGUES, Georgete Medleg; APARICIO, Maria Alexandra Miranda. A pesquisa em arquivística na pós-graduação no Brasil: balanço e perspectivas. *Cenário Arquivístico*, Brasília, v. 1, jan-jun 2002. p. 31-39. Disponível em: <http://repositorio.bce.unb.br/handle/10482/910>. Acesso em: 05/08/2009.

RONDINELLI, Rosely Curi. *Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002. 160 p.

ROUSSO, Henry. O arquivo ou o indício de uma falta. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, nº 17, 1996. 7 p. Disponível em: www.cpdoc.fgv.br. Acesso em 12/12/2008.

RUGGIERO, Romano. Memória. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional 2000. v. 42, p. 507-516.

SAMBAQUY, Lydia de Queiroz. O IBBD e os serviços que se propõe a prestar. Rio de Janeiro: Conselho Nacional de Pesquisas, 1957. 6 p.

SANTOS, Vanderlei Batista dos. *Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística*. Brasília: ABARQ, 2005. 223 p.

SCHELLENBERG, Theodore R. *Arquivos modernos: princípios e técnicas*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1973.

SILVA, Armando Malheiros da et al. *Arquivística – Teoria e prática de uma Ciência da Informação*. Portugal: Edições Afrontamento, 1999. 254 p.

_____. *A informação. Da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico*. Portugal: Edições Afrontamento, 2006. 176 p.

SILVA, Eliezer Pires da. A abordagem informacional dos arquivos. *Arquivística.net*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 1, p. 82-101, jan-jun 2008. Disponível em: www.arquivistica.net. Acesso em: 05/12/2008.

_____. *A trajetória da arquivologia: três visões sobre os arquivos*. Trabalho apresentado no III Congresso Nacional de Arquivologia, Rio de Janeiro, out. 2008. Disponível em: www.enara.org.br. Acesso em: 05/12/2008.

SILVA, Sergio Conde de Albite. Retrospectiva e prospectivas no ensino da preservação de acervos como disciplina acadêmica: do tombamento ao uso da informação. In: CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOS, 12. *Fórum sobre o ensino de preservação*. Porto Alegre, 26/07/2006. Disponível em http://www.aargs.com.br/cna/anais/sergio_albite.pdf. Acesso em 26/10/2008.

_____. *A preservação da informação arquivística governamental*. Rio de Janeiro: AAB/FAPERJ, 2008. 284 p.

_____. *Repensando a arquivística contemporânea*. Rio de Janeiro: Fundação Casa de Rui Barbosa, 2004. 45 p.

SILVA, Suely Braga da; Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. *Luiz Simões Lopes: fragmentos de memória*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. 148 p.

SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. A classificação como função matricial do pré-fazer arquivístico. In: SANTOS, Vanderlei Batista dos; INNARELLI, Humberto Celeste; SOUSA, Renato Tarciso Barbosa de. *Arquivística – temas contemporâneos: classificação, preservação digital, gestão do conhecimento*. Brasília: SENAC, 2007. 224 p.

TOFFLER, Alvin. *O choque do futuro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1970. 389 p.

WAHRLICH, Beatriz Marques de Souza. *Reforma administrativa na era de Vargas*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1983. p. 235- 429.

WEINRICH, Harald. Uma nova profissão: rejeitador (Böll, Borges). In: *Lete: arte e crítica do esquecimento*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. p. 283-331.

Páginas na Internet

ARQUIVO NACIONAL. Disponível em: <http://www.arquivonacional.gov.br/>. Acesso em: 15 abril 2008.

ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS DO RIO GRANDE DO SUL – AARGS. Disponível em: <http://www.aargs.com.br> . Acesso em: 24 novembro 2008.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Constituição (1937). Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 10 de novembro de 1937. Disponível

em: http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm. Acesso em: 15 março 2008.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei nº 579, de 30 de julho de 1938. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=12746>. Acesso em: 3 agosto 2008.

BRASIL. Senado Federal. Decreto-Lei nº 6693, de 14 de julho de 1944. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/DetalhaDocumento.action?id>. Acesso em: 3 agosto 2008

CONSELHO REGIONAL DE ADMINISTRAÇÃO DE SÃO PAULO – CRA-SP. Disponível em: http://www.crasp.com.br/biblioteca/historico_ensino_adm.html. Acesso em: 9 outubro 2008.

ENARA – EXECUTIVA NACIONAL DE ASSOCIAÇÕES REGIONAIS DE ARQUIVOLOGIA. Disponível em <http://www.enara.org.br/>. Acesso em: 22 dezembro 2008.

WIKIPÉDIA. A enciclopédia livre da Internet. Disponível em: http://pt.wikisource.org/wiki/Constitui%C3%A7%C3%A3o_de_1946_dos_Estados_Unidos_do_Brasil/V. Acesso em: 20 dezembro 2008.

ANEXOS

ANEXO 1: PRODUÇÃO BIBLIOGRÁFICA E DE PERIÓDICOS EM ARQUIVOLOGIA

Livros

ANO	AUTOR	TÍTULO	EDITORA
1959	T. R. Schellenberg	<i>Manual de arquivos</i>	Arquivo Nacional
1960	S. Muller; J. A. Feith e R. Fruin	<i>Manual de arranjo e descrição</i>	Arquivo Nacional
1961	Heloísa de Almeida Prado	<i>Manual do arquivista</i>	LEP
1963	T. R. Schellenberg	<i>Documentos públicos e privados: arranjo e descrição</i>	Arquivo Nacional
1964	Samuel Haig Jameson (org.)	<i>Administração de arquivos e documentação</i>	FGV
1971	Lindaure Alban Corujeira	<i>Conserve e restaure seus documentos</i>	Itapuã
1973	Associação dos Arquivistas Holandeses (S. Muller, J. A. Feith e R. Fruin)	<i>Manual de Arranjo e descrição de arquivos</i>	Arquivo Nacional
	Astréa de Moraes e Castro	<i>Arquivo no Brasil e na Europa</i>	Arquivo Nacional
	Jean-Jacques Vallete	<i>O papel dos arquivos na administração e na política de planificação nos países em desenvolvimento</i>	Arquivo Nacional
	José da Silva Areias	<i>Relações e métodos de arranjo de documentos</i>	Arquivo Nacional
	Luiz Aparecido Caruso (trad.)	<i>Sistemas de arquivos e controle de documentos</i>	Atlas
	T. R. Schellenberg	<i>Arquivos modernos: princípios e técnicas</i>	FGV
1975	Arquivo Público do Canadá	<i>Arquivos correntes: organização e funcionamento</i>	Arquivo Nacional
	José Pedro Pinto Esposel	<i>Noções prévias para elaboração de um manual de arquivo</i>	São José
1976	Francelino Araújo Gomes e Hâmida Rodrigues Helluy	<i>Manual de arquivo e documentação</i>	Interciência
1977	Lourdes de Freitas Carvalho	<i>Serviço de Arquivo Médico e estatística de um hospital</i>	Associações Paulistas de Hospitais
1979	Josefina Q. de Gorbea	<i>Sistemas de arquivos e controle de documentos</i>	Atlas
1980	João Sócrates de Oliveira	<i>Manual prático de preservação fotográfica</i>	Museu da Indústria, Comércio e Tecnologia de São Paulo
	Maria Amélia Gomes Leite	<i>Manual de arquivo</i>	Eletróbrás
	T. R. Schellenberg	<i>Documentos públicos e privados: arranjo e descrição</i>	FGV

ANO	AUTOR	TÍTULO	EDITORA
1981	Embrafilme	<i>Cinematoteca imaginária: cinema e memória</i>	Embrafilme
	Maria de Lourdes Claro Oliveira e José Lázaro de Sousa Rosa	<i>Teoria e prática de microfilmagem</i>	FGV
1985	Antonio C. Gonçalves Valério et al	<i>Identificação de documentos em arquivos públicos</i>	Arquivo Nacional
	Arquivo Nacional	<i>Manual de identificação de acervos documentais para transferência e/ou recolhimento aos arquivos públicos</i>	Arquivo Nacional
	Arquivo Nacional	<i>Manual de levantamento da produção documental</i>	Arquivo Nacional
	Arquivo Nacional	<i>Orientação para avaliação e arquivamento intermediário em arquivos públicos</i>	Arquivo Nacional
	Astréa de Moraes e Castro; Andresa de Moraes e Castro; e Danuza de Moraes e Castro Gasparian	<i>Arquivística = técnica, arquivologia = ciência</i>	ABDF
	Ingrid Beck	<i>Manual de Conservação de Documentos</i>	Arquivo Nacional
	Maria de Fátima Pereira Jaegger e Maria Helena Costa P. Lyra	<i>Manual de procedimentos para descrição de arquivos sonoros</i>	Arquivo Nacional
	Pedro Luiz Ricardo Gagliano e Wilson Cândido Ferreira Lopes de Almeida	<i>Arquivos judiciários</i>	Arquivo do Estado de São Paulo
	Sergio Burgi	<i>Introdução à preservação e conservação de acervos fotográficos: técnicas, métodos e materiais</i>	Funarte
1986	ABNT	<i>Arquivos (TB 236)</i>	ABNT
	Arquivo Nacional	<i>A conservação de documentos em seus diferentes suportes: recomendações básicas</i>	Arquivo Nacional
	Áurea M. Freitas Carvalho	<i>Fotografia como fonte de pesquisa: histórico, registro, arranjo, classificação e descrição</i>	Pró-memória / Museu Imperial

ANO	AUTOR	TÍTULO	EDITORA
	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil	<i>Procedimentos técnicos em arquivos privados</i>	FGV
	Hâmida Rodrigues Helluy	<i>Como organizar os arquivos</i>	Cenadem
	Luiz Fernando Duarte de Almeida	<i>Ensaio de sistemas de informação em arquivologia & documentação</i>	TÉD
	Marilena Leite Paes	<i>Arquivo: teoria e prática</i>	FGV
1987	Luiz Fernando Duarte de Almeida	<i>Administração de arquivos e documentos</i>	CNI
1988	Eneida Izabel Schirmer Richter e Rolf Nagel	<i>Elementos de arquivologia</i>	UFMS
	Astréa de Moraes e Castro; Andresa de Moraes e Castro; e Danuza de Moraes e Castro Gasparian	<i>Arquivística Arquivologia: arquivística=técnica, arquivologia=ciência</i>	Ao Livro Técnico
1989	Rolf Nagel (cord.)	<i>Dicionário de termos arquivísticos: subsídios para uma terminologia arquivística brasileira</i>	UFBA
1990	ABNT	<i>Critérios de segurança física relativos ao armazenamento de dados (NB 1334)</i>	ABNT
	Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto	<i>Dicionário de Terminologia Arquivística</i>	Cenadem
	Teresinha de Jesus Carvalho Mendes Barbosa e Yara Ferreira dos Santos	<i>Arquivo e protocolo</i>	FESP
1991	Ataliba Teixeira de Castilho	<i>A sistematização de arquivos públicos</i>	Unicamp
	Don M. Avedon	<i>GED de A a Z: tudo sobre gerenciamento eletrônico de documentos</i>	Cenadem
	Fausto Colombo	<i>Os arquivos imperfeitos – memória social e cultura eletrônica</i>	Perspectiva

ANO	AUTOR	TÍTULO	EDITORA
	Heloísa Liberalli Bellotto	<i>Arquivos permanentes: tratamento documental</i>	T. A. Queiroz
	Ingrid Beck	<i>Manual de preservação de documentos</i>	Arquivo Nacional
1992	ABNT	Métodos para análise de documentos – Determinação de seus assuntos e seleção de termos de indexação (NBR 12676)	ABNT
	Sebastiana Batista Vieira	<i>Arquivo funcional: como organizar na concepção de quem faz e usa</i>	Unitécnica
1994	Esther Caldas Bertoletti	<i>Microfilmagem e memória nacional</i>	FCRB
	José Pedro Pinto Esposel	<i>Arquivos: uma questão de ordem</i>	Muiraquitã
	Márcia Mello e Maristela Pessoa	<i>Manual de acondicionamento de material fotográfico</i>	Funarte
1995	Ana Celeste Indolfo; Ana M. V. Cascardo Campos et al	<i>Gestão de documentos: conceitos e procedimentos básicos</i>	Arquivo Nacional
	Arquivo Nacional	<i>Relação de métodos de arranjo de documentos</i>	Arquivo Nacional
	Esther Hermes Luck; Mariza Bottino et al	<i>A informação: questões e problemas</i>	EdUFF
	José Maria Jardim	<i>Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil</i>	EdUFF
	Rosália Paraíso Matta de Paula	<i>Como elaborar a tabela de temporalidade documental: racionalização de custos de armazenagem e administração de arquivos empresariais</i>	Cenadem
1996	Ademar Stringher	<i>Aspectos legais da documentação em meios micrográficos, magnéticos e ópticos</i>	Cenadem
	Ana Maria de Almeida Camargo e Heloísa Liberalli Bellotto	<i>Dicionário de Terminologia Arquivística</i>	AAB-SP
	Helena Corrêa Machado e Ana Maria de Almeida Camargo	<i>Roteiro para implantação de arquivos municipais</i>	Secretaria de Cultura do Estado de São Paulo
	José Maria Jardim	<i>Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil</i>	EdUFF
	Luís Carlos Lopes	<i>A informação e os arquivos: teorias e práticas</i>	EdUFF

ANO	AUTOR	TÍTULO	EDITORA
	Ministério da Cultura / Fundação Biblioteca Nacional	<i>Manual para indexação de documentos fotográficos</i>	MEC / Fundação Biblioteca Nacional
1997	Arquivo Nacional	<i>Projeto Conservação Preventiva em Bibliotecas e Arquivos (52 v.)</i>	Arquivo Nacional
	Eneida Izabel Schirmer Richter; Olga Maria Corrêa Garcia e Elenita Freitas Penna	<i>Introdução à arquivologia</i>	UFSM
	Jayme Spinelli Junior	<i>A conservação de acervos bibliográficos e documentais</i>	Fundação Biblioteca Nacional
	Klaus B. Hendricks	<i>Armazenamento e manuseio de materiais fotográficos</i>	Funarte
	Luís Carlos Lopes	<i>A gestão da informação: as organizações, os arquivos e a informática aplicada</i>	Aperj
	Maria Lucia Horta Ludolf de Mello	<i>O Arquivo Histórico e institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa</i>	FCRB
	Ministério da Cultura / Fundação Biblioteca Nacional	<i>Manual para catalogação de documentos fotográficos</i>	Funarte – FGV/CPDOC
	Robert W. Starbird e Gerald C. Vilhauer	<i>Como tomar a decisão de implantar a tecnologia do gerenciamento eletrônico de documentos</i>	Cenadem
1998	ABNT	<i>Critérios de avaliação de documentos de arquivo (NB 965)</i>	ABNT
	Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil	<i>Metodologia de organização de arquivos pessoais: a experiência do CPDOC</i>	FGV
	Cláudia S. Rodrigues de Carvalho	<i>O espaço como elemento de preservação dos acervos com suporte em papel</i>	ABL
	Ieda Pimenta Bernardes	<i>Como avaliar documentos de arquivo</i>	Arquivo do Estado de São Paulo
	Janice Gonçalves	<i>Como classificar e ordenar documentos de arquivo</i>	Arquivo do Estado de São Paulo

ANO	AUTOR	TÍTULO	EDITORA
	Luís Carlos Lopes	<i>A imagem e a sombra da arquivística</i>	Aperj
	Sergio Conde de Albite Silva	<i>Algumas reflexões sobre preservação de acervos em arquivos e bibliotecas</i>	ABL
	Walter W. Koch	<i>Gerenciamento eletrônico de documentos: conceitos, tecnologias e considerações gerais</i>	Cenadem
1999	Ana Maria de Almeida Camargo e Helena Correa Machado	<i>Como implantar arquivos públicos municipais</i>	Arquivo do Estado de São Paulo
	Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro	<i>Instrumento de política de gestão da informação arquivística da ALERJ</i>	ALERJ
	Carol Couture; Daniel Ducharme; e Jocelyne Martineau	<i>A formação e a pesquisa em arquivística no mundo contemporâneo</i>	Finatec
	Ingrid Beck	<i>Manual de preservação de documentos</i>	Arquivo Nacional
	José Maria Jardim	<i>Transparência e opacidade do estado no Brasil</i>	EdUFF
	José Maria Jardim; Maria Odila Fonseca (orgs.)	<i>A formação do arquivista no Brasil</i>	EdUFF
	Zélia Lopes Silva (org.)	<i>Arquivos, patrimônio e memória: trajetórias e perspectivas</i>	Unesp
2000	Conselho Internacional de Arquivos (trad. do Arquivo Nacional)	<i>ISAD(G): Norma geral internacional de descrição arquivística</i>	Arquivo Nacional
	Norma Cianflone Cassares	<i>Como fazer conservação preventiva em arquivos e bibliotecas</i>	Arquivo do Estado de São Paulo
	Patrícia De Filippi; Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro Carvalho	<i>Como tratar coleções de fotografias</i>	Arquivo do Estado de São Paulo

ANO	AUTOR	TÍTULO	EDITORA
2001	Don M. Avedon	<i>Tecnologia de documentos: definições e descrições</i>	Cenadem
	Jacques Derrida	<i>Mal de arquivo – uma impressão freudiana</i>	Relume Dumará
	Sebastiana Batista Vieira	<i>Técnicas de arquivo e controle de documentos</i>	Temas & Idéias
2002	Adelaide Ramos Côrte; Ieda Muniz de Almeida; Eulina Gomes Rocha; e Wilma Garrido do Lago	<i>Avaliação de softwares para bibliotecas e arquivos</i>	Polis
	André Porto Âncona Lopez	<i>Como descrever documentos de arquivo</i>	Arquivo do Estado de São Paulo
	Denise Molon Castanho et al	<i>Curso de Arquivologia da Universidade Federal de Santa Maria: 25 anos de história</i>	UFSM
	Heloísa Liberalli Bellotto	<i>Como fazer análise diplomática e análise tipológica de documentos de arquivo</i>	Arquivo do Estado de São Paulo
	Johanna Wilhelmina Smit e Nair Yumiko Kobashi	<i>Como elaborar vocabulário controlado para aplicação em arquivos</i>	Arquivo do Estado de São Paulo
	Leandro Lopes P. Melo e Lilian Padilha Molinari	<i>Higienização de documentos com suporte em papel</i>	Arquivo do Estado de São Paulo
	Roquemar Baldam; Rogério Valle e Marcos Cavalcanti	<i>GED – Gerenciamento Eletrônicos de Documentos</i>	Edit. Ética
	Rosely Curi Rondinelli	<i>Gerenciamento arquivístico de documentos eletrônicos: uma abordagem teórica da diplomática arquivística contemporânea</i>	FGV
	Vanderlei Batista dos Santos	<i>Gestão de documentos eletrônicos: uma visão arquivística</i>	Abarq
	Viviane Tessitore	<i>Como implantar centros de documentação</i>	Arquivo do Estado de São Paulo

ANO	AUTOR	TÍTULO	EDITORA
2003	Alberto Nogueira Junior	<i>Cidadania e direito de acesso aos documentos administrativos</i>	Renovar
	Eliana Mattar (org.)	<i>Acesso à informação e política de arquivos</i>	Arquivo Nacional
	Lucia Maria Veloso de Oliveira	<i>Temporalidade e destinação dos documentos arquivísticos da Fundação Casa de Rui Barbosa</i>	FCRB
	Zeny Duarte (trad.)	<i>Preservação de documentos: métodos e técnicas de salvaguarda</i>	UFBA
2004	CIA	<i>ISAAR (CPF): norma internacional de registro de autoridade arquivística para entidades coletivas, pessoas e famílias</i>	Arquivo Nacional
2005	Arquivo do Estado de São Paulo	<i>Plano de Classificação e tabela de temporalidade de documentos da administração pública do Estado de São Paulo: atividades-meio</i>	Arquivo do Estado de São Paulo
	Arquivo Nacional	<i>A conservação de documentos em seus diferentes suportes: recomendações básicas</i>	Arquivo Nacional
	Arquivo Nacional	<i>Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística</i>	Arquivo Nacional
	Luiz Octavio M. Albornoz	<i>Arquivologia e Relações Humanas</i>	Ferreira
	Maria Odila Fonseca	<i>Arquivologia e ciência da informação</i>	FGV
	Vanderlei Batista dos Santos	<i>Gestão de Documentos Eletrônicos: uma visão arquivística</i>	ABARQ
2006	CONARQ	<i>NOBRADE: norma brasileira de descrição arquivística</i>	Arquivo Nacional
2007	Astréa de Moraes e Castro; Andresa de Moraes e Castro; e Danuza de Moraes e Castro Gasparian	<i>Arquivos: físicos e digitais</i>	Thesaurus

ANO	AUTOR	TÍTULO	EDITORA
2008	Astréa de Moraes e Castro	<i>Arquivologia. Sua trajetória no Brasil</i>	Stilo
	Celso Castro	<i>Pesquisando em arquivos</i>	Zahar
	CIA	<i>ISDF: Norma Internacional para descrição de funções</i>	Arquivo Nacional
	Sérgio Conde de Albite Silva	<i>A preservação da informação arquivística governamental</i>	AAB / FAPERJ
	Vanderlei Batista dos Santos; Humberto Celeste Innarelli e Renato Tarciso Barbosa de Sousa	<i>Arquivística – temas contemporâneos: classificação, preservação digital e gestão do conhecimento</i>	Ed. SENAC
2009	CIA	<i>ISDIAH: norma internacional para descrição de instituições com acervo arquivístico</i>	Arquivo Nacional

Periódicos

ANO	TÍTULO
1972	Arquivo & Administração (AAB)
	Ciência da Informação
1979	Boletim Informativo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
1980	Arquivo: boletim histórico e informativo (Arq. Est. SP)
1986	Acervo: Revista do Arquivo Nacional
1992	Boletim do Arquivo (Arq. Est. SP)
	Estudos Históricos
2005	Arquivística.net

ANEXO 2: CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA

ANO	INSTITUIÇÃO
1972*	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
1977	Universidade Federal de Santa Maria - UFSM
1978	Universidade Federal Fluminense - UFF
1990	Universidade de Brasília - UnB
1997	Universidade Estadual de Londrina - UEL
1997	Universidade Federal da Bahia
1999	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
1999	Universidade Federal do Espírito Santo - UFES
2002	Estadual Paulista Julio de Mesquita Filho – UNESP
2006	Universidade Estadual da Paraíba - UEPB
2008	Fundação Universidade do Rio Grande – FURG
2008	Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG
2009	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

*Este curso foi reconhecido como de nível superior, pelo MEC, em 1972, com o nome de Curso Permanente de Arquivos, mantido pelo Arquivo Nacional e, em 1973, recebeu autorização da Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ, para registro de seus diplomas de nível universitário. Este curso teve origem no Curso de Técnico de Arquivos, criado em 1922, no Arquivo Nacional e regulamentado, em 1958, como Curso Permanente de Arquivos. Em 1977, este curso foi transferido para a Federação das Escolas Federais Independentes do Estado do Rio de Janeiro – FEFIERJ com o nome de Curso de Arquivologia, mas funcionando ainda no Arquivo Nacional. Dois anos depois, o curso finalmente passou para o Centro de Ciências Humanas, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

ANEXO 3: CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU

ANO	CURSO	INSTITUIÇÃO
1983	Curso de Especialização em Planejamento, Organização e Direção de Arquivos	Universidade Federal Fluminense - UFF
1983	Curso de Especialização	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
1986	Curso de Especialização	Universidade de São Paulo - USP
1986	Curso de Especialização	Universidade Federal de Santa Catarina
1988	Curso de Especialização	Universidade Federal da Bahia
1988	Curso de Especialização	Universidade de Campinas
1988	Curso de Especialização em Arquivos Públicos	Arquivo Nacional
1993	Curso de Especialização	Universidade Federal de Juiz de Fora
1994	Curso de Especialização em Organização de Arquivos	Universidade Federal de Pernambuco
1994	Curso de Especialização - Planejamento, Organização e Direção de Arquivos: enfoque em gestão da informação nas empresas	Universidade Federal Fluminense - UFF
2003	Curso de Especialização em Gestão de Arquivos	Universidade Federal do Maranhão - UFMA
2008	Curso de Especialização em Gestão de Arquivos e Tecnologia da Informação	Universidade Federal de Goiás - UFG
2009	Curso de Especialização em Arquivos Empresariais	Universidade Estadual de Londrina - UEL

ANEXO 4: CURSOS DE POS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

ANO	CURSO	INSTITUIÇÃO
1970	Mestrado em Ciência da Informação	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT
1972	Mestrado em Comunicação	Universidade de São Paulo – USP
1972	Mestrado em Ciência da Informação	Universidade Federal da Paraíba - UFPb
1976	Mestrado em Ciência da Informação	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
1977	Mestrado em Ciência da Informação	Pontifícia Universidade Católica de Campinas - PUCAMP
1978	Mestrado em Ciência da Informação e Documentação	Universidade de Brasília - UnB
1980	Doutorado em Comunicação	Universidade de São Paulo – USP
1986	Mestrado em Memória Social e Documento	Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO
1992	Doutorado em Ciência da Informação e Documentação	Universidade de Brasília - UnB
1992	Doutorado em Ciência da Informação	Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT
1995	Mestrado em Comunicação e Informação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
1997	Doutorado em Ciência da Informação	Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG
1997	Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação	Universidade Federal Fluminense - UFF
1998	Mestrado em Informação Estratégica	Universidade Federal da Bahia - UFBA
1998	Mestrado em Comunicação, Informação e Sociedade	Universidade Federal de Pernambuco - UFPE
1998	Mestrado em Ciência da Informação	Universidade Estadual Paulista “Julio Mesquita Filho” – UNESP – Campus Marília
2001	Doutorado em Comunicação e Informação	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
2003	Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais	Fundação Getulio Vargas
2003	Mestrado em Ciência da Informação	Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC

ANEXO 5: ROTEIRO DA ENTREVISTA COM MARILENA LEITE PAES

- 1) Qual a sua formação?
- 2) Como e quando iniciou sua trajetória na área arquivística?
- 3) Que período trabalhou na FGV?
- 4) Que cargos ocupou na FGV?
- 5) Quais os cargos que ocupou na área arquivística, após sua saída da FGV?
- 6) O que faz atualmente?
- 7) No DASP, o Dr. Simões criou as carreiras de bibliotecário e de arquivista. Ele apoiou as atividades ligadas à documentação na FGV? Como? Porquê?
- 8) Qual o papel de Luiz Simões Lopes no processo de organização dos arquivos da FGV? Esse processo se realizou em duas etapas. Quais foram e como foram realizadas?
- 9) Na década de 1960, o arquivo estava subordinado diretamente ao presidente da FGV. Esta situação facilitava as negociações para o desenvolvimento das atividades do setor?
- 10) Em 1960, a organização dos arquivos da FGV contou com a colaboração de uma funcionária do DASP. Quem era e porque foi escolhida para essa tarefa?
- 11) Como a consultora do DASP encontrou os arquivos na FGV? Você já atuava na área de arquivos?
- 12) Após o retorno da D^a Lourdes ao DASP, quem ficou implantando o projeto elaborado por ela?

- 13) O Dr. Simões apoiou o IBBD. Como foi esse apoio?
- 14) E o apoio às atividades da AAB?
- 15) Em 1968, os arquivos passaram a ser subordinados ao INDOC. Esta subordinação dificultou o desenvolvimento das atividades do Arquivo Central? O acesso à Presidência se tornou mais difícil?
- 16) O INDOC foi dirigido por Benedicto Silva que já havia trabalhado na ONU e no DASP. Como escritor, certamente impulsionou as atividades editoriais da FGV. E suas relações com o arquivo, ele apoiava as atividades desenvolvidas pelo setor?
- 17) Em 1970, você elaborou um projeto de microfilmagem dos documentos da FGV. Este projeto foi apresentado à presidência da instituição? Porque não foi implantado?
- 18) No livro da Ástrea, *Arquivologia. Sua trajetória no Brasil*, lançado recentemente, é transcrita uma carta de 1972, onde num trecho você se refere ao seu “pobre” arquivo, cujos trabalhos não seguiam o ritmo desejado. Os entraves para a organização dos arquivos da FGV eram muitos? Como conseguiu vencê-los?
- 19) O Sistema de Arquivos da FGV foi criado em 1973 de forma descentralizada. Porque foi escolhido esse modelo?
- 20) Quais os critérios que nortearam a codificação dos fundos?
- 21) Como foi escolhido o método de classificação dos documentos? Baseou-se em alguma prática adotada em outra instituição? Hoje, ainda optaria por esse modelo.
- 22) Como foi elaborada a Tabela de Temporalidade de Documentos da FGV? Ela se baseou em outro modelo adotado em alguma outra instituição?

23) Na década de 1970 e 1980, o Arquivo Central tinha muita visibilidade no meio arquivístico, por isso era muito procurado para visitas técnicas e estágios. O que poderia ser apontado como motivo desse sucesso?

24) Como foi trabalhar na FGV?

25) Quais os pontos positivos das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Central que você percebeu durante sua passagem pela FGV?

26) E os negativos?

27) Hoje, com sua experiência o que mudaria no Arquivo Central?

ANEXO 6: QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA EX-FUNCIONÁRIOS DO ARQUIVO CENTRAL

- 1) Qual a sua formação?
- 2) Como e quando iniciou sua trajetória na área arquivística?
- 3) Porque escolheu a FGV para trabalhar?
- 4) Que período trabalhou na FGV?
- 5) Que cargos ocupou na FGV?
- 6) Porque saiu da FGV?
- 7) Quais os cargos que ocupou na área, após sua saída da FGV?
- 8) O que faz atualmente?
- 9) A experiência adquirida na FGV lhe ajudou no mercado de trabalho?
- 10) Como o mercado via os egressos da FGV?
- 11) Quais os pontos positivos das atividades desenvolvidas pelo Arquivo Central que você percebeu durante sua passagem pela FGV?
- 12) E os negativos?
- 13) Hoje, com sua experiência o que você mudaria no Arquivo Central, atual Núcleo de Documentação?

ANEXO 7: QUESTIONÁRIO ENVIADO PARA OS ARQUIVISTAS E TÉCNICOS DE ARQUIVO DA FGV

- 1) Qual a sua formação?
- 2) Como e quando iniciou sua trajetória na área arquivística?
- 3) Porque escolheu a FGV para trabalhar?
- 4) Que cargos ocupou na FGV?
- 5) O que faz atualmente?
- 6) Quais os pontos positivos das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Documentação?
- 7) E os negativos?
- 8) Hoje, com sua experiência o que você mudaria no Núcleo de Documentação?

ANEXO 8: ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O PROF. JOSÉ MARIA JARDIM

- 1) Qual a sua formação?
- 2) Como e quando iniciou sua trajetória na área arquivística?
- 3) Quais os cargos que ocupou na área?
- 4) O que faz atualmente?
- 5) O Arquivo Central teve muita visibilidade na década de 1970 e 1980. Nessa época, você percebia a atuação do setor na área arquivística? Qual o lugar desse trabalho no campo arquivístico brasileiro?
- 6) Durante a evolução da arquivologia, o Arquivo Central vem perdendo a sua visibilidade. Que fatores você apontaria para esta perda?
- 7) O Dr. Simões apoiou a criação do Arquivo Central, do CPDOC e da Biblioteca da FGV, mas após a reestruturação da FGV percebe-se que outros motivos nortearam as atividades da instituição. A Biblioteca recebeu incentivos porque este setor é uma das exigências do MEC para a regulamentação / credenciamento de seus cursos. O CPDOC precisou diversificar as suas atividades, através da criação de cursos de graduação, mestrado e doutorado, para evitar a sua extinção. Mas, um arquivo institucional não tem espaço para essa virada. Qual a saída? Como vê o trabalho desenvolvido em arquivos empresariais?
- 8) O Arquivo Central, atual Núcleo de Documentação, ainda é procurado para estágio por alunos da UNIRIO e da UFF e nos relatam que o nome da FGV em seus currículos ainda representa um peso, além de que neste arquivo eles conseguem aprender muito. Que pontos positivos você vê num arquivo empresarial, como o Arquivo Central da FGV?
- 9) E que pontos negativos você poderia apontar?

ANEXO 9: ROTEIRO DA ENTREVISTA COM O CONSULTOR / DIRETOR DE OPERAÇÕES DO RIO DE JANEIRO DA FGV

1) Qual a sua formação?

2) Que cargo ocupa, atualmente, na FGV?

3) Em sua opinião, quais os pontos positivos das atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Documentação?

4) E os negativos?

5) Recentemente, a extinção do Arquivo Central trouxe uma maior visibilidade da função do arquivo na FGV. As unidades têm solicitado a nossa visita para dar uma destinação à sua documentação acumulada e/ou organizar seu arquivo corrente, no Rio de Janeiro, em São Paulo e em Brasília. Isso reforça a nossa importância na FGV, mas porque o Arquivo Central foi extinto? E em seguida, subordinados à área jurídica?

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)